

**CENTRO UNIVERSITÁRIO INTERNACIONAL UNINTER
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO E
NOVAS TECNOLOGIAS**

IVY PRISCILA CASSIMIRO NAIR

**PLANO DE SEGURANÇA ESCOLAR: UMA PROPOSTA PARA A
ESCOLA NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NO PARANÁ**

CURITIBA

2023

**CENTRO UNIVERSITÁRIO INTERNACIONAL UNINTER
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO E NOVAS TECNOLOGIAS**

IVY PRISCILA CASSIMIRO NAIR

**PLANO DE SEGURANÇA ESCOLAR: UMA PROPOSTA PARA A ESCOLA NA
MODALIDADE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NO PARANÁ**

CURITIBA

2023

IVY PRISCILA CASSIMIRO NAIR

**PLANO DE SEGURANÇA ESCOLAR: UMA PROPOSTA PARA A ESCOLA NA
MODALIDADE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NO PARANÁ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação – Mestrado Profissional em Educação e Novas Tecnologias, como parte dos requisitos necessários para obtenção do grau de Mestre em Educação e Novas Tecnologias.

Área de concentração: Educação.

Orientador: Prof. Dr. Alceli Ribeiro Alves

CURITIBA

2023

N158p Nair, Ivy Priscila Cassimiro
Plano de segurança escolar: uma proposta para a escola
na modalidade de educação especial no Paraná / Ivy Priscila
Cassimiro Nair. - Curitiba, 2023.
137 f. : il. (algumas color.)

Orientador: Prof. Dr. Alceli Ribeiro Alves
Dissertação (Mestrado Profissional em Educação e
Novas Tecnologias) – Centro Universitário Internacional
UNINTER.

1. Ambiente escolar – Medidas de segurança. 2.
Educação especial. 3. Acidentes escolares - Prevenção.
4. Educação e Estado. 5. Inovações educacionais. I.
Título.

CDD 371.334

Catálogo na fonte: Vanda Fattori Dias - CRB-9/547

**ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO PARA CONCESSÃO DO GRAU DE MESTRE EM
EDUCAÇÃO E NOVAS TECNOLOGIAS**

No dia 04 de abril de 2023, às 14h reuniu-se via web conferência a Banca Examinadora designada pelo Programa de Mestrado e Doutorado Profissional em Educação e Novas Tecnologias, composta pelos professores doutores: Alceli Ribeiro Alves (Presidente-Orientador-PPGENT/UNINTER); Maria de Fátima Rodrigues Pereira (Integrante Externo/ UTP); Luís Fernando Lopes (Integrante Interno Titular - PPGENT/UNINTER); André Luiz Moscaleski Cavazzani (Integrante Interno Suplente - PPGENT/UNINTER), para julgamento da dissertação: “PLANO DE SEGURANÇA ESCOLAR: UMA PROPOSTA PARA A ESCOLA NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NO PARANÁ”, da mestranda Ivy Priscila Cassimiro. O presidente abriu a sessão apresentando os professores membros da banca, passando a palavra em seguida à mestranda, lembrando-lhe de que teria até vinte minutos para expor oralmente o seu trabalho. Concluída a exposição, a candidata foi arguida oralmente pelos membros da banca.

Concluída a arguição, a Banca Examinadora reuniu-se e comunicou o Parecer Final de que a mestranda foi:

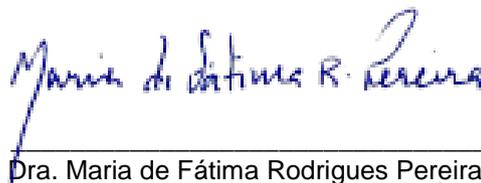
- (X) APROVADA, devendo a candidata entregar a versão final no prazo máximo de 60 dias.
- () APROVADA somente após satisfazer as exigências e, ou, recomendações propostas pela banca, no prazo fixado de 60 dias.
- () REPROVADA.

O Presidente da Banca Examinadora declarou que a candidata foi aprovada e cumpriu todos os requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação e Novas Tecnologias, devendo encaminhar à Coordenação, em até 60 dias, a contar desta data, a versão final da dissertação devidamente aprovada pelo professor orientador, no formato impresso e PDF, conforme procedimentos que serão encaminhados pela secretaria do Programa. Encerrada a sessão, lavrou-se a presente ata que vai assinada pela Banca Examinadora.

Recomendações: revisão profissional, normas ABNT, língua portuguesa.



Dr. Alceli Ribeiro Alves
Presidente da Banca



Dra. Maria de Fátima Rodrigues Pereira
Integrante Externo



Dr. Luís Fernando Lopes
Integrante Interno Titular

Dr. André Luiz Moscaleski Cavazzani
Integrante Interno Suplente



Ivy Priscila Cassimiro Nair
Mestranda

Dedico a quem esta pesquisa, de alguma forma,
possa ajudar.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas as pessoas que perpassaram o meu caminho para que o meu aperfeiçoamento profissional nunca se findasse.

RESUMO

Este estudo tem por objetivo geral elaborar um guia de orientações, que atenda as especificidades e supra as necessidades da escola de educação especial, enquanto medida de prevenção e combate a incêndio e emergências, no âmbito da segurança escolar. Para isso foram estabelecidos os como objetivos específicos: realizar uma revisão sistemática de literatura sobre planos de abandono emergencial de edificações escolares; elencar as legislações pertinentes ao tema, e analisar a capacitação de formação de brigadistas escolares e o modelo de plano de abandono escolar, propostos pelo Programa Brigadas Escolares – Defesa Civil na Escola. A proposta emergiu ao se iniciar os estudos acerca do tema e se deparar com uma condição de problemática, ao se constatar que um programa de Estado, de segurança escolar, é dimensionado somente para o perfil de instituições de ensino do ensino regular. O que é necessário contextualizar é a desatenção da administração pública e seus agentes quanto ao objetivo fim das políticas de segurança que é salvaguardar vidas, e merece mais cautela e atenção, pois se refere à estudantes com deficiências. Se trata de uma pesquisa de abordagem qualitativa; descritiva e exploratória, de intervenção, e sobre os procedimentos técnicos de pesquisa, como bibliográfica; documental e revisão sistemática de literatura. A pesquisa focou-se em duas perspectivas: A primeira, no sentido de enfatizar o caráter educativo interinstitucional, e a segunda, na ótica das administrações públicas serem responsáveis em implementar políticas direcionadas a superar qualquer impeditivo que possam vir a prejudicar o acesso dos direitos das pessoas; responsabilizá-las em desenvolver as potencialidades educadoras locais com vistas a incorporar seus princípios nas suas ações. As considerações finais apontam que além de se fixar em legislações e normativas técnicas, para compreender e esclarecer as lacunas e os questionamentos, o estudo trouxe a importância das relações que promovem a educação além dos muros da escola, os outros espaços sociais que também contribuem para isso, e o movimento das cidades educadoras é uma delas. Justifica-se a relevância social do estudo, desejando que a segurança e a proteção à vida devem sempre ser priorizadas nos ambientes escolares, assim recomendamos o guia de orientações como documento normativo nas escolas da modalidade de educação especial, para que elaborem e realizem os seus planos de abandono emergencial escolares e seus exercícios simulados. É uma ação pedagógica, política e social que salvam vidas. E o mais impressionante é que envolve muitas pessoas dos mais diversos contextos e segmentos. Destacamos também a necessidade de ampliação de estudos e capacitações constantes sobre o tema, tendo em vista os seus benefícios para a comunidade escolar enquanto prevenção e combate a incêndio, e ainda a prática de atividades que relacionem a escola, a comunidade e outras instituições além dos muros da escola. Ao se encerrar a pesquisa não significa que o tema tenha se esgotado, pois discutir sobre públicas de segurança em educação é um processo em desenvolvimento e depende de muita reflexão e ação para chegar a práticas concretas e eficientes do propósito que se pretende alcançar.

Palavras-chave: Segurança escolar; modalidade de educação especial; plano de abandono escolar.

ABSTRACT

The general objective of this study is to elaborate a guidance guide, which meets the specificities and meets the needs of the special education school, as a measure for preventing and fighting fire and emergencies, within the scope of school safety. For this, the following specific objectives were established: to carry out a systematic literature review on plans for the emergency abandonment of school buildings; to list the legislation relevant to the subject, and to analyze the training of school brigade members and the school dropout plan model, proposed by the Brigadas Escolares Program – Civil Defense at School. The proposal emerged when starting studies on the subject and facing a problematic condition, when it was verified that a State program, of school security, is dimensioned only for the profile of educational institutions of regular education. What needs to be contextualized is the inattention of the public administration and its agents regarding the ultimate objective of security policies, which is to safeguard lives, and deserves more caution and attention, as it refers to students with disabilities. This is a research with a qualitative approach; descriptive and exploratory, of intervention, and on technical research procedures, such as bibliography; documentary and systematic review of the literature. The research focused on two perspectives: The first, in the sense of emphasizing the inter-institutional educational character, and the second, in the perspective of public administrations being responsible for implementing policies aimed at overcoming any impediment that may impair access to the rights of people; make them responsible for developing local educational potential with a view to incorporating their principles into their actions. The final considerations point out that in addition to focusing on legislation and technical regulations, to understand and clarify gaps and questions, the study brought the importance of relationships that promote education beyond the walls of the school, the other social spaces that also contribute to that, and the movement of educating cities is one of them. The social relevance of the study is justified, desiring that safety and protection of life should always be prioritized in school environments, so we recommend the guidelines guide as a normative document in schools of the special education modality, so that they prepare and carry out their emergency school dropout plans and their simulated exercises. It is a pedagogical, political and social action that saves lives. And the most impressive thing, it involves many people from the most diverse contexts and segments. We also highlight the need to expand studies and constant training on the subject, in view of its benefits for the school community in terms of preventing and fighting fires, and also the practice of activities that relate the school, the community and other institutions in addition to the school walls. When the research ends, it does not mean that the theme has been exhausted, since discussing public security in education is a process in development and depends on a lot of reflection and action to arrive at concrete and efficient practices of the purpose that is intended to be achieved.

Keywords: School safety; special education modality; school abandonment plan.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Fluxograma de uma RSL.....	18
Figura 2 – Fluxograma do processo de seleção dos trabalhos.....	27
Figura 3 – Eixos basilares do Programa Brigadas Escolares.....	60
Figura 4 – Ambiente virtual de aprendizagem e-Escola.....	65
Figura 5 – Formação da Equipe de Abandono.....	75
Figura 6 – Metodologia do processo de criação do produto.....	89

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	–	Resumo do delineamento da pesquisa.....	19
Quadro 2	–	Seleção de título com conjunto dos descritores e operadores de busca: brigada de incêndio escola <i>and</i> abandono de edificação escola <i>or</i> prevenção de incêndio escola, do tipo teses, dissertações e artigos.....	22
Quadro 3	–	Caracterização individual dos trabalhos selecionados, examinada a partir do objetivo, dados analisados e resultados.....	23
Quadro 4	–	Normas de Procedimentos Técnicos que fundamentam o PBEDCE.....	61
Quadro 5	–	Alterações da NPT 017, de 2021 em relação ao atual modelo do PBEDCE.....	64
Quadro 6	–	Conteúdos específicos do módulo I da etapa teórica da capacitação do PBEDCE.....	66
Quadro 7	–	Medidas básicas de segurança aplicadas nas instituições de ensino.....	69
Quadro 8	–	Fundamentos do Plano de Abandono proposto pelo PBEDCE.....	74
Quadro 9	–	Critérios para avaliação de produtos definido pelo Grupo de Trabalho – CAPES.....	86

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
ALEP	Assembleia Legislativa do Paraná
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
BPEC	Batalhão de Patrulha Escolar Comunitária
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEE	Conselho Estadual de Educação
CEB	Câmara de Educação Básica
CBPM	Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Paraná
CEDEC	Coordenadoria Estadual da Defesa Civil
CEIF	Câmara da Educação Infantil e do Ensino Fundamental
CEMEP	Câmara do Ensino Médio e da Educação Profissional Técnica de Nível Médio
CIA PCHOQUE	Companhia de Polícia de Choque
CNE	Conselho Nacional de Educação
COE	Comando e Operações Especiais
CSCIP	Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico
DAE	Departamento de Administração Escolar
DEDUC	Diretoria de Educação
DEEIN	Departamento de Educação Especial e Inclusão Educacional
EaD	Ensino à Distância
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MOODLE	Modular Object Oriented Dynamic Learning Environment
NPT	Norma de Procedimento Técnico
NRE	Núcleo Regional de Educação
ONGs	Organizações Não Governamentais
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PEP	Programa Prontidão Escolar Preventiva
PNEEPEI	Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva
PROERD	Programa Educacional de Resistência às Drogas

RSL	Revisão Sistemática de Literatura
SciELO	Scientific Electronic Library Online
SEED	Secretaria de Estado da Educação
SEESP	Secretaria de Educação Especial
SESP	Secretaria de Estado da Segurança Pública
SUDE	Superintendência de Desenvolvimento Educacional
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA	21
2 LEGISLAÇÕES PERTINENTES AO TEMA	37
2.1 BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	37
2.2 O PROGRAMA BRIGADAS ESCOLARES – DEFESA CIVIL NA ESCOLA	46
3 AS RELAÇÕES ALÉM DOS MUROS DA ESCOLA	50
3.2 A CIDADE NOS PROCESSOS EDUCATIVOS.....	55
4 DELINEAMENTO DO PROGRAMA BRIGADAS ESCOLARES – DEFESA CIVIL NA ESCOLA	59
4.1 A CAPACITAÇÃO PARA FORMAÇÃO DE BRIGADISTAS ESCOLARES DO PROGRAMA BRIGADAS ESCOLARES – DEFESA CIVIL NA ESCOLA	62
4.1.1 A capacitação na etapa teórica – modalidade EaD.....	65
4.1.2 A capacitação na etapa prática – modalidade presencial	71
4.2 O MODELO DE PLANO DE ABANDONO ESCOLAR PROPOSTO PELO PROGRAMA BRIGADAS ESCOLARES – DEFESA CIVIL NA ESCOLA	72
4.2.1 Simulado de abandono emergencial da edificação escolar	81
5 O PRODUTO	85
5.1 A METODOLOGIA PARA DESENVOLVIMENTO DO PRODUTO	88
5.2 DELINEAMENTO DO PÚBLICO-ALVO	90
5.3 DA FINALIDADE DO PRODUTO.....	92
CONSIDERAÇÕES FINAIS	94
REFERÊNCIAS	99
ANEXOS	111
Anexo 1 – Guia de orientações para elaboração de plano de abandono escolar e seus exercícios simulados, para escola na modalidade de educação especial. ...	112

INTRODUÇÃO

O papel desempenhado pelo servidor público enquanto agente mobilizador e viabilizador dos interesses da sociedade, tornou-se relevante para pesquisar a temática a respeito de políticas de segurança na área da educação.

Resgatar um tema de uma perspectiva política a partir de um olhar voltado à perspectiva técnica educacional pode ser um grande desafio, ainda, merece melhor atenção quando se trata da educação especial. Em uma rasa contextualização imediatamente se pensa nas legislações determinadas pelos órgãos competentes e que devem ser expressamente atendidas, sob a condição das penalidades, enquanto a finalidade no contexto da educação, é frente às condições de direitos humanos, de inclusão, de acesso e permanência, e de equidade de condições.

Tem-se que compreender que as políticas voltadas para a educação especial no âmbito escolar devem ser norteadas de preceitos de um sistema educacional onde toda a comunidade escolar tenha possibilidades, sem segregação e exclusão. E um dos caminhos é diálogo entre as administrações públicas do Estado de forma a mudar a cultura da sociedade excludente e o pseudo cumprimento da legislação.

Ao iniciar os estudos acerca do tema e se deparar com uma condição de problemática, constatando-se que um programa de Estado, de segurança escolar, que tem como objetivo assegurar a integridade física da comunidade escolar da rede pública de ensino estadual, municipal e na modalidade de educação especial é dimensionado somente para o perfil de instituições do ensino regular.

O que é necessário contextualizar é a desatenção da administração pública e seus agentes quanto ao objetivo fim dessa política de segurança que é salvaguardar vidas, e merece mais cautela e atenção, pois se está falando de estudantes com deficiências. É importante verificar se isto está sendo feito. Foram décadas de luta pelos direitos humanos que atualmente estão amparados nas legislações, e que reconhecem que, independente da especificidade das pessoas, não se podem considerá-las invisíveis. Cabe a todos promover as mudanças, as adaptações e a viabilização, que permitem a igualdade de oportunidades e a participação de todos na vida coletiva nos diferentes contextos.

Não se pode afirmar que há por parte do Estado certa resistência ou falta de comprometimento com a educação especial nas ações planejadas para esse público, mas pode-se verificar que no Paraná as legislações sancionadas em relação à essa modalidade estão muito avançadas, e em consonância com a normativa nacional que versa sobre a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que tem como um dos objetivos oferecer no ambiente escolar a igualdade de direitos de se alcançar os mesmos objetivos educacionais (BRASIL, 2008). Assim entende-se que as políticas educacionais voltadas para a educação especial devam ser norteadas por normativas onde todos os estudantes tenham equidade de possibilidades no sistema educacional.

Para isso instruiu-se a pesquisa focada em duas perspectivas: A primeira, no sentido de enfatizar o caráter educativo interinstitucional, [...] representando uma proposta que pode integrar de maneira complementar e interdependente a educação formal, não formal e informal. (ALVES, BRANDENBURG, 2018, p.36).

[...] a cidade como um espaço formativo que compõe à tríade interdependente dos espaços formais, não formais e informais de educação, contribuindo com um olhar distinto para a formação inicial e continuada de professores, a construção dos saberes, a formação integral das pessoas, privilegiando a relação sociedade-natureza, a construção da identidade com os lugares e o sentimento de pertença. (UNINTER, 2022).

E a segunda, na ótica das administrações públicas serem responsáveis em implementar políticas direcionadas a superar qualquer impeditivo que possam vir a prejudicar o acesso dos direitos das pessoas; responsabilizá-las em desenvolver as potencialidades educadoras locais com vistas a incorporar seus princípios nas suas ações. A Constituição Federal de 1988, assegura a todos os cidadãos o direito à educação, sendo dever do Estado, a garantia uma educação pública de qualidade.

O seu art. 205 estabelece:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL,1998).

O direito à educação é uma premissa prevista em legislação, porém colocá-la em prática pode ser o grande desafio educacional das últimas décadas, sendo o maior deles a inclusão. Praticar a inclusão educacional não se refere apenas a criar apenas políticas públicas, mas também em uma mudança de comportamento social, atitudes e reconhecimento das singularidades como fator inerente ao ser humano, é

compreender a inclusão como direitos humanos de acesso, assim como no contexto de ensino:

A inclusão é para todos. É sobre essa premissa que se constrói o princípio da igualdade de direitos. Um olhar atento para as individualidades e o debruçar-se sobre o planejamento e as ações diversificadas é o que vai assegurar a educação de qualidade que queremos. (CURITIBA, 2021).

Pensando nisto, se observa a necessidade de ações nos diferentes contextos. Propor a aplicação de um programa de segurança escolar não depende somente da participação da comunidade escolar, mas também de legislações e direcionamentos que atendam as diferentes modalidades de ensino.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva traz ações direcionadas para crianças e estudantes com deficiência visando ações para a promoção do desenvolvimento integral do estudante. (BRASIL, 2008). Tem a missão de apoiar as famílias e profissionais da educação proporcionando um atendimento de qualidade, por meio da organização da estrutura administrativa e pedagógica da escola.

O Parecer n. 07 – CEE/CEIF/CEMEP, de 2014 diferencia a organização da escola de educação básica da modalidade de educação especial quando comparada à escola regular, pois a modalidade de educação especial foi criada na intenção de o atendimento ser direcionado ao público específico.

[...] A Secretaria de Estado da Educação/Departamento de Educação Especial e Inclusão Educacional – SEED/DEEIN, valendo-se da experiência acumulada historicamente na área da educação especial, amparada na legislação vigente e em documentos norteadores nacionais e internacionais, tem como desafio criar oportunidades efetivas de acesso à escolarização básica para crianças, jovens e adultos com Deficiência Intelectual, Múltiplas Deficiências e Transtornos Globais do Desenvolvimento, de forma a assegurar as condições adequadas indispensáveis à inclusão, para que esses estudantes permaneçam na escola e vivenciem experiências reais de aprendizagem.

Nessa perspectiva, a Escola de Educação Básica, modalidade de Educação Especial, constitui-se um dos *lôcus* de atendimento educacional aos educandos que, pelas suas especificidades, demandam, além das adaptações institucionais e flexibilização das condições de oferta, atenção individualizada nas atividades escolares, apoio à autonomia e socialização, por meio de recursos específicos, suporte intensivo e continuado, bem como metodologias e adaptações significativas que a escola precisa ofertar, a fim de tornar-se efetivamente inclusiva. [...]. (PARANÁ, 2014, p. 18, citado por CEE, 2014, p. 2).

Desta forma, essa modalidade está constituída e amparada por legislações e políticas públicas, quanto às suas especificidades, atendimentos, atividades,

oferecendo apoio na estimulação de autonomia de seus estudantes, formação integral e inclusiva. (ZAMPRONI, LIMA, BATISTA, 2015, p. 4).

Refletir sobre as políticas públicas centradas nos estudantes e atendendo às demandas específicas encontradas, pactua com os princípios de uma educação de qualidade, a qual impulsiona e inspira a se pensar o verdadeiro significado da escola para todos.

Nesta perspectiva levantou-se o seguinte questionamento: Como um programa de Estado, de segurança escolar, oportunizado para a rede pública de ensino estadual, municipal e na modalidade de educação especial, denominado Programa Brigadas Escolares – Defesa Civil na Escola, não possui instrução adequada para a totalidade do seu público? Para isso, consolidou-se como objetivo geral do presente estudo em: Elaborar uma proposta de um material norteador, em formato de um guia de orientações, que atenda as especificidades e supra as necessidades das escolas dessa modalidade, enquanto medida de prevenção e combate a incêndio e emergências, no âmbito da segurança escolar.

Para isso, a fundamentação para as análises e reflexões desta pesquisa foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

- a) Realizar uma revisão sistemática de literatura sobre planos de abandono emergencial de edificações escolares.
- b) Elencar, por meio de pesquisa documental as legislações pertinentes ao tema.
- c) Analisar a capacitação de formação de brigadistas escolares e o modelo de plano de abandono emergencial escolar de edificação escolar propostos pelo Programa Brigadas Escolares – Defesa Civil na Escola.

Quanto às práticas metodológicas aplicadas na presente pesquisa optou-se por uma metodologia de abordagem qualitativa de natureza básica, pois esta se define como a que se fundamenta principalmente em análises qualitativas, caracterizando-se, por não utilizar de análise estatística para os dados. (VIERA; ZOUAIN, 2006).

A investigação foi classificada quanto aos objetivos como pesquisa descritiva e exploratória, de intervenção, e sobre os procedimentos técnicos de pesquisa, como bibliográfica, documental e revisão sistemática de literatura (RSL). A coleta de dados foi desenvolvida por meio de buscas de artigos, materiais publicados, documentos e legislações. (GIL, 2022).

Para Gil (2022), a pesquisa descritiva identificará e descreverá as características de determinadas populações ou fenômenos; busca levantar a opinião, atitudes e crenças de uma população. E uma de suas especificidades está em estabelecer relações entre conceitos ou variáveis nas pesquisas quantitativas.

A pesquisa exploratória, de intervenção, tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, na intenção de torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses, envolvendo outras técnicas de pesquisa como a de levantamento bibliográfico; [...]. (GIL, 2022).

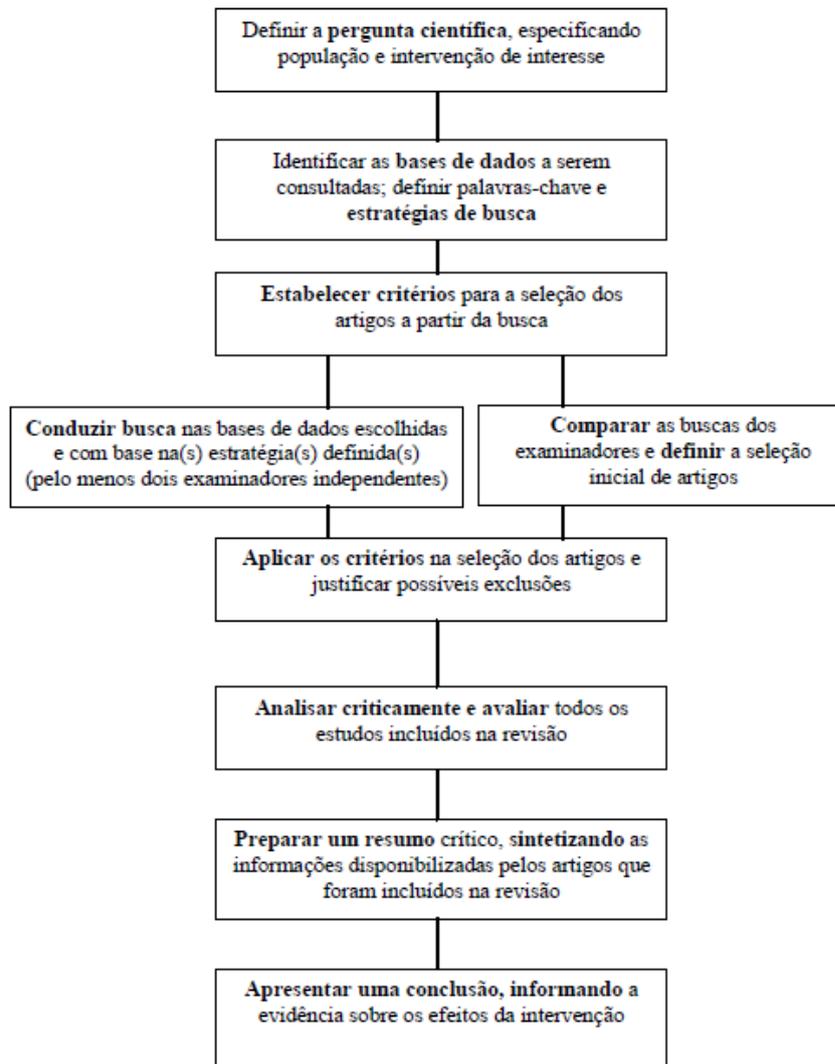
Quanto aos procedimentos técnicos por meio de pesquisa bibliográfica [...] desenvolvida com base em material já elaborado [...] (GIL, 2022), com a intenção de desenvolver base teórica de conhecimento a respeito da problemática, situando a pesquisadora em relação à temática.

De posse do material bibliográfico, passa-se à sua leitura. Convém ressaltar, porém, que a leitura de textos científicos difere muito da leitura de obras de ficção e mesmo de livros didáticos, em que geralmente se lê um capítulo do início ao fim. O que se pretende com a leitura desses textos é identificar as informações relevantes para a pesquisa, analisar a consistência dos resultados apresentados por seus autores e relacioná-los com o problema da pesquisa. Isso significa que a maioria dos textos não será lida integralmente e que muitos deles poderão ser lidos mais de uma vez, com diferentes ênfases. (GIL, 2022, p.67).

A pesquisa será considerada ainda como documental, pois, foram realizadas análises de documentos como legislações, materiais didáticos, livros, artigos de periódicos e anais de eventos, ou seja, documentos especiais da área investigada. (GIL, 2022).

O estudo de RSL é um tipo de pesquisa que se utiliza de dados secundários para sua análise assim como os demais tipos de estudos de revisão. O que diferencia uma RSL de uma simples revisão é a coleta de dados para a sua realização. A RSL possibilita a criação de critérios, ou seja, estabelece quais fontes serão consultadas, determinando o formato da investigação realizada pelo pesquisador. (SAMPAIO, MANCINI, 2007).

Figura 1 – Fluxograma de uma RSL.



Fonte: Sampaio e Mancini (2007).

O critério traçado pelo pesquisador quando bem determinado, possibilita a sua replicação em pesquisas futuras e proporciona a leitura de produções importantes com conteúdo relevante publicado na área do estudo em questão. A qualidade da revisão irá depender significativamente das fontes primárias consultadas, por este motivo é fundamental que os autores definem bem as fontes de acordo com a área do conhecimento a ser investigada para a sua revisão.

Sendo assim, a RSL “trata-se de um tipo de investigação focada em questão bem definida, que visa identificar, selecionar, avaliar e sintetizar as evidências relevantes disponíveis.” (GALVÃO, PEREIRA, 2014, p. 183).

Esse tipo de investigação disponibiliza um resumo das evidências relacionadas a uma estratégia de intervenção específica, mediante a aplicação de métodos explícitos e sistematizados de busca, apreciação

crítica e síntese da informação selecionada. (SAMPAIO, MANCINI, 2007, p. 84).

Este planejamento de estratégias metodológicas possibilitaram o aporte necessário para subsidiar a realização da presente pesquisa, e atingir o objeto de estudo com a produção do produto sugerido. A seguir se demonstra sinteticamente o delineamento da pesquisa.

Quadro 1 – Resumo do delineamento da pesquisa.

Abordagem da pesquisa	Qualitativa.
Tipo da pesquisa quanto ao objetivo	Descritiva e Exploratória, de intervenção.
Procedimentos de pesquisa	Bibliográfica, documental e revisão sistemática de literatura.
Universo/Amostra	Artigos e documentos que perpassam pela temática proposta no trabalho.
Técnica de coleta de dados	Buscas por artigos, materiais publicados, documentos e legislações.
Metodologia de análise de dados	Análise qualitativa.

Fonte: A autora (2022).

Face o delineamento da pesquisa conforme proposto no Quadro 1, a presente dissertação foi estruturada em 5 capítulos. No capítulo 1, denominado Revisão Sistemática de Literatura (RSL), apresentou-se a descrição e a sistematização de uma busca conceitual em publicações científicas, na literatura nacional, acerca de estudos realizados sobre planos de abandono emergencial em edificações escolares.

Para esta revisão foi utilizado o modelo de Sampaio e Mancini (2007) conforme demonstrado na Figura 1, onde foram desenvolvidos cinco passos para a RSL. Definiu-se uma pergunta, buscou-se a evidência, foram criados os critérios e selecionados os estudos, após analisou-se sua qualidade metodológica e por fim os resultados foram apresentados, que contribuíram para o desenvolvimento deste estudo.

As legislações pertinentes ao tema foram elencadas no capítulo 2, face a sua importância para o aprofundamento e a qualidade dos estudos nos eixos da Educação Especial e do Programa Brigadas Escolares – Defesa Civil na Escola, este, que foi o referencial operacional deste estudo.

A reflexão acerca da educação fora dos espaços escolares formais foi apresentada no capítulo 3. Destacando a importância das relações entre instituições externas, a escola e a comunidade para a formação integral do sujeito enquanto

estudante, sendo este protagonista e multiplicador de ações educativas, além da importância do movimento das cidades educadoras como proposta na formação do cidadão.

O capítulo 4 trouxe o delineamento do Programa Brigadas Escolares – Defesa Civil na Escola. Buscou-se apresentar de forma detalhada seus princípios e objetivos, e como ele se desenvolve nas instituições de ensino no estado do Paraná. Foram examinadas a capacitação de formação de brigadistas escolares, em suas ofertas de modalidades de ensino; o modelo de plano de abandono escolar e seu treinamento simulado, propostos pelo Programa, com vistas a elucidar as dúvidas acerca de sua proposta para a modalidade de educação especial.

No capítulo 5 se faz demonstrado a proposta de um produto, originado dos estudos apresentados na presente dissertação, e que beneficiará a escola na modalidade de educação especial. Para isso realizou-se a caracterização do público-alvo e a metodologia utilizada para a criação de um material educacional digital, um “guia de orientações”, em formato de revista digital, para que essas escolas produzam seus planos de abandono escolar e pratiquem seus exercícios simulados de acordo com as especificades de sua comunidade escolar. Sua fundamentação se deu por meios dos estudos de Rizzatti et al. (2022), acerca da abordagem sobre os critérios de avaliação de produtos educacionais adotados pela CAPES.

Nas considerações finais refletiu-se acerca dos achados para cada capítulo proposto como contribuição à comunidade científica bem como a relevância social do estudo.

A presente dissertação está vinculada à linha de pesquisa intitulada Formação Docente e Novas Tecnologias em Educação pertencente ao grupo de pesquisa “ A Educação e a Cidade (EDUCIDADE) ”, e ao projeto de pesquisa: A Cidade como Currículo e a Cidade como Negócio, do Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Educação e Novas Tecnologias do Centro Universitário Internacional UNINTER.

1 REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA

O objetivo deste capítulo foi realizar uma RSL sobre segurança nas escolas com direcionamento em ações de evacuação da comunidade escolar em situações de incêndio e emergência, especificamente acerca de planos de abandono emergenciais de edificações escolares, para que o conteúdo compilado contribuísse no atingimento do objetivo geral do presente estudo que é a elaboração de um guia de orientações, de segurança escolar, direcionado para instituições de ensino na modalidade de educação especial, e que também é classificado como o produto da dissertação.

Por meio de buscas de forma conceitual em plataformas digitais com a intenção de descrever os achados em literaturas sobre a temática, as etapas realizadas para esta revisão foram estabelecidas em:

Passo 1: Definindo a pergunta.

Passo 2: Buscando a evidência.

Passo 3: Revisando e selecionando os estudos.

Passo 4: Analisando a qualidade metodológica dos estudos.

Passo 5: Apresentando os resultados.

Como primeira etapa, passo 1, definiu-se uma pergunta de pesquisa: Como/se realizam plano de abandono emergencial de edificações escolares? Objetivando identificar como ocorre a evacuação de instituições de ensino em caso de incêndio e emergências, para estabelecer um padrão para instituições do objeto deste estudo.

No segundo momento, passo 2, foram realizadas buscas nas plataformas Google Acadêmico, SciELO e CAPES, com filtro estabelecido em ano, delimitado entre 2018 a 2022, e com o conjunto dos descritores e operadores de busca: *brigada de incêndio escola and abandono de edificação escola or prevenção de incêndio escolar*. Este levantamento de dados para a pesquisa com caráter de RSL foi realizado no mês de abril de 2022.

A partir do filtro estabelecido e do levantamento realizado, foram encontradas na plataforma Google Acadêmico, 1.520 (mil quinhentos e vinte) trabalhos diversos. Nas plataformas SciELO e CAPES não foram localizados materiais com os critérios estabelecidos, e sim títulos referentes ao tema abandono no sentido de evasão escolar, permanência e abandono escolar.

Para a realização da próxima etapa, passo 3, a partir dos materiais encontrados na plataforma Google Acadêmico, utilizou-se como critério de inclusão os trabalhos do tipo teses, dissertações e artigos, e os títulos que continham pelo menos uma das palavras do conjunto dos descritores utilizados para as buscas, ainda, que fizessem referência a escola e educação básica.

Foram excluídos os trabalhos classificados como tipo monografia e trabalho de conclusão de curso, e que não continham no título as palavras do conjunto dos descritores. Neste contexto totalizaram 9 (nove) trabalhos pré-selecionados, sendo 8 (oito) artigos e 1 (uma) dissertação, conforme tabulação demonstrada abaixo.

Quadro 2 – Seleção de título com conjunto dos descritores e operadores de busca: brigada de incêndio escola *and* abandono de edificação escola *or* prevenção de incêndio escola, do tipo teses, dissertações e artigos.

n.	Ano	Título	Tipo de trabalho	Acesso
01	2018	Implantação de atividades de brigada de incêndio na unidade escolar.	Artigo	http://apl.unisuam.edu.br/revistas/index.php/Semioses/article/view/1981996X.2018v12n1p100
02	2018	Bombeiro na Escola: Formação e Prevenção de Acidentes no Colégio da Polícia Militar-Unidade Luiz Tarquínio, Salvador/Bahia.	Dissertação	http://saberaberto.uneb.br/handle/20.500.11896/1075
03	2018	Tecnologias de saúde–enfrentamento do incêndio em escolas de ensino fundamental	Artigo	https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/CiencCuidSaude/article/view/45412
04	2019	Análise da cultura de prevenção e percepção de risco de incêndio em comunidades escolares de Porto Alegre para o desenvolvimento de treinamento para professores.	Artigo	https://www.academia.edu/download/61529417/08765e_a66a289ec6a9476895413f5102aa72aa20191216-79988-pj0zg6.pdf
05	2019	Elaboração de um projeto técnico de prevenção a incêndio e a desastres em um colégio na cidade de Cascavel-PR.	Artigo	https://www2.fag.edu.br/coopex/inscricao/arquivos/ecci_2019/15-10-2019--23-03-08.pdf
06	2019	A aplicabilidade da Norma Técnica nº 12/2007 – Brigada de incêndio, que se aplica a todas as edificações e áreas de risco enquadradas na Lei nº 1.787, de 15 de maio de 2007, do estado do Tocantins, no CMEI Contos de Fada.	Artigo	https://www.revistas.ude.br/index.php/arteinclusao/article/view/13262/pdf
07	2020	Avaliação da segurança contra incêndios em escolas públicas e privadas do estado do Paraná e do estado do Rio Grande do Sul através da análise da medida brigada de incêndio e dos exercícios simulados.	Artigo	https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/218480
08	2020	Estudo de caso: análise do plano de emergência de uma escola de Criciúma/SC.	Artigo	http://periodicos.unesc.net/arquitetura/article/view/5934
		Análise do sistema de segurança	Artigo	https://recima21.com.br/i

09	2021	contra incêndio: estudo de caso em São José de Piranhas – PB.		ndex.php/recima21/artic e/view/198
----	------	---	--	---------------------------------------

Fonte: A autora (2022).

Na etapa de análise da qualidade metodológica dos estudos, passo 4, realizou-se a leitura dos resumos dos trabalhos selecionados e sinalizados no Quadro 2, para a demonstração da caracterização individual dos trabalhos selecionados, examinada a partir do objetivo, dados analisados e resultados, conforme a seguir:

Quadro 3 – Caracterização individual dos trabalhos selecionados, examinados a partir do objetivo, dados analisados e resultados.

n.	Objetivo	Dados analisados	Resultados
01	Capacitar discentes de acordo com os conceitos técnicos e legais, promovendo uma cultura, e a formação de agentes multiplicadores na instituição de ensino e no exercício dessa ação multiplicadora.	Após uma análise da NBR 14 276 (ABNT, 2006) e sua correlação com a atividade educacional, identificam-se atividades de brigada de incêndio, de forma preventiva, de caráter educacional e sem riscos para os estudantes.	Como agentes multiplicadores, 88,89% dos 36 capacitados do curso de brigadista, afirmaram que reúnem condições de passar as informações para outras pessoas, e 100% afirmou que as atividades das brigadas de incêndio devem continuar.
02	Desenvolver atos formativos sobre prevenção de acidentes no Colégio da Polícia Militar – CPM Luiz Tarquínio, ao que concerne a mobilização do quadro de professores, gestores e alunos da unidade de ensino, a partir de estratégias pedagógicas, orientações sobre prevenção contra acidentes, prevenção e combate a incêndios.	A coleta de dados, a partir do desenvolvimento de oficinas formativas temáticas de prevenção, mapeamento, entrevistas, análise de documentação e fontes oficiais e não oficiais, aplicação de questionários semiestruturados. A análise dos dados, diagnóstico das falas, signos, símbolos e marcas deixadas pelos sujeitos da pesquisa, de forma horizontalizada, fazendo o movimento cíclico de avaliação coletiva dos “achados” na pesquisa, avaliando o que é positivo e o que pode ser alterado pela pesquisa. A elaboração da escrita e produtos: criação de canal de difusão das ações na instituição militar escolar; criação de vídeos multimídias informativo com dicas de prevenção; construção de um relatório das medidas de segurança da unidade escolar produzido junto com os sujeitos escolares do CPM	As atividades planejadas e realizadas, assim como os produtos oriundos desta pesquisa aplicada, engajada e de intervenção, permitiram enumerar diversas potencialidades dessa inserção, tais como: aliar à gestão escolar, abordagens e estudos de comportamentos preventivos com ações administrativas e pedagógicas; quebrar a metodologia tradicional de sala de aula; estratégias pedagógicas capazes de despertar nos sujeitos do processo, aprendizagens significativas, considerando suas experiências e convidando-os para refletir sobre o contexto no qual estão inseridos; integração entre Bombeiros Militares, Polícia Militar, Escola e Comunidade, comportamentos seguros ao ambiente doméstico e escolar; favorecimento do uso de informações acerca de prevenção de acidentes e princípios básicos de primeiros

		Luiz Tarquínio.	socorros de maneira mais atraente e de linguagem simples a partir do uso da TIC; os órgãos competentes conhecerem as mudanças necessárias na infraestrutura do ambiente escolar através de relatório técnico; criação de uma nova forma de divulgar os serviços prestados pelo Corpo de Bombeiros, assim como nova forma de atendimento para solicitações da comunidade; substituição da visão do acidente como evento fortuitos para evento evitável.
03	Conhecer as tecnologias de saúde utilizadas no enfrentamento do incêndio em escolas de ensino fundamental, utilizando conceitos da Saúde Coletiva.	A pesquisa qualitativa utilizou o método da Teoria Fundamentada em Dados, contemplando 9 entrevistas semiestruturadas com alunos, familiares, professores, funcionários e bombeiros; dois encontros de grupo focal realizados com seis professoras e um simulado de incêndio que reuniu 147 integrantes da comunidade escolar e 7 bombeiros.	Os resultados contextualizam processos intercessores entre cidadania e saúde, educação e Estado pelo potencial educativo que levam a comunidade escolar à (re)organização e graus de liberdade significativos para enfrentar um incêndio ou dele proteger-se.
04	Mapear a percepção de risco de incêndio das duas comunidades escolares para o desenvolvimento de um treinamento para os professores das escolas, para que os mesmos possam atuar como multiplicadores de conhecimento sobre segurança contra incêndio.	Para entender a percepção de risco, a pesquisa foi feita por meio de questionários aplicados nos alunos de 5º a 9º ano do ensino fundamental, e continha 28 questões. O questionário Tipo IV, aplicado nos alunos de 1º a 3º ano do Ensino Médio, continha 42 questões. As questões eram socioeconômicas e sobre segurança contra incêndio. Este questionário foi respondido por 446 alunos, 160 da Escola Estadual de Ensino Médio Itália e 286 do Instituto Estadual Rio Branco. Todas as questões eram sobre segurança contra incêndio, foram selecionadas as questões que foram mais relevantes para o mapeamento da percepção de risco dos alunos.	A percepção de risco das duas comunidades escolares participantes, está intimamente relacionada com as informações que se têm disponíveis sobre o assunto. A falta de conhecimento sobre o que fazer em situações do cotidiano e também em relação à segurança contra incêndio, faz-nos perceber o quanto a educação nesta área precisa ser desenvolvida. É necessário que existam medidas que trabalhem com todas as faixas etárias da sociedade brasileira conceitos básicos e detalhados sobre segurança contra incêndio, já que, segundo a pesquisa, a maior parte dos alunos não sabe sequer o número do Corpo de Bombeiros.
05	Contribuir para melhoria dos sistemas de prevenção contra incêndio e efetivar um	Para a realização do Projeto Técnico de Prevenção a Incêndio e a Desastres (PTPID) na edificação deve-	Elaboração de um croqui, no software AutoCad, como base para a efetivação do projeto de prevenção de incêndio,

	projeto para a edificação.	se basear nas Normas de Procedimentos Técnicos (NPTs) do Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico (CSCIP). Foi realizado um levantamento de dados na edificação a fim de coletar as principais informações do colégio construído.	garantindo assim a proteção a vida humana e os bens materiais dos efeitos nocivos do incêndio que já se desenvolve.
06	Buscar compreender se os professores estão preparados para prestar os primeiros socorros em bebês segundo as normas, buscando conhecer a Norma Técnica, sua aplicabilidade nos espaços de atendimento educacionais a bebês e relacioná-la com documentos oficiais do MEC, refletindo sobre a formação do professor e seu preparo para lidar com pequenos acidentes em escolas infantis.	A pesquisa foi aplicada a 13 professores, entre contratados e efetivos, atingindo 76% de amostragem do total de 17 professores atuantes no CMEI Contos de Fada. As perguntas foram elaboradas de forma a obter informações que indicassem o grau de conhecimento acerca da Lei n.1.787/2007, da Norma Técnica n.º 12/2007 e cuidados em primeiros socorros envolvendo crianças.	Quanto às situações de riscos que resultem em primeiros socorros envolvendo crianças, mais de 60% dos profissionais responderam não saber como atuar caso houvesse necessidade. Os demais afirmaram saber ou deixaram a questão em branco, nos levando a questionar se estes últimos não quiseram responder por acharem que, pelo fato de terem um pouco de conhecimento, as respostas não se enquadrariam em nenhuma das alternativas apresentadas no questionário.
07	Diagnosticar falhas educacionais e de estrutura em escolas da rede pública e da rede privada dos estados do Paraná e Rio Grande do Sul a respeito da medida Brigada de Incêndio e exercícios simulados. Diagnosticar escolas da rede pública e da rede privada sobre a medida Brigada de Incêndio e o planejamento e realização de exercícios simulados. Avaliar as principais dificuldades encontradas para viabilização da execução dos treinamentos, para as instituições em questão, buscando propor soluções	Para a realização da pesquisa foram coletadas informações de instituições de dois estados distintos: Rio Grande do Sul e Paraná. Ao total, foram 15 estabelecimentos de ensinos, dentre elas 10 públicas e 5 privadas. Para cada instituição foi aplicado o mesmo questionário a fim de comparar os resultados entre si. Após a análise dos dados, verificou-se que para esses dados houve um crescimento de conhecimento relacionado ao tema por parte tanto das instituições quanto por parte da população presente em cada edificação, sendo as medidas de brigada de incêndio e os exercícios simulados responsáveis por parte desse ganho de conhecimento por parte da população em geral.	É possível notar que nas edificações pesquisadas os planos de prevenção e combate a incêndios estão presentes nas edificações e em geral atualizados. A respeito da medida Brigada de Incêndio, ela também está adotada nas edificações, porém, para analisar sua efetividade, se faz necessário um estudo com outra frente de abordagem, não analisada no estudo em questão. Nos ambientes escolares a rotatividade por turno dos funcionários, e docentes, é necessário possuir uma equipe de emergência grande para conseguir englobar todos os turnos das edificações. É possível notar que nas edificações pesquisadas os planos de prevenção e combate a incêndios estão presentes nas edificações e em geral atualizados. Nota-se também que existe a presença de brigadistas nos diversos turnos das edificações da amostra.
	Analisar se o plano de	Realizou-se uma análise nas	O trabalho analisou o plano de

08	emergência de uma escola em Criciúma/SC, atende aos requisitos da Instrução Normativa 31 do Corpo de Bombeiros e posteriormente apresenta as possíveis adequações as normativas.	instruções normativas do Corpo de Bombeiros de SC. Após, efetuou-se o estudo do “Plano de Emergência” da escola definida para o estudo de caso, com o propósito de identificar possíveis falhas do mesmo. Por fim realizou-se o cruzamento das informações obtidas nas duas primeiras etapas, além da análise detalhada da estrutura física da escola e de sua população. Ao final elencou-se itens para adequação do plano de emergência em análise.	emergência de uma escola de Criciúma/SC, fazendo comparação com a IN 031 do Corpo de Bombeiros de SC, e mostrou algumas melhorias a serem realizadas para a segurança dos funcionários e alunos. Diante disso, o colégio necessita montar um grupo de brigadistas, rever o ponto de encontro, providenciar o plano de emergência por escrito, informar o Corpo de Bombeiros sempre que for realizar exercício simulado, instalar sinalizações de emergência (placas de saída, localização do ponto de encontro, plantas de emergência) e desobstruir a escada do bloco do ensino médio.
09	Conhecer e analisar, sob a ótica da proteção e prevenção contra incêndio, as conjunturas que possam gerar riscos ou danos às pessoas e ao patrimônio da E. E. Pref. Joaquim Lacerda Leite, propondo intervenções, quando necessário, visto sua relevância para a comunidade local, e a importância de salvaguardar vidas.	Foram analisados os sistemas de prevenção e combate a incêndio indicados como obrigatórios, e avaliados segundo os parâmetros recomendados pela legislação vigente.	Os resultados apontam a escola como ineficiente no que concerne à prevenção e proteção contra incêndios, tornando assim o cenário em uma situação de emergência, um risco à própria integridade física dos seus ocupantes.

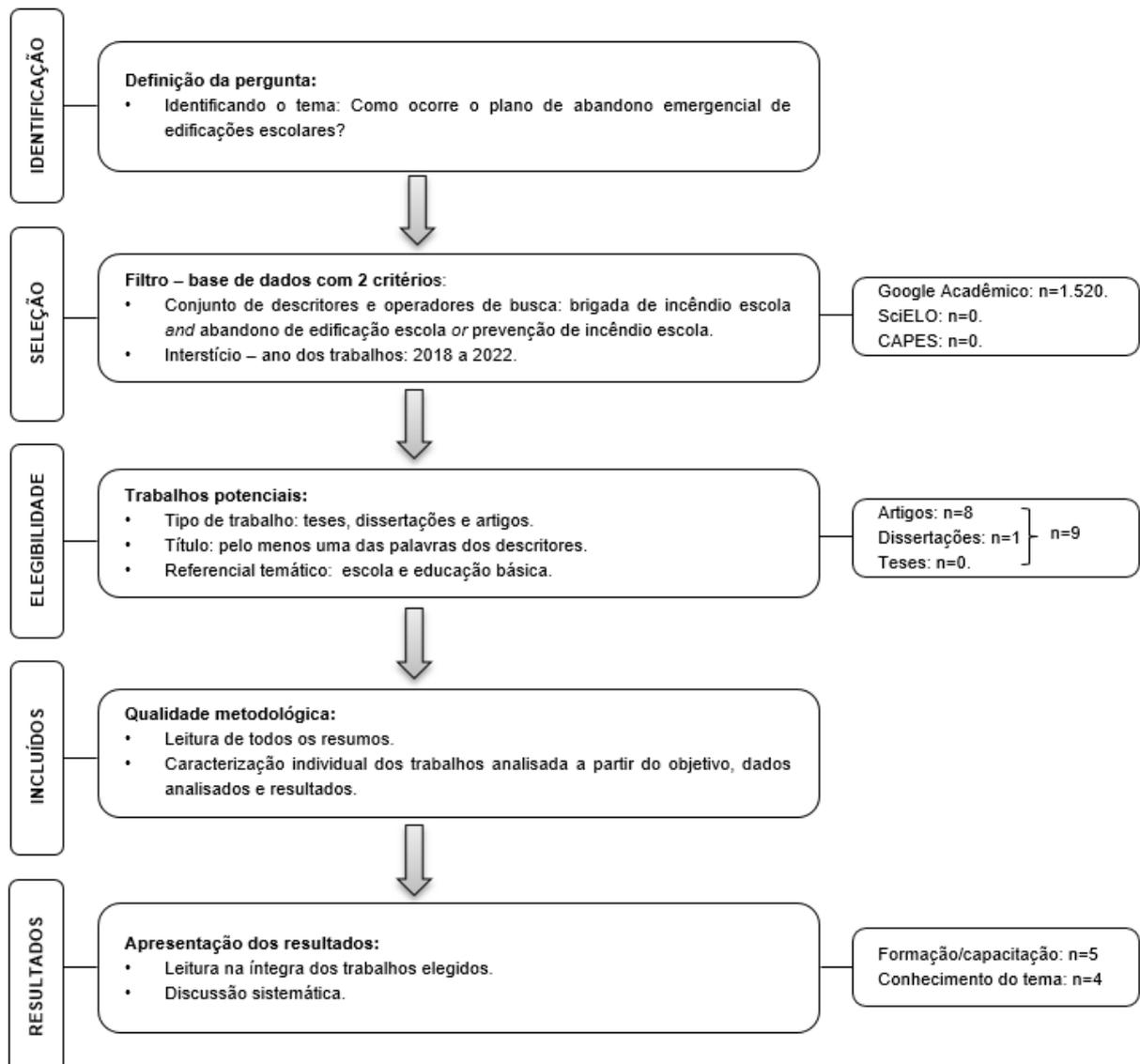
Fonte: A autora (2022).

A última etapa da RSL, a de apresentação dos resultados, passo 5, foi realizada a partir da leitura na íntegra dos 9 (nove) trabalhos que atenderam aos critérios de elegibilidade desta revisão, e teve o intuito de buscar e examinar produções, trabalhos científicos que abordaram o plano de abandono emergencial de edificações escolares. Por meio da leitura e análise de cada trabalho selecionado foi possível observar as metodologias empregadas em cada estudo, e como foram encontrados os resultados de acordo com o Quadro 3 de apresentação dos objetivos, dados analisados e resultados dos estudos avaliados.

Considerando que dos 9 (nove) estudos, 5 (cinco) foram focados na formação de docentes e comunidade escolar para a utilização do plano de abandono, e 4 (quatro) focaram nas análises de levantamento e entrevistas sobre o que a

comunidade escolar conhece e aplica referente ao plano de abandono existente, verificando as possíveis falhas e apontando propostas novas com melhorias para sua utilização com eficiência, ou seja, os estudos avaliados apresentam a necessidade de pensar tanto na elaboração correta de um plano de abandono emergencial de edificação escolar, quanto na formação e treinamento de seus usuários, para que o mesmo cumpra seu papel de prevenção de acidentes, e diminuição de riscos.

Figura 2 – Fluxograma do processo de seleção dos trabalhos.



Fonte: A autora (2022).

Com a elaboração do protocolo de RSL maximizou-se o potencial da busca no âmbito da pesquisa, e com o maior número possível de informações de uma maneira ordenada possibilitou de forma criteriosa a interpretação dos trabalhos.

O estudo de Gaspar et al. (2018), teve como objetivo a capacitação de discentes conforme os conceitos técnicos e legais para a promoção de uma cultura e formação de agentes multiplicadores na escola. Os autores mostraram a preocupação em introduzir uma cultura de prevenção no ambiente escolar, com relação ao acometimento de incêndios e por consequência a necessidade de abandono da edificação escolar.

Os autores explicam que as leis existem, porém, devido ao seu desconhecimento, sua aplicabilidade ainda se torna difícil, e que nos últimos anos, o Brasil apresentou um alto número de incêndios em instituições de ensino. Desta forma, fica vidente a necessidade de ações educativas para minimizar situações de risco e se não for possível evitá-las, ao menos que a comunidade escolar saiba como reagir a elas.

Assim, os objetivos secundários propostos foram de ressaltar a importância das atividades de brigada de incêndio; a implantação de uma metodologia participativa de avaliação; comunicação e gerenciamento de risco que possam ser aplicados nas escolas e de inspeção nos extintores de incêndio e seus locais de instalação, bem como a implantação de um programa de gerenciamento e controle dos extintores de incêndio, rotas de fuga e o desenvolvimento e implantação de um sinalizador sonoro de incêndio.

Por meio de ações educativas, a metodologia aplicada no estudo foi de abordagem quali-quantitativa, uma vez que foram aplicadas ações e seus resultados avaliados. Os autores analisaram a legislação para a brigada de incêndio e criaram um roteiro de inspeção que deveria ser realizado pelos estudantes da escola, na intenção de criar hábitos e cultura escolar de prevenção. Os resultados encontrados corroboraram com as ideias iniciais do estudo que afirmam a expressiva necessidade de atividades educativas, assim como as atividades brigadistas e implantação de uma cultura institucional para a conscientização e prevenção de incêndios nas edificações escolares.

O segundo estudo avaliado para esta revisão, trata-se de uma dissertação de mestrado, onde a autora Matos (2018) se preocupou em investigar sobre quais seriam as potencialidades da inserção de atos formativos sobre prevenção de

acidentes na escola pública, corroborando com os princípios apresentados por Gaspar et al. (2018).

A autora ressalta que a segurança é um ponto fundamental para as instituições de ensino, sendo públicas ou privadas, que visam garantir a proteção de quem a elas pertencem. Desta forma, apresenta a necessidade da elaboração de ferramentas que visem a proteção e o bem-estar de todos os integrantes da instituição, que neste estudo teve como foco uma escola pública do estado da Bahia.

A questão norteadora de sua pesquisa foi: quais as potencialidades da inserção de atos formativos sobre prevenção de acidentes na escola pública? Por meio da investigação, as ações realizadas durante a pesquisa visaram a prevenção de acidentes e o incentivo ao conhecimento sobre primeiros socorros em ambientes escolares.

A abordagem para a análise de dados foi de cunho qualitativo. Professores e estudantes foram envolvidos em ações pedagógicas promovidas por meio de uma imersão e integração com o Corpo de Bombeiros Militar, a escola, a família e a comunidade escolar.

Como resultado, foram produzidos vídeos educativos, oficinas formativas, elaboração de relatório técnico como base para a criação de projeto contra incêndio, construção do protótipo de um *link* e código QR para solicitação de palestras e oficinas em escolas, na intenção de ampliar o atendimento de serviço à sociedade, visando diminuir os números de acidentes nos espaços escolares. A autora reforça em suas considerações finais, que os acidentes oriundos de incêndio nas escolas aumentam a cada ano, e que cada vez mais, ações educativas são necessárias.

Na sequência foi realizada a avaliação do estudo de Silva et al. (2019), onde apresentou o uso de tecnologias de saúde para o enfrentamento do incêndio nas escolas, por meio do uso de conceitos de saúde coletiva.

Os autores reforçam a carência de ações profiláticas contra incêndios nas edificações escolares, uma vez que esses afetam diretamente o funcionamento da escola provocando muitas vezes atrasos e prejuízos referente à saúde e até mesmo à vida da comunidade escolar. As alterações de rotina oriundas de um incêndio muitas vezes podem causar traumas sérios para a comunidade.

O estudo utilizou de abordagem qualitativa, com a realização de entrevistas semiestruturadas, com alunos, familiares, professores, funcionários, bombeiros; 2 (dois) encontros de grupo focal realizados com professoras e um simulado de

incêndio, reunindo 147 (cento e quarenta e sete) pessoas da comunidade escolar e 7 (sete) bombeiros.

Para a realização da análise dos achados, foram estabelecidas três categorias: incêndio, uma experiência vivida e sentida; o enfrentamento às situações de incêndio na perspectiva da comunidade escolar; a responsabilidade do Estado. Os autores encontraram resultados semelhantes aos de Gaspar et.al (2018) e Mattos (2018), quando descrevem a importância de (re) organização de cultura e hábitos de prevenção.

O artigo de Graef e Rodrigues (2019) sobre o desenvolvimento de treinamento para professores a partir da análise da cultura de prevenção e percepção de risco de incêndio em comunidades escolares de Porto Alegre, teve como objetivo mapear a percepção de risco de incêndio comparando duas comunidades escolares na intenção de desenvolver um treinamento para os professores e que estes pudessem se tornar multiplicadores. O estudo aborda a urgência e a carência de ações no sentido de segurança e prevenção contra incêndio em ambientes escolares, como já verificado nas avaliações dos estudos apresentados anteriormente.

As autoras destacam que a sociedade brasileira tem a cultura de reagir às tragédias, porém, não de se prevenir contra elas. Neste contexto, elas relatam o surgimento do Projeto Educar para Prevenir: segurança contra incêndio nas escolas, projeto vinculado à extensão da UFRGS.

Este projeto teve como objetivo disseminar e consolidar a cultura de segurança contra incêndio de forma experimental. Assim, o artigo apresenta os resultados da aplicação desse projeto, onde, no início foi realizada a análise da percepção de risco das comunidades, para compreender o nível de conhecimento das pessoas envolvidas, para então, propor medidas de formação. Os termos utilizados como base para este entendimento e então promoção do treinamento sequencial, foram: “percepção de risco” e “cultura e segurança”, que no seu sentido, se assemelham aos usados por Silva et al. (2019).

Para a coleta de dados, as autoras aplicaram um questionário referente ao levantamento do conhecimento das duas comunidades escolares envolvidas, com aproximadamente 461 (quatrocentos e sessenta e um) participantes. Após a coleta de dados para o mapeamento da percepção de riscos, foi iniciado o

desenvolvimento de materiais educativos, jogos de tabuleiro, assim como um livro que está em elaboração.

Como considerações finais, as autoras apresentaram a expectativa de mudanças na cultura da prevenção e de que com medidas educativas, a sociedade aprenda, e em especial com a formação de professores para o uso de materiais didático-pedagógicos, essa cultura possa ser disseminada para toda a comunidade.

No estudo de Uebel e Bressan (2019), os autores visaram contribuir para melhoria dos sistemas de prevenção contra incêndio e efetivar um projeto para a edificação de um colégio estadual na cidade de Cascavel/PR. A proposta de pesquisa foi referente à elaboração de um Projeto Técnico de Prevenção a Incêndio e a Desastres na edificação embasado nas Normas de Procedimentos Técnicos do Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico.

Os autores fizeram referência à limitação da cultura de segurança no Brasil, uma vez que grande parte da população não sabe a maneira correta de como utilizar os equipamentos de proteção de incêndio, não possui aprendizado quanto a verificação da proteção da edificação, e de como proceder em situações de risco.

Justificando a relevância social do estudo, desejando a segurança e a proteção à vida que devem sempre ser priorizadas em todos os ambientes, principalmente ambientes de uso comum, como as edificações escolares. Salientam ainda que a prevenção contra incêndio para ser eficiente, deve ser realizada por treinamentos e formação de pessoas quanto os diferentes tipos de incêndios, o devido conhecimento das técnicas e normas, além das necessárias adequações de edificações e a avaliação de risco, objetivando eliminar ou diminuir a probabilidade de um incêndio acontecer.

A proposta metodológica do estudo focou na abordagem quali-quantitativa, pois foram analisadas as medidas preventivas necessárias para a edificação, e ao mesmo tempo para que atendesse as especificações do Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico de acordo com as classificações do código. Foi realizada uma coleta de dados in loco, por meio de registros fotográficos, para elaborar um projeto arquitetônico como base para o Projeto Técnico de Prevenção a Incêndio e a Desastres e análise das informações coletadas em relação às legislações vigentes.

Por meio dos resultados encontrados foi possível a elaboração do projeto e croqui, assim como a sua utilização. Como conclusão, os autores fortaleceram a importância de classificar corretamente a edificação em conformidade com as

normas, ressaltando os principais riscos encontrados no local, tendo em vista que se trata de uma escola com vidas que precisam estar seguramente protegidas para se desenvolver.

Santos et al. (2019) realizaram um estudo sobre a aplicabilidade da Norma Técnica n. 12, de 2007 – Brigada de Incêndio, que se aplica a todas as edificações e áreas de risco enquadradas na Lei n. 1.787, de 15 de maio de 2007, do Estado do Tocantins, em um centro municipal de educação infantil.

O objetivo do estudo estava em compreender se os professores atuantes na educação infantil se encontram preparados para prestar os primeiros socorros em bebês segundo as normas técnicas, relacionando-as com os documentos oficiais do MEC, e ainda permitindo a reflexão sobre a formação e preparo dos professores para estes atendimentos.

Os autores chamam a atenção que por mais que a escola seja um ambiente propício à acidentes, como qualquer outro espaço (casa, supermercado, etc.), o fato das instituições de ensino serem compostas por um número grande de indivíduos em processo de formação e aprendizagem, ou seja crianças, ela se torna um ambiente com maior passividade de acidentes, desta forma necessitando de maiores cuidados preventivos.

A metodologia aplicada no estudo foi a bibliográfica e documental, além da aplicação de questionários a professores. Os autores analisaram as normas, e documentos referentes aos primeiros socorros em caso de emergência, e perceberam escassez de produção literária quanto aos primeiros socorros na educação infantil.

Os resultados encontrados foram preocupantes, uma vez que demonstraram a falta de capacitação dos professores quanto à brigada de incêndio, o que indica que a escola está em desacordo com as normas de segurança contra incêndio e pânico. Os autores corroboram com os demais avaliados, pois indicam a importância da formação para a aplicabilidade das normas de segurança visando a proteção à vida dos estudantes.

Rauber e Almeida (2020) realizaram um estudo com o objetivo de diagnosticar falhas educacionais e de estrutura em escolas da rede pública e da rede privada dos estados do Paraná e Rio Grande do Sul, tendo como base que estes são os locais mais adequados para ações educativas em todos os aspectos. Assim, com o intuito de divulgar a prevenção e implementar a cultura a respeito da

brigada de incêndio, é fundamental que sejam realizados exercícios simulados, para que professores, estudantes e funcionários estejam aptos às ações em caso de emergência.

Para a coleta de dados os autores elaboraram um questionário que foi disparado por meio da ferramenta Google Formulários, e para elaboração de planilha dos dados levantados e avaliação de gráficos, tabelas e informações, foi utilizado o software Microsoft Excel.

O instrumento foi respondido pelos responsáveis ou pelas equipes de emergência de 15 (quinze) instituições de ensino. As questões foram sobre a existência ou não de exercícios simulados e da forma e frequência com que são realizadas as simulações. Foi realizada a comparação de como as simulações são realizadas nas instituições participantes conforme a percepção dos participantes.

Como resultados, foram encontrados dados importantes, como de que a maioria das instituições participantes apresentam um Plano de Prevenção e Combate a Incêndios ou Projeto Técnico de Prevenção a Incêndio e a Desastres atualizados.

Os autores concluíram que o levantamento de informações quando direcionadas a diferentes áreas da segurança contra incêndio é uma fonte relevante de dados, que pode ser a base para a tomada de decisões quanto às medidas de segurança aplicadas. Consideraram a importância de uma equipe preparada em cada turno de funcionamento dos colégios, uma vez que as instituições funcionam de manhã, à tarde e à noite, ou seja, é necessário possuir uma equipe de emergência grande para conseguir englobar todos os turnos das edificações.

Sugeriram ainda um trabalho futuro, de acompanhamento dessas simulações, visando avaliar o quanto as equipes treinadas, tratando de observar toda a população escolar envolvida no caso de abandono da edificação.

No artigo, de Correa e Antunes (2020), foi apresentado um estudo de caso referente à uma escola do estado de Santa Catarina, onde foram realizadas as análises das instruções normativas do Corpo de Bombeiros Militar e do Plano de Emergência e, uma análise detalhada da estrutura física da escola e de sua população, que ao final elencou-se itens para adequação deste plano.

Como resultado da análise, o Plano de Emergência da escola não atende os procedimentos básicos de segurança repassados pela norma do Corpo de Bombeiros. Referente ao sistema de abandono para pessoas com deficiência ou

mobilidade reduzida, foi observado que há um responsável por cada estudante que precisa de auxílio para locomoção, porém, estes monitores não podem ser considerados brigadistas, pois não realizaram o treinamento, nem capacitação por profissional habilitado.

Apesar da instituição não possuir equipe de brigadistas, informou que são realizados 4 (quatro) simulados por ano, onde os estudantes e funcionários são comunicados. As simulações são organizadas pela direção escolar por meio de reuniões, e todos os documentos gerados são registrados e arquivados na própria escola e não são comunicados ao Corpo de Bombeiros. Este comunicado é importante, para que um exercício de simulação não gere uma situação desconfortável, de que algum vizinho chame o Corpo de Bombeiros ao ouvir a sirene escolar, imaginando ser um incêndio real.

Com este estudo, os autores concluíram a necessidade de alterações no plano de abandono da escola, assim como a necessidade em montar um grupo de brigadistas, elaborar um plano de emergência por escrito e informar o Corpo de Bombeiros sempre que for realizar exercício simulado. Ações que devem ser consideradas normais em instituições de ensino para a promoção de segurança de seus pertencentes.

O último artigo avaliado para este capítulo, foi o de Melo Neto, Borges e Pereira (2021), onde os autores realizaram um estudo de caso sobre a análise do sistema de segurança de uma escola localizada no estado da Paraíba.

Com abordagem qualitativa, a pesquisa para a análise do sistema de segurança contra incêndio, encontrou possíveis falhas de inexistência, desconformidades e conformidades com as referências bibliográficas e documentais recomendadas.

Nessa pesquisa, como instrumento de coleta de dados aplicado durante a visita in loco para avaliar o sistema de segurança contra incêndio, foi utilizado um *checklist* com critérios: Conforme – C; Não Conforme – NC; Não Existente – NE (item de combate a incêndio não presente no lugar necessário) e Não Aplicável – NA (para os itens que não se aplicam à situação).

Após a realização da avaliação, os autores checaram que, conforme os parâmetros técnicos, a instituição mostrou-se ineficiente quanto à prevenção e proteção contra incêndio, constatando um ambiente inseguro, e deixando a população escolar em risco. Os autores destacam a importância de se adequar às

normativas vigentes, com a preparação das pessoas desses locais, bem como manter em plena ordem os equipamentos para que realmente a escola e sua comunidade possa ser assistida em caso de algum incêndio.

Os autores Gaspar et al. (2018) quando trazem a preocupação em inserir hábitos prevencionistas no ambiente escolar e conscientização a partir de práticas educativas para a prevenção de incêndios no interior das instituições de ensino corroboram com Matos (2018), quando discute a criação e inserção de normatização para a proteção da comunidade escolar, e a aplicação de atividades práticas pedagógicas envolvendo o Corpo de Bombeiros Militar, a escola, a família e a comunidade escolar, visando a segurança e a diminuição dos acidentes nos ambientes escolares.

Os estudos de Graef e Rodrigues (2019) e Santos et al. (2019) se assemelham quando demonstram a carência de intervenções sobre segurança, prevenção e combate a acidentes e incêndio. Isto demonstra a importância das condições dos professores estarem preparados para atender algum incidente na escola, e a reflexão sobre a capacitação e formação deles para o atendimento destas ocorrências nas escolas.

Uebel e Bressan (2019) também verificam em seu estudo a importância de treinamentos e formação de professores para agir em episódios de risco e incêndio, sabendo operar os equipamentos, equipamentos de proteção, e ainda verificar se a escola está protegida com o objetivo principal de afastar ou até mesmo diminuir a hipótese de um incêndio acontecer.

Sobre os trabalhos acerca de brigada de incêndio e plano de emergência refletindo sobre a disseminação de uma cultura prevencionista para a comunidade escolar, 2 (dois) estudos de caso desta revisão se assemelham: Correa e Antunes (2020) com uma análise detalhada da estrutura física de uma escola e de sua população para a adequação do plano de emergência e a prática do simulado de abandono, e Rauber e Almeida (2020) que demonstra em seu estudo que é essencial a prática de exercícios simulados para que a comunidade escolar estejam preparados nas situações de emergência no interior das escolas.

Por fim, sobre sistemas de prevenção contra incêndio os estudos de Melo Neto, Borges e Pereira (2021) e de Uebel e Bressan (2019) identificaram ineficiência na utilização e instalação dos equipamentos de proteção de incêndio em edificação escolar, o que demonstra fragilidade da cultura de segurança e prevenção, uma vez

que estas devem estar presentes e serem praticadas em todos os ambientes escolares.

A utilização da RSL, como procedimento de pesquisa, trouxe uma conexão com o objeto de investigação, pois as evidências apresentadas pelos trabalhos selecionados mostraram a preocupação da comunidade científica em diagnosticar, avaliar e propor soluções quanto à elaboração, conhecimento, formação e execução de ações no contexto de segurança escolar. Contribuiu, ainda, para a constatação da carência de direcionamentos para as instituições de ensino acerca do tema, o que impulsionou ainda mais o aprofundamento nos estudos e o interesse na produção de materiais em benefício da segurança escolar.

Os resultados obtidos mostram que os estudos avaliados apresentam a necessidade de se pensar tanto na elaboração correta de um plano de abandono emergencial de edificações escolares; do acesso às informações do tema pelas comunidades escolares, quanto na formação e treinamento das pessoas que compõem essa comunidade, para que os mesmos cumpram seu papel na prevenção, combate e diminuição de acidentes nos ambientes escolares.

Embora seja possível constatar os diversos benefícios da sensibilização de toda a comunidade escolar e a constância de capacitações, treinamentos e simulações periódicas, tendo em vista seus benefícios gerados para todos enquanto prevenção e combate a incêndio e acidentes, ainda, a prática de atividades que relacionem a escola, a comunidade e outras instituições, se observa a necessidade da produção de materiais de segurança escolar específicos ao tema.

O próximo capítulo da dissertação tratará das legislações pertinentes que abordam a educação especial, a fim de auxiliar na compreensão dos direitos e especificidades dessa modalidade de ensino.

2 LEGISLAÇÕES PERTINENTES AO TEMA

2.1 BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

A Educação Especial surge das lutas pelos interesses políticos e sociais ao enfrentamento das desigualdades às pessoas com deficiência. Em sua trajetória histórica, conforme Sasaki (1997), surgem uma gama de formas de atendimento a essas pessoas, que vão da total exclusão às propostas atuais de inclusão, passando por situações de segregação institucional e integração. Essas diversidades de atendimentos têm relação direta com a evolução social, histórica, cultural e política.

Para se contextualizar o direito à educação, segundo Saviani (2003), o princípio do direito da educação para todos, constituiu os Sistemas Nacionais de Ensino no século XIX, que tratou do processo de transição educacional do ensino individual doméstico para o ensino coletivo em espaços públicos intitulados escolas, e sistematização do funcionamento destas originando os sistemas educacionais organizados pelo poder público, assim foi se instituindo a compreensão da educação como assunto de interesse público, sendo assim de responsabilidade do Estado.

A partir da afirmação na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 de que todas as pessoas têm direito à educação, foi o grande advento para se iniciar os debates sobre a educação inclusiva.

No Brasil a educação especial começou a ganhar espaço na época do Império entre 1854 e 1956 quando foram concretizadas iniciativas oficiais e particulares, ainda que isoladas, com a fundação do "Imperial Instituto para Meninos Cegos" atual (Instituto Benjamin Constant), o Imperial Instituto dos Surdos-mudos, atual Instituto Nacional de Educação de Surdos. (MAZZOTTA, 2005).

A Lei n. 4.024, de 1961, que foi a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, concebeu a educação como direito de todos, recomendando a integração da “educação de excepcionais” (educação especial) ao Sistema Regular de Ensino. Em 1971, a Lei n. 5.692 reformulou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e reafirmou a necessidade de conferir tratamento adequado aos alunos com necessidades especiais.

A partir do século XX, conforme observa Jannuzzi (2004), há uma crescente valorização das pessoas com deficiência em decorrência dos movimentos sociais

em defesa da inclusão que foram surgindo juntos com os questionamentos dos modelos de aprendizagem da época. Já no Brasil a educação especial se organizou em outros centros de atendimento educacional especializado (BRASIL, 2008):

No início do século XX é fundado o Instituto Pestalozzi – 1926, instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental; em 1954 é fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE e; em 1945, é criado o primeiro atendimento educacional especializado às pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi, por Helena Antipoff. (BRASIL, 2008, p. 6).

A Constituição Federal de 1988 incorporou vários dispositivos referentes aos direitos da pessoa com deficiência, nos âmbitos da saúde, educação, trabalho e assistência (BRASIL, 1988). Especificamente no campo da educação registrou-se o direito público à educação para todos os brasileiros, entre eles, os indicados como portadores de algum tipo de deficiência, preferencialmente junto às redes regulares de ensino. Essas determinações abrangeram outros textos legais da União e legislações estaduais e municipais. (GÓES, 2007).

Contudo, a educação de pessoas com deficiência consistia basicamente em serviços paralelos à educação regular em instituições especiais privadas de caráter filantrópico e em classes especiais majoritariamente no sistema público de ensino. A Sinopse estatística da Educação Especial de 1988, do Ministério da Educação mostrava que, dos estudantes que recebiam atendimento especializado no Brasil apenas 21,78% estavam em instituições públicas e 78,21% em instituições privadas filantrópicas. (BRASIL, 1991).

A Lei n. 7.853, de 1989 estabeleceu a educação especial como modalidade educativa desde a pré-escolar, 1º e 2º grau e supletivo, assim como a habilitação e reabilitação profissionais, com currículos, etapas e exigências de diplomação específicas. Assegurou a inserção de crianças e jovens com deficiência nas escolas especiais, privadas e públicas, assim como a oferta, obrigatória e gratuita, da educação especial em estabelecimento público de ensino. Considerou crime recusar, suspender, procrastinar, cancelar ou fazer cessar, sem justa causa, a inscrição do aluno com deficiência em estabelecimento de ensino, de qualquer curso ou grau, público ou privado, por motivos derivados de sua deficiência. (BRASIL, 1989).

Em 1990, o Brasil participou da Conferência Mundial Sobre Educação para Todos na cidade de Jomtiem, na Tailândia, onde foi aprovada a Declaração Mundial

sobre Educação para Todos: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem (UNESCO, 1990). “Este documento define genericamente a necessidade de assegurar a igualdade de acesso à educação a todos, incluindo os deficientes, garantindo uma educação básica para todos os cidadãos” (UNESCO, 1990 citado por CAMISÃO, 2004). A conferência não teve como objetivo abordar o problema das pessoas com deficiências, conforme observa Souza (2014), no entanto destacou a relevância da educação dos sujeitos considerados excluídos e daqueles que não se beneficiaram da educação oferecida pelo sistema de ensino na época.

O Decreto n. 914, de 1993, institui a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. O documento estabelecia os objetivos dessa Política, que eram centrados na integração das ações dos órgãos públicos e entidades privadas nas áreas de saúde, educação, trabalho, transporte e assistência social, visando à prevenção das deficiências e à eliminação de suas múltiplas causas. (BRASIL, 1993).

Os movimentos sobre inclusão escolar tomaram força em 1994 com a Declaração de Salamanca, que foi criada para assegurar que os países desenvolvessem políticas públicas educacionais para atendimento de todos os cidadãos de forma igualitária, com vistas a proporcionar a educação para pessoas com necessidades educativas especiais em qualquer sistema educacional.

Tal proposição foi anunciada como uma “estratégia educacional global” e um “consenso universal” sobre as pessoas com deficiências. (UNESCO, 1994). Para Santos (2000), um dos aspectos mais importantes da Declaração de Salamanca é a retomada de discussões sobre estas consequências e o encaminhamento de diretrizes básicas para a formulação e reforma de políticas e sistemas educacionais.

É importante também observar a Portaria n. 1.793, de 1994, do Ministério da Educação e do Desporto – MEC, que recomenda a inclusão da disciplina “Aspectos Éticos-Políticos-Educacionais da Normalização e Integração da Pessoa Portadora de Necessidades Especiais”, prioritariamente nos cursos de Pedagogia, Psicologia e em todas as Licenciaturas. Além disso, nesse documento sugere-se que esses conteúdos sejam incluídos nos cursos vinculados às denominadas Ciências da Saúde. (BRASIL, 1994b).

A segunda LDBEN foi promulgada pela Lei n. 9.394, de 1996, que estabeleceu novas diretrizes e bases da educação nacional, e define a educação

especial como uma modalidade de educação escolar inserida em todas as etapas e níveis de ensino, desassociando-a do conceito de escola especial.

Em seu Art. 59 assegura aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação o direito a currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades, também terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados. (BRASIL, 1996).

As Secretarias de Educação Especial e de Educação Fundamental, juntamente com o MEC, publicaram, em 1998, os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN: adaptações curriculares: estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais. (BRASIL, 1998). Os PCNs entendem a educação especial como diversidade da comunidade escolar destacando a importância de se realizar adaptações curriculares que possam atender as necessidades particulares de aprendizagem dos alunos, e, considerando não só as capacidades intelectuais e os conhecimentos dos alunos, mas, também, seus interesses e motivações.

A Resolução n. 2 – CNE/CEB, de 2001, instituiu as Diretrizes Nacionais para a Educação de Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (BRASIL, 2001a), na Educação Básica, abrangendo todos seus níveis e modalidades preconiza flexibilizações e adaptações curriculares; oferta serviços de apoio pedagógico especializado; viabiliza a temporalidade flexível do ano letivo; promove a criação de classes especiais, e dispensa atenção individual aos alunos com graves deficiências entre outros.

Surge no Brasil em 2008, a nova Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva – PNEEPEI, da Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação – SEESP/MEC, “[...] passando a orientar os sistemas educacionais para a organização dos serviços e recursos da Educação Especial de forma complementar ao ensino regular, como oferta obrigatória e de responsabilidade dos sistemas de ensino.” (BRASIL, 2008, p. 5), e define a educação especial como uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, e realiza atendimento educacional especializado nas turmas comuns do ensino regular. (BRASIL, 2008, p. 16).

Com essa nova organização dos atendimentos das escolas especiais os atendimentos passaram de substitutivo para escolarização complementar ou suplementar para locais, governamentais ou não, que poderiam ofertar o atendimento educacional especializado a esses estudantes já matriculados no ensino regular. (BRASIL, 2008).

Esta reorganização foi regulamentada em 2008, por meio do Decreto Federal n. 6.571, de 2008, que dispõe sobre o atendimento educacional especializado:

[...] § 1º Considera-se atendimento educacional especializado o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular. (BRASIL, 2008).

Posteriormente foi substituído pelo Decreto n. 7.611, de 2011, que dispôs sobre o dever do Estado com o ensino para as pessoas público-alvo da educação especial integrado à proposta pedagógica escolar; o acesso e participação dos estudantes atendendo suas necessidades; os objetivos do atendimento educacional especializado; a articulação com as demais políticas públicas, bem como o apoio da União.

Tal decreto trazia o termo “preferencialmente” ao tratamento da educação especial no ensino regular, o que possibilitaria que instituições que ofertam o Atendimento Educacional Especializado – AEE em substitutivo ao ensino comum a realizar tal atendimento, isto é, a escolarização sendo realizada em classes especiais e em escolas especiais, podendo ainda se ter o suporte da administração pública para as instituições privadas sem fins lucrativos especializadas que atuam exclusivamente na educação especial. (BRASIL, 2011).

Para a implementação deste Decreto, a Resolução n. 4 – CNE/CEB, de 2009, instituiu-se as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade de Educação Especial, ofertando a matrícula dupla dos alunos com necessidades educacionais especiais, a saber: nas classes regulares e no AEE. (BRASIL, 2009).

O CNE/CEB em seu Parecer n. 13, de 2009, definiu que todos os alunos com deficiência mental, transtornos globais de desenvolvimento e com altas habilidades devem matricular-se na escola regular, com vistas a garantir que os alunos das escolas especiais recebam escolarização em escola comum, o que fortaleceria o

direito de acesso a todos os alunos, independentemente de suas diferenças. (BRASIL, 2009).

Ainda em 2009, o Decreto n. 6.949 promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 2007. O Art. 24 estabelece que pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional em decorrência da deficiência e que as crianças com deficiência não sejam excluídas do ensino primário gratuito e compulsório ou do ensino secundário, sob alegação de deficiência. (BRASIL, 2009).

A Lei n. 13.146, de 2015, institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – Estatuto da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015), que visa a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. O documento destaca o dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação.

Em 2020, o governo federal aprova o Decreto n. 10.502 que institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. O documento afirma que os educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação poderão receber atendimento educacional em classes e escolas especiais, em classes e escolas bilíngues de surdos, garantindo os direitos constitucionais de educação e de atendimento educacional especializado. (BRASIL, 2020).

No estado do Paraná a escolarização desse público passou a fazer parte do sistema de ensino da Secretaria de Estado da Educação – SEED/PR, a partir de 1963, conforme consta nas Diretrizes Curriculares da Educação Especial para a Construção de Currículos Inclusivos. (PARANÁ, 2006).

Mas em 1939 já teve o registro da criação da primeira escola especial paranaense, o Instituto dos Cegos, em Curitiba. Já a primeira classe especial da rede de ensino pública, teve seus atendimentos iniciados em 1958. O Departamento de Educação Especial começou a fazer parte da estrutura organizacional da SEED/PR a partir do ano de 1970, iniciando assim os atendimentos especializados na rede pública de ensino. (PARANÁ, 2009).

Com vistas à regulamentação desses atendimentos como sistema de ensino, foram promulgadas as Deliberações n. 04, de 1973 e n. 024, de 1975, posteriormente a Deliberação n. 020 – CEE, de 1986, regulamentou a prestação de serviços aos alunos “caracterizados como excepcionais em classes comuns, em classes especiais, em sala de recursos e em centros de atendimentos especializados. (SALLES, 2013).

As normas para a Educação Especial, denominando de Modalidade de Educação Básica para Alunos com Necessidades Educacionais Especiais no Sistema de Ensino do Estado do Paraná foi promulgada pela Deliberação n. 02 – CEE, de 2003, substituindo esta de 1986, e alterando a terminologia de alunos excepcionais para alunos com necessidades educacionais especiais, caracterizado por apresentar:

- I) Dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento que dificultem o acompanhamento das atividades curriculares, não vinculadas a uma causa orgânica específica ou relacionadas a distúrbios, limitações ou deficiências;
- II) Dificuldades de comunicação e sinalização demandando a utilização de outras línguas, linguagens e códigos aplicáveis;
- III) Condutas típicas de síndromes e quadros psicológicos, neurológicos e psiquiátricos;
- IV) Superdotação ou altas habilidades que, devido às necessidades e motivações específicas, requeiram enriquecimento, aprofundamento curricular e aceleração para concluir, em menor tempo, a escolaridade, conforme normas a serem definidas por resolução da Secretaria de Estado da Educação. (PARANÁ, 2003, p.2).

Esta deliberação também trouxe conteúdos para a construção de políticas públicas no estado do Paraná, pois definiu o atendimento desse alunado para ser realizado por serviços especializados ou em classes especiais, quando não fosse possível no ensino regular, em detrimento às características de cada aluno. Para a melhoria do atendimento educacional especializado, ainda estabeleceu a possibilidade de celebração de convênios e parcerias com as administrações municipais e estaduais, e organizações não-governamentais. (PARANÁ, 2003, p. 1).

Em detrimento ao Decreto 6.571, de 2008, que tratava sobre o atendimento educacional especializado, o Departamento de Educação Especial e Inclusão Educacional – SEED/DEEIN delibera, em 2009, um documento denominado Política Estadual de Educação Especial na Perspectiva da Inclusão, que trazia a permanência da educação especial como modalidade de ensino substitutiva. (PARANÁ, 2009).

A política de inclusão nos remete ao entendimento de que a escola de educação especial cabe um contingente restrito de alunos, que dela se vale somente quando, em face de sua intensa especificidade, a escola comum, mesmo com os apoios especializados, não demonstre ser o melhor espaço para atender suas necessidades. (PARANÁ, 2009, p. 11).

Por solicitação da Federação da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE do estado do Paraná, a SEED/PR, por intermédio do seu Departamento de Educação Especial e Inclusão Educacional – SEED/DEEIN, encaminhou ao Conselho Estadual de Educação – CEE o Ofício n. 4.832, de 2009, solicitando a alteração da denominação das Escolas de Educação Especial para Escolas de Educação Básica na Modalidade de Educação Especial.

Tal proposta foi instrumentalizada pelo Parecer do CEE/CEB n. 108, de 2010, e pela Resolução n. 3.600, de 2011 – SEED, autorizando, imediatamente para o ano letivo de 2011, a utilização da denominação Escolas de Educação Básica, na Modalidade de Educação Especial, com oferta de Educação Infantil, Ensino Fundamental – anos iniciais, educação de Jovens e Adultos – Fase I, e Educação Profissional/Formação Inicial, e não mais Escola de Educação Especial. (PARANÁ, 2011, p. 1),

Ainda em 2010, a Assembleia Legislativa do Paraná – ALEP aprova a Lei n.126, de 2010, instituindo o Programa de Apoio às Instituições Filantrópicas que oferecem, exclusivamente, educação básica na modalidade de educação especial em Escolas ou Centros de Atendimento Educacional Especializado, e que dispõe em seu Art. 2º assegurar aos educandos com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento, com alta especificidade, a escolarização em nível de Educação Básica.

Art. 2º. O Programa objetiva, através da conjugação de esforços entre o Governo do Estado e a Entidade Mantenedora de Escola de Educação Básica na Modalidade de Educação Especial e/ou de Centros de Atendimento Educacional Especializado, assegurar aos educandos com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento, com alta especificidade do Estado do Paraná, a escolarização em nível de educação básica, em consonância com a política educacional da SEED. (PARANÁ, 2010, p. 1).

Seguidamente, a SEED/PR, delibera a Instrução n. 012 – SEED/SUED, de 2011, estabelecendo a integração das escolas de educação básica na modalidade de educação especial ao Sistema Estadual de Ensino do estado do Paraná, oferecendo a escolarização e garantindo certificação aos estudantes, bem como a

garantia de igual tratamento praticado às outras instituições de ensino da rede pública estadual. (PARANÁ, 2011).

Esta escolarização se faz prevista na Instrução n. 07 – SEED/SUED, de 2014, atualizada pela Instrução Normativa n. 02 – SEED/DPGE, de 2020, que dispõe sobre a instrução dos procedimentos para a realização das matrículas nas instituições de ensino da rede pública estadual de educação básica e nas escolas de educação básica na modalidade de educação especial. (PARANÁ, 2020).

Para isto devem manter os ajustes formais de parceria entre a mantenedora e a SEED/PR, nos termos Instrução n. 09 – SEED/SUED, de 2014, atualizada pela Resolução n. 2.055 – SEED/PR, de 2021, e a Instrução Normativa n. 005, da SEED/DEDUC, de 2021, que regulamentam e dispõem sobre as parcerias e os Termos de Colaboração entre a SEED/PR, e as entidades privadas sem fins lucrativos mantenedoras de escolas de educação básica na modalidade de educação especial, de Centros de Atendimento Educacional Especializado e de Escolas para Surdos e/ou Cegos. (PARANÁ, 2021).

No estado do Paraná o processo de escolarização desse público também está previsto na Lei n. 17.656, de 2013, que institui o Programa Estadual de Apoio Permanente às Entidades Mantenedoras de Escolas que ofertam educação básica na modalidade de educação especial denominado “Todos iguais pela educação”, que traz em seu art. 2º, assegurar:

[...] em qualquer faixa etária, a oferta das etapas da educação infantil, ensino fundamental, médio, Educação de Jovens e Adultos/Educação Profissional, incluindo a oferta gradativa de período integral, por meio da parceria com o Estado do Paraná e as Entidades Mantenedoras [...]. (PARANÁ, 2013).

Em resumo, o objetivo, para a política nacional, é que se crie dentro do âmbito escolar um ambiente que oportunize ao estudante com deficiência igualdade de direitos de se alcançar os mesmos objetivos educacionais, enquanto que as normativas atuais paranaenses criam dentro da escola especial o processo de escolarização como solução para o despreparo da escola comum para atender este público. (ALMEIDA; CRUZ, 2015).

Embora se apresente grandes avanços legais e um vasto estoque de normativas que propõem as políticas da educação especial, é importante um novo olhar do Estado, como uma ampla proposta de inclusão, destacada nos princípios

dos direitos humanos, a qual todos os sujeitos devem ter equidade de acesso à educação.

2.2 O PROGRAMA BRIGADAS ESCOLARES – DEFESA CIVIL NA ESCOLA

No estado do Paraná se observa preocupação com a segurança nas instituições de ensino estaduais por meio do Programa Prontidão Escolar Preventiva – PEP, orientado pela Instrução 02 – DAE/SUDE, de 2010, que buscava preparar os servidores das instituições de ensino estaduais para tratar de temáticas sobre segurança; desastres naturais; primeiros socorros; prevenção a incêndio, entre outros. (PARANÁ, 2010).

Este Programa foi desenvolvido à época pela SEED/PR em parceria com a Polícia Militar, por meio do Comando do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Paraná, do Batalhão de Patrulha Escolar Comunitária – BPEC e Programa Educacional de Resistência às Drogas – PROERD), do 13º Batalhão de Polícia Militar, da Companhia de Polícia de Choque – CIA PCHOQUE, e pelo Comando e Operações Especiais – COE. (PEP, 2010, p.1, citado por LEONARDI, 2018, p. 81).

Face a esta iniciativa, em 2012, como proposta de política de Governo surgiu um outro projeto com perspectiva semelhante, nascia então o Programa Brigadas Escolares – Defesa Civil na Escola.

O Programa foi articulado entre a Secretaria de Estado da Segurança Pública – SESP/PR, SEED/PR e Casa Militar da Governadoria, com a intenção de proteger a comunidade escolar e mantê-la segura em situações de risco, a partir de capacitações e treinamentos, ainda regularizar as edificações escolares às normativas do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Paraná. Esta ideia foi concretizada por meio do Decreto Estadual n. 4.837, de 04 de junho de 2012, conforme seu art. 1º, e implantada na rede de ensino estadual:

Fica criado, no âmbito da Rede Estadual de Ensino do Paraná, o Programa Brigada Escolar – Defesa Civil na Escola, com o objetivo de capacitar alunos e servidores para desenvolverem ações mitigadoras e de enfrentamento a emergências e desastres, naturais ou provocados pelo homem, que comprometam a segurança da comunidade escolar, bem como promover adequações das edificações dos estabelecimentos de ensino em atendimento às normas de segurança contra incêndio e pânico do Corpo de Bombeiros. (PARANÁ, 2012).

Assim, por meio de programas e projetos de treinamentos e capacitações é possível a promoção da participação de pessoas envolvidas nas ações de segurança e prevenção de acidentes, oportunizando o estreitamento da relação entre a sociedade civil e o Estado quando mais pessoas estão envolvidas nas ações realizadas com a comunidade escolar. (FERREIRA et al., 2011).

No âmbito da rede estadual de ensino e, considerando o contido em seu preâmbulo [...] a importância da instituição de uma brigada de emergência nas instituições de ensino da rede estadual para o enfrentamento ordenado de situações de risco por meio de treinamento de alunos, professores e funcionários [...], a instituição do Programa se constituiu por meio da Instrução n. 024, de 2012 da SEED/SUED, que estabeleceu a sua implementação; a formação e implantação das brigadas escolares; as atribuições do diretor e do pedagogo da instituição de ensino; as atribuições da Brigada Escolar¹, e acerca das escolas de educação especial devendo receber tratamento pontual e específico em relação à capacitação da Brigada Escolar.

Em de 08 de janeiro de 2015 tornou-se política de Estado e foi instituído por meio da sanção da Lei Estadual n. 18.424, sendo ofertado por um grupo de Secretarias da administração pública do Estado, formado pela Coordenadoria Estadual da Defesa Civil, Secretaria de Estado da Educação, e pela Secretaria de Estado da Segurança Pública. Manteve seu objetivo original para atender a necessidade de ações de prevenção de acidentes e emergências no ambiente escolar e oportunizar treinamentos e capacitações para servidores das instituições de ensino públicas estaduais e da modalidade de educação especial, fortalecendo ainda mais a proposta da disseminação da cultura prevencionista a partir do ambiente escolar.

[...] o Programa opta em trabalhar no ambiente escolar, onde se espera mitigar os impactos, promovendo mudanças de comportamento, visto que crianças e adolescentes são mais receptíveis, menos resistentes a uma transformação cultural e potencialmente capazes de influenciar pessoas, atuando como multiplicadores das medidas preventivas. (PARANÁ, 2012).

Posteriormente a lei foi regulamentada pelo Decreto n. 4.587, de 13 de julho de 2016 que trouxe a composição das coordenações e respectivas atribuições nas esferas para execução do Programa. Assim, estabeleceu-se uma Coordenação

¹ A Brigada Escolar é o grupo formado pelos servidores da instituição de ensino que passaram pelo Curso de Formação de Brigadistas Escolares. (PARANÁ, 2019, módulo II, p. 42).

Geral e uma estrutura de coordenação executiva nos níveis Estadual, Regional e Local. (PARANÁ, 2016).

A legislação do Programa sofreu uma alteração pela Lei n. 20.237, de 04 de junho de 2020, diante da promulgação de uma Lei Federal, a n. 1.722, de 4 de outubro de 2018 que decretou em seu Art. 1º:

Os estabelecimentos de ensino de educação básica da rede pública, por meio dos respectivos sistemas de ensino, e os estabelecimentos de ensino de educação básica e de recreação infantil da rede privada deverão capacitar professores e funcionários em noções de primeiros socorros. (BRASIL, 2018).

Esta lei federal originou-se devido a uma tragédia ocorrida em Campinas, no ano de 2017, onde o menino Lucas perdeu sua vida em um passeio escolar ao se engasgar com um alimento e não recebeu adequadamente um atendimento de primeiros socorros até que o serviço de emergência chegasse. (Revista Crescer, 2018).

Ao ocorrer um sinistro no ambiente escolar, ou acidente específico com alunos, é de suma importância que os servidores da instituição de ensino saibam como agir na situação da emergência. Os profissionais da escola normalmente não possuem a formação necessária para atuar com agilidade em situações que exigem habilidades de primeiros socorros. (LEITE, FREITAS e MESQUITA, 2013). Nestes casos, a reação dos envolvidos pode ser fundamental antes da chegada das equipes especializadas de emergência, muitas vezes salvando vidas e impedindo que ocorrências mais graves aconteçam. (LEITE et al., 2018).

Desta forma, a nova lei do Programa trouxe de maneira expressa a necessidade de capacitar servidores e alunos para o enfrentamento a emergências e/ou desastres, ainda para prestarem primeiros socorros em caso de acidentes. (PARANÁ, 2015).

Outra alteração na legislação do Programa foi realizada pela deliberação da Lei Estadual n. 20.863, de 7 de dezembro de 2021, desta vez estendendo sua proposta à rede de ensino pública paranaense.

A conjugação de esforços entre as administrações estaduais e municipais para a viabilização do Programa, demonstra a preocupação dos agentes públicos nas ações de prevenção nos ambientes escolares. Ainda, motivam e engajam a sociedade por um objetivo comum, atendem ao interesse público e promovem um

avanço social. Para isso, se fazem necessárias ações para além do contexto do ambiente escolar, e que serão abordadas no próximo capítulo.

3 AS RELAÇÕES ALÉM DOS MUROS DA ESCOLA

A escola é um espaço específico destinado ao processo educativo para a construção de saberes, ou seja, o espaço onde a formação inicial do indivíduo começa, além da formação recebida pela família. Neste sentido, entende-se a escola como um espaço formal para a formação das pessoas. Assim, ao escolher a instituição em que seu filho irá estudar a família está oportunizando a construção de sua identidade, essa escolha promove a identificação como valor, missão da instituição frequentada, e desenvolve um sentimento de pertencer ao grupo de pessoas que lá estão.

Quando se trata especificamente da escola para a formação do sujeito, pode-se dizer que é um espaço privilegiado, pois, é o espaço formal para a educação. É concebida como um lugar que favorece a educação sistematizada por meio de um currículo determinado, onde os conteúdos dispostos são considerados necessários para a formação do cidadão, formação regular para a vida, uma formação integral. (BARROS, SANTOS, 2010).

A Base Nacional Comum Curricular – BNCC (BRASIL, 2017, p. 62), traz a escola [...] como espaço formador e orientador para a cidadania consciente, crítica e participativa. Este documento apresenta os conteúdos a serem desenvolvidos nas escolas com a intenção de nortear o trabalho da equipe escolar (docentes, dirigentes e comunidade).

[...] é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE). Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, como fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN). (BRASIL, 2017, p.09).

A formação do indivíduo pela escola, traz a importância de se tornar um cidadão ativo, com o desenvolvimento de habilidades e competências. A sociedade tornou a escola um espaço de construção e transmissão de saberes, ou seja, tornou a escola um espaço de ações concretas, pré-definidas e organizadas por equipes gestoras e demais pessoas que a compõem. (GOMES, 2013).

Segundo Nóvoa (2017), os professores são os agentes principais da educação nas escolas. Eles são responsáveis pela transformação dos estudantes mediante suas práticas docentes, desempenhando papel social de lidar com as relações humanas. São também responsáveis pela participação da sociedade na escola, em parcerias, associações e em todas as questões educativas.

Estes espaços ou a estrutura dos espaços educacionais (escolas) são locais caracterizados pela finalidade de educar, são edificações cercadas de muros, para que o conhecimento possa ser promovido com segurança se tornando assim, um espaço educador consolidado.

Gadotti (2006) apresenta a escola como um local de contribuição para o desenvolvimento de potencialização do uso da cidade no aspecto educativo, quando o papel social se faz presente na criação de novos conhecimentos sem dispensar os conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade, tornando-se uma escola científica e transformadora.

Esta escola científica precisa acompanhar o mundo contemporâneo utilizando de informações atuais e em tempo real. Os professores precisam fazer, do fazer educativo, um momento de prazer e produtividade, dando suporte para que os estudantes desenvolvam suas próprias habilidades, sem traumas e medo de errar, se permitindo aprender os conteúdos pré-determinados e os necessários para cada grupo. (CHAVES, 2017).

[...] Dadas as estruturas educacionais advindas de uma concepção histórica acerca da escola como espaço educador, tende-se a acreditar que esse espaço cercado por muros e com salas de aula é o único lugar em que pode-se conceber o conhecimento. A partir disso, Matarezi (2005) destaca que um espaço educador é aquele que traz características educativas, ou seja, possibilita a aprendizagem sem ao certo ser um espaço evidentemente destinado a isso. (CHIQIIM, 2020, p. 56).

Gomes (2013) em sua dissertação, "Para além dos muros da escola: caminhos para a compreensão da educação na escola", trata da relação dialógica entre a educação e a cidade. Promove uma reflexão da importância da educação não formal no processo de formação do cidadão e quanto a cidade como território, contribui para esta formação. Traz a existência da educação não apenas por meio de aprendizados de conteúdos específicos; pelo processo pedagógico formal dentro da escola, mas referente à processos de aprendizagem de novos hábitos, valores e comportamentos.

A relação da escola enquanto instituição formal e a possibilidade da educação fora da escola, não diminui sua importância histórica. (GOMES, 2013). Apresenta a contribuição que a escola e seu papel como instituição social, para além da sala de aula, estabelece com as instituições ao seu redor e com a comunidade. Traz a realidade de seus estudantes para dentro da escola e oportuniza que os mesmos aprendam com situações cotidianas, por meio de suas vivências e potencialidades que a cidade tem a oferecer neste processo educativo. (CHIQUIM, 2020).

Além da escola, outros espaços sociais da cidade promovem a educação contínua do indivíduo como: clubes, igrejas, praças. Toda a interação humana possibilita novos aprendizados, novas culturas.

[...] as cidades são educativas por si, mas elas tornam-se educadoras quando assumem essa intenção “consciente de que suas propostas têm consequências em atitudes e convivências e geram novos valores, conhecimentos e habilidades.” (AICE, 2020).

Um exemplo da relação da escola com outros espaços educativos e outros agentes, como o Corpo de Bombeiros, que exerce seu papel de educador e multiplicador de informações, com o objetivo de provocar mudanças de comportamentos e atitudes da comunidade relacionadas à cultura de prevenção. Desta forma, na perspectiva do Corpo de Bombeiros como setor da administração pública e como agente beneficiador à sociedade, ele deixa de ser somente uma ferramenta de execução, no combate a incêndio e emergências, quando exerce seu papel na educação.

Ao se implantar programas e projetos onde a escola se relaciona com outros espaços de educação, se criam condições de aprendizagem nos espaços não formais, alcançando além dos estudantes, a comunidade em geral também. A aproximação com a sociedade estreita as relações, pois ao envolver-se com a escola outros setores participam da educação formal, promovendo a educação para além dos muros da instituição.

A comunidade, além dos agentes citados, deve estar presente no dia a dia da escola não apenas nos eventos escolares, como festas e mostras de conhecimento, mas sim, nas práticas educativas necessárias para a vida dos indivíduos. Participar do cotidiano da escola faz com que a comunidade esteja junto à escola achando

soluções para os problemas enfrentados, sejam sociais, econômicos, políticos ou ambientais. (CHAVES, 2017).

A educação quando praticada em casa com a família, nos espaços comunitários, ou ainda em outros lugares onde a aprendizagem ocorre, precisa atender a demanda de contribuição para com a sociedade em que estes indivíduos estão inseridos e, ao mesmo tempo a educação promovida pela escola enquanto instituição formal também precisa estar conectada com a sociedade. Esta ação de comunicação com o mundo ao redor, ou seja, a educação “além dos muros” da escola prioriza o desenvolvimento do indivíduo e da sociedade como um todo. A conexão dos saberes, do conhecimento com o cotidiano, com a utilização desses conteúdos com sua vida diária propicia o gosto pelo aprender e faz com que o estudante desenvolva autonomia como indivíduo. (CHAVES, 2017).

Desta forma, a educação ocorre dentro e fora das escolas. Os integrantes da comunidade educativa são os atores neste processo: professores, estudantes, diretores, coordenadores (equipe pedagógica), pais, funcionários das escolas, equipe administrativa, a comunidade externa às escolas, as Secretarias de Estados, Municípios, Núcleos de Educação e representantes da sociedade civil organizada, como Organizações não Governamentais – ONGs que atuam no terceiro setor, associações religiosas, movimentos sociais, organização de empresários, além da comunidade que não atua diretamente nas ações educativas como a população que reside ou trabalha nas proximidades e comércio. (GOHN, 2004).

De acordo com a autora, usar o conceito de “comunidade educativa” permite uma ampliação do próprio conceito de educação, pois ultrapassa as instituições formais não se restringindo aos processos de ensino-aprendizagem realizados dentro da escola, mas na promoção da articulação entre a educação formal e não formal estabelecendo novas instâncias de ação coletiva em prol da educação de todos, para a formação do cidadão consciente de seu papel na sociedade e na sua comunidade.

A educação ultrapassa os muros da escola quando promove a construção de conhecimentos por ações práticas, ações para a vida. Um exemplo de integração escola – sociedade – comunidade escolar e comunidade educativa é a ação da Defesa Civil com as escolas visando a formação do indivíduo como cidadão, desenvolvendo uma cultura de prevençãoista, tanto no ambiente escolar, como residencial e profissional.

A participação das atividades de brigada de incêndio, por meio de metodologia ativa, contempla a interdisciplinaridade em virtude da interação com outros conteúdos como, por exemplo, matemática, química, física, ergonomia, ciências ambientais, desenho e legislação. Pode-se afirmar que a escola exerce função importante na formação da cidadania, alicerça os conhecimentos e contribui com os saberes adquiridos para a melhoria social e profissional. (GASPAR et al., 2018, p. 102).

Quando ocorre a identidade e o reconhecimento de pertença, os sujeitos envolvidos percebem que ocupam um lugar importante em uma comunidade, despertam sua responsabilidade social. A participação da sociedade civil, seja na esfera pública ou privada, não impede as ações do Estado, e sim, fiscalizar para que o mesmo cumpra seu dever de oportunizar a qualidade de ensino das escolas articulada à formação para a cidadania. (GOHN, 2004).

No sentido de reconhecer que este trabalho de certa forma busca minimizar uma das lacunas de pesquisa apontadas por Alves e Castanheira (2021), qual seja, a da intersetorialidade. “Costuma-se perceber, nos projetos, iniciativas restritas às instituições de ensino [...], de modo que o engajamento, a função e a divisão de tarefas envolvendo os diversos setores governamentais ainda são pouco publicizados. ” (ALVES e CASTANHEIRA, 2021, p. 1008). A proposta não envolve apenas a escola e formação continuada de professores, mas também diversos outros agentes e setores da administração pública.

No estabelecimento de políticas públicas e nos seus campos de abrangência, fica cada vez mais evidente que se busca eficácia e eficiência nas ações desenvolvidas pelos agentes públicos, ações que estão relacionadas diretamente às pessoas que serão beneficiadas ou atendidas por estas políticas. (SCHUNIG, 2015, p.74).

A relação da educação quando tratamos para além dos muros da escola como contribuição para o produto desta dissertação, ocorre, pois, quando se envolve outros agentes, nesta ocasião, a Defesa Civil, o Corpo de Bombeiros, onde estes trazem seus conhecimentos específicos aquém de sua esfera profissional, não somente nas suas legislações, mas também nas suas ações práticas com a comunidade escolar, que atuarão na prevenção e combate a incêndio entre outras emergências nos ambientes escolares.

3.2 A CIDADE NOS PROCESSOS EDUCATIVOS

Ao pensarmos na cidade, que possui uma função educadora, imaginamos suas propostas como integradoras aos processos de formação dos seus habitantes. Isso supõe ou requer um ponto de partida que nos ofereça caminhos para a compreensão desta expressão.

Ou seja, a cidade pode ser intencionalmente educadora quando, além de suas funções tradicionais (econômica, social, política e de prestação de serviços) ela exerce uma nova função, promovendo e desenvolvendo o protagonismo de todos na busca de compreendê-la e utilizá-la como espaço de conhecimento. (CURITIBA, 2021).

Assumir uma visão pedagógica sobre o que as cidades podem oferecer exige um envolvimento coletivo e que são determinantes para a construção de um espaço territorial propício ao acesso à educação. Imaginando que os processos educacionais dependem sempre da interação das pessoas com um meio, então, compreenderemos, que isso não se verifica apenas na escola ou na família, mas também se aplica à comunidade em que vivemos e ao espaço territorial e urbano.

Mas isso nos parece ser utópico no campo político versus campo técnico e da normatividade. É um ponto frágil no âmbito das políticas públicas para a educação. Para se contextualizar, ao se discutir possibilidades de construção de políticas públicas alternativas em educação, inevitavelmente há de se pensar a proposta das cidades educadoras. Nos últimos tempos o termo “cidade educativa” foi se popularizando, mas desde a Grécia clássica; também no período renascentista, onde a educação aparece nas cidades, a ideia de cidade educadora também foi compreendida pelos renovadores pedagógicos que, no século XX, integraram as comunidades às instituições de ensino. (MORAES, 2009).

Para Moraes (2019) a expressão “cidade educativa” é pertinente se dizer que se deu em expressiva disseminação devido ao informe *Aprender a ser*, com o título “Para uma cidade educativa”, elaborado por Faure *et al* (*apud* TRILLA, 1997) no início dos anos setenta, por solicitação da UNESCO.

Tomou mais força no início dos anos 90 substituindo o termo “educativa”, que sugeria que a cidade seria um simples elemento de educação. A “cidade educadora” indicaria uma função de agente, ressaltando o caráter formador que as cidades deveriam assumir. Esse movimento de grande destaque e que trouxe princípios

norteadores para impulsionar os processos educativos nas cidades, a Carta das Cidades Educadoras, foi celebrada em 1990, em Barcelona no I Congresso Internacional das Cidades Educadoras. A Carta define, rege e aborda o que uma cidade deve oferecer para a formação integral dos cidadãos que nela habitam. “O seu objetivo permanente será o de aprender, trocar, partilhar e, por consequência, enriquecer a vida dos seus habitantes.” (AICE, 2020).

Uma cidade para ser considerada educadora ela precisa promover e desenvolver o protagonismo de todos e de todas – crianças, jovens, adultos, idosos – na busca de um novo direito, o direito à cidade educadora: [...] enquanto educadora, a Cidade é também educanda [...] (FREIRE, 1993 citado por GADOTTI, 2006).

Em 2014, o XIII Congresso Internacional das Cidades Educadoras de Barcelona trouxe o tema intitulado “Uma cidade educadora é uma cidade que inclui”, que foi sugerido pela análise dos riscos da imersão do aparecimento e fortalecimento de novas formas de exclusão e, da ideia de que [...] um projeto local capaz de desenvolver uma educação transversal implica à administração e à sociedade civil como uma das melhores estratégias para promover processos de integração nos bairros e na cidade. (AICE, 2014).

Sobre esta temática, Rasteiro (2019) relembra que os países participantes pactuaram a missão de oportunizar políticas públicas efetivas para a inclusão nas cidades, compreendendo os diversos segmentos locais de intervenção comunitária locais e fomentando novos serviços sociais importantes necessários para as pessoas mais vulneráveis. Para articular com este desafio, o princípio 1 da Carta de 2020 propõe a Educação inclusiva ao longo da vida:

O direito à Cidade Educadora é proposto como uma extensão do direito fundamental de todas as pessoas à educação. Todas as pessoas que habitam a cidade terão direito a usufruir, em condições de liberdade e igualdade, dos meios e oportunidades de formação, diversão e desenvolvimento pessoal que esta oferece. A Cidade Educadora renova permanentemente o seu compromisso com a formação dos seus habitantes ao longo da vida nos mais diversos aspectos. (AICE, 2020).

Assim, as administrações públicas são responsáveis em implementar políticas direcionadas a superar qualquer impeditivo que possam vir a prejudicar o acesso dos direitos das pessoas; responsabilizá-los em desenvolver as potencialidades educadoras locais com vistas a incorporar o princípio nas suas ações. A Carta da Cidades Educadoras da AICE (2020), destaca que o atual desafio [...] é reconhecer o direito às singularidades sem colocar em risco a construção do que é comum. As

Cidades Educadoras sentem-se portadoras do ideal de inclusão, acolhendo cada pessoa como ela é [...]; [...] o direito à Cidade Educadora deve afirmar-se como uma extensão do direito à educação. (AICE, 2020).

Para Rasteiro (2019), a cidade é um laboratório vivo de conhecimento de coletividade, os desafios da vida comum a torna mais inclusiva, transformá-la em cidade educadora e inclusiva é proporcionar um local apropriado ao desenvolvimento das pessoas, pois os métodos educacionais que são produzidos pelas cidades são propulsores aos processos de inclusão pois dependem da convivência entre as pessoas, não somente entre seus pares mas também a integração com a comunidade em que se vive e aos espaços da cidade.

A cidade que adere à Associação Internacional de Cidades Educadoras, passa a integrar a rede Brasileira de Cidades Educadoras, o que pressupõe a aceitação dos princípios da Carta, segundo esta, um dos seus desafios é:

Promover o equilíbrio e a harmonia entre a identidade e a diversidade, tendo em conta os diversos contributos das comunidades que a constituem e o direito de todas as pessoas que nela vivem a sentirem-se reconhecidas pela sua identidade cultural própria. (AICE, 2020).

Será uma cidade que cria identidade para seu povo, é materna na sua intenção educadora e isso se multiplica nos seus espaços e dialoga com seus habitantes.

Nesta perspectiva de cidade que educa, a cidade busca articular seu potencial educador vinculado às políticas públicas de educação. Para Oliveira (2010), [...] políticas públicas educacionais é tudo aquilo que um governo faz ou deixa de fazer em educação. Pensar em uma cidade educadora é como imaginar um grande mapa curricular em que as políticas públicas de educação juntamente com as de outras áreas vão criando possibilidades para produzir mais qualidade de vida para todos seus habitantes. (MOLL 2013).

Embora não se possa considerar a cidade educadora como *proposta* (no sentido literal do termo) de construção de política pública em Educação, compartilha-se, aqui, desta “ideia-força”, uma vez que ela caminha na direção da horizontalização das relações entre Estado e sociedade civil. (MORAES, 2009).

É necessário um novo olhar para as políticas públicas para a educação. Pensar em algo que conecte a cidade, a escola e a comunidade, possibilitando um elo flexível no processo de ensino que conscientizaria coletivamente que a educação

pode ser autossuficiente dada a importância da vontade e da responsabilidade de todos nas ações da cidade e da escola. Remete-se a Rasteiro (2019) quando o autor diz que [...] esse é o enfoque das cidades educadoras que procuram mobilizar os cidadãos, as organizações, os agentes políticos para a inclusão de todos na cidade.

No próximo capítulo serão analisadas a capacitação de formação de brigadistas escolares e o modelo de plano de abandono emergencial escolar de edificação escolar, propostos pelo Programa Brigadas Escolares – Defesa Civil na Escola, com vistas a fundamentar as análises e reflexões para o atingimento dos objetivos propostos na presente pesquisa.

4 DELINEAMENTO DO PROGRAMA BRIGADAS ESCOLARES – DEFESA CIVIL NA ESCOLA

O Programa Brigadas Escolares – Defesa Civil na Escola apresenta como premissa a prevenção. Prevenção no sentido de propor uma mudança cultural nos ambientes escolares, atuando na rede pública de ensino, tendo por objetivo multiplicar conhecimentos preventivos e de ações emergenciais, quando necessário. Neste sentido, o Programa visa atuar na adequação das instituições, atendendo às demandas existentes no dia a dia quanto à prevenção de riscos e segurança da sua comunidade escolar conforme as legislações vigentes. (PARANÁ, 2019, módulo I, p. 09).

A Coordenadoria Estadual da Defesa Civil – CEDEC/PR, como uma das idealizadoras do Programa, traz em uma de suas políticas a importância das orientações preventivas que devem ser repassadas à população, conforme o Decreto Federal n. 7.257, de 4 de agosto de 2010, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Defesa Civil, assegura nos incisos do seu Art. 2º:

[...] I - defesa civil: conjunto de ações preventivas, de socorro, assistenciais e recuperativas destinadas a evitar desastres e minimizar seus impactos para a população e restabelecer a normalidade social; [...]
[...] IX - ações de prevenção: ações destinadas a reduzir a ocorrência e a intensidade de desastres, por meio da identificação, mapeamento e monitoramento de riscos, ameaças e vulnerabilidades locais, incluindo a capacitação da sociedade em atividades de defesa civil, entre outras estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional. (BRASIL, 2010).

Nesta perspectiva fica evidente a criação e a disseminação de uma cultura prevencionista a partir do ambiente escolar e apoiada sobre as funções da Defesa Civil. Inspirado nestes princípios o Programa tem seu delineamento planejado em seu objetivo principal:

O Programa Brigadas Escolares busca promover a conscientização e capacitação da comunidade escolar do Estado do Paraná para ações mitigadoras e de enfrentamento de eventos danosos, naturais ou provocados pelo homem, bem como o enfrentamento de situações emergenciais no interior das escolas, a fim de garantir a segurança dessa população e possibilitar, em um segundo momento, que tais temas cheguem a um grande contingente da população do Estado, promovendo uma mudança cultural. (PARANÁ, 2019, módulo I, p.20)

Além de tão somente preparar a comunidade escolar para qualquer sinistro que venha a ocorrer nos ambientes escolares, o Programa também tem a intenção

de dar suporte técnico necessário com vistas a promover as adequações nas edificações escolares em conformidade com o Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico – CSCIP do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Paraná – CBPM/PR. (PARANÁ, 2021).

Neste sentido o Programa estabelece os trabalhos a serem desenvolvidos a partir de três eixos basilares a saber:

Figura 3 – Eixos basilares do Programa Brigadas Escolares.



Fonte: Paraná (2019, módulo I, p. 23).

Para o desenvolvimento das atividades, nestes respectivos eixos, o Programa fundamenta seus trabalhos de acordo com as legislações pertinentes do CBPM/PR.

São definidas pelo CSCIP, que [...] dispõe sobre as medidas de prevenção e combate a incêndio e a desastres nas edificações, estabelecimentos, áreas de risco e eventos temporários [...], regulamentado pela Portaria n. 056, de 4 de dezembro de 2018, do Comando do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Paraná. O CSCIP do CB/PMPR tem como um dos seus principais objetivos: [...] I – proteger a vida dos ocupantes das edificações e áreas de risco, em caso de incêndio; [...] (PARANÁ, 2018).

Utiliza-se também das normas de procedimentos técnicos – NPT², que detalham os procedimentos a serem seguidos de acordo com o CSCIP do

² “4.444 Norma de Procedimento Técnico (NPT): Documento técnico elaborado pelo CB/PMPR que regulamenta os procedimentos técnicos referentes à segurança contra incêndio e

CB/PMMPR. Estas fazem parte da Normatização de Segurança Contra Incêndio e Pânico do CBPM/PR. O quadro a seguir demonstra as quatro NPTs que fundamentam o Programa:

Quadro 4 – Normas de Procedimentos Técnicos que fundamentam o PBEDCE.

NPT	Classificação	Objetivo
017	Brigada de incêndio	Estabelecer as condições mínimas para a composição, formação, implantação e treinamento de brigada de incêndio para atuação em edificações e áreas de risco no Estado do Paraná, na prevenção e no combate ao princípio de incêndio, abandono de área, primeiros socorros, visando, em caso de sinistro, proteger a vida e o patrimônio, reduzir os danos ao meio ambiente, até a chegada do socorro especializado, momento em que poderá atuar no apoio.
018	Iluminação de emergência	Fixar as condições necessárias para o projeto e instalação do sistema de iluminação de emergência em edificações e áreas de risco.
020	Sinalização de emergência	Fixar as condições exigíveis que devem satisfazer o sistema de sinalização de emergência em edificações e áreas de risco.
021	Sistema de proteção por extintores de incêndio	Estabelecer critérios para proteção contra incêndio em edificações e áreas de risco por meio de extintores de incêndio (portáteis ou sobrerrodas), para o combate a princípios de incêndios.

Fonte: Normatização de Segurança Contra Incêndio e Pânico do CBPM/PR (2021, adaptado pela autora, 2022).

O decreto regulamentador do Programa, n. 4.587, de 2015, faz a previsão de um documento denominado Certificado de Conformidade, que é o documento oficial do Programa emitido pela Coordenação Geral, com validade de um ano, que comprova que a instituição de ensino possui condições mínimas de segurança cumprindo integralmente às medidas de proteção previstas no seu Art. 17 e incisos:

[...] I - sinalização de rotas de fuga e saídas de emergência;
 II - sistema de iluminação de emergência;
 III - sistema de proteção por extintores de incêndio;
 IV - Brigada Escolar formada nas modalidades EaD e presencial; e
 V - realização de, no mínimo, um exercício semestral simulado de abandono emergencial de edificação escolar em cada turno, o qual deverá constar no calendário escolar. (PARANÁ, 2016).

pânico das edificações e áreas de risco no Estado do Paraná. " NPT 003 – Terminologia de Segurança contra incêndio. (PARANÁ, 2014, p. 32).

Este certificado é solicitado pelo Diretor Escolar por meio de um sistema próprio de gerenciamento do Programa, denominado SISBRIGADAS, que tem um fluxo a ser seguido entre as estruturas envolvidas para que seja emitido. (PARANÁ, 2021).

Outro objetivo deste certificado está previsto na Deliberação n. 03, de 2013, que dispõe sobre as normas para a regulação, supervisão e avaliação da Educação Básica em instituições de ensino mantidas e administradas pelos poderes públicos Estadual e Municipal e por pessoas jurídicas ou físicas de direito privado, no âmbito do Sistema Estadual de Ensino do Paraná.

O Conselho Estadual de Educação admite o Certificado de Conformidade do Programa para os processos de credenciamento, renovação, autorização e reconhecimento de cursos, quanto às exigências de prevenção de incêndio e emergências que garantam a segurança da comunidade escolar, expedido pelos órgãos competentes. A importância da existência de programas com intuito de ações preventivas emerge da necessidade de adequação ao atendimento das disposições legais referentes aos possíveis riscos existentes nas instituições de ensino.

4.1 A CAPACITAÇÃO PARA FORMAÇÃO DE BRIGADISTAS ESCOLARES DO PROGRAMA BRIGADAS ESCOLARES – DEFESA CIVIL NA ESCOLA

O ambiente escolar está sujeito a vários tipos de ocorrências como acidentes individuais, incêndios, entre outros, porém a comunidade escolar em seu dia a dia não percebe a existência dos mesmos. Com ações simples, como as desenvolvidas pelo Programa, muitos desses perigos podem ser evitados, evitando também os possíveis acidentes. (LEONARDI, 2018, p.74).

A autora, em sua dissertação, citou o Centro de Produções Técnicas (2016), onde descreve a classificação das principais causas de incêndio nos ambientes da escola:

- a) Áreas comuns: pátios, corredores e estacionamentos (utilizados tanto por professores, como por alunos, funcionários, visitantes e fornecedores); - Falta de limpeza, ocasionando o acúmulo de poeira, resíduos e outros tipos de sujeira, capazes de gerar uma combustão; - Falta de cuidado nas manutenções de trabalho a quente que envolvem soldas, maçaricos, cortes e outros capazes de iniciar um incêndio; - Locais destinados a depósito de materiais com grande carga de combustão, como papel, plásticos, madeira, produtos químicos, inflamáveis, sem a devida proteção e vistoria periódica; - Descargas atmosféricas e outros fenômenos naturais; - Sistema de

proteção de descargas atmosféricas sem condições de uso ou não existente; - Incêndio criminoso.

b) Salas de aula e ambientes didáticos: laboratórios e bibliotecas (utilizados exclusivamente por professores e alunos); - Uso inadequado de equipamentos elétricos e eletrônicos em diversos locais da escola; - Incompatibilidade de tensão do equipamento com a rede elétrica instalada; - Utilização de materiais de fácil combustão, como reagentes químicos, plásticos, madeira e papel sem controle; - Falta de controle no uso de chamas em laboratórios; - Curto circuito em instalações e equipamentos elétricas, quadros de energia, entre outros; - Manutenções preventivas nas instalações elétricas em geral; Incêndio criminoso.

c) Áreas de serviço: áreas de serviço como escritórios, cozinha, almoxarifado e depósitos (utilizados exclusivamente por funcionários); instalações inadequadas de equipamentos elétricos, podendo ocasionar curto circuitos e sobrecarga; - Produtos químicos e inflamáveis estocados em locais inadequados; - Incêndio criminoso (CPT, 2016, citado por LEONARDI, 2018, p. 74).

Por este motivo, a falta de percepção de riscos, a transformação cultural precisa ocorrer e, para que aconteça, é necessário capacitar pessoas que atuem com prevenção nos ambientes escolares e saibam agir em caso de uma emergência.

Sobre isso a Coordenadoria da Defesa Civil destaca, em seu sítio eletrônico oficial, acerca da capacitação da comunidade escolar como objetivos do Programa:

O Programa Brigadas Escolares visa promover a conscientização e a capacitação da Comunidade Escolar do Estado para o enfrentamento de eventos danosos, naturais ou antropogênicos, bem como o enfrentamento de situações emergenciais no interior das escolas. (DEFESA CIVIL, 2022).

Pela proposta do Programa, o brigadista escolar é o servidor capacitado com formação específica e devidamente certificado, que formará a Brigada Escolar de cada instituição de ensino, que auxiliarão a comunidade escolar nos casos emergenciais nos ambientes escolares, pois [...] possuem os conhecimentos necessários para um atendimento básico de emergência, sendo as pessoas que têm as melhores condições técnicas de atuar em situações de risco na instituição de ensino. (PARANÁ, 2019, módulo II, p. 42).

No delineamento dos eixos basilares do Programa, a capacitação para formação de brigadistas escolares tem sua formatação na NPT 017, de 2017, conforme seu objetivo demonstrado no Quadro 4.

Para o desenvolvimento deste eixo, esta formação específica é planejada e organizada pela SEED/PR, CEDEC/PR e SESP/PR, por intermédio do CB/PMPR. É ofertada anualmente pela SEED/PR, de forma gratuita e por meio do interesse voluntário, aos servidores atuantes nas instituições de ensino estaduais e na

modalidade de educação especial, para que possam atuar na Brigada Escolar na respectiva instituição.

Está organizada em duas etapas, sendo: a capacitação teórica que conta com 60 horas, na modalidade à distância – EaD³, executada pela SEED/PR, via plataforma digital, e a capacitação prática de 8 horas, na modalidade presencial⁴, executada pelo CB/PMPR, via descentralização por Núcleo Regional de Educação – NRE⁵. (PARANÁ, 2019, módulo I, p. 23).

A certificação é emitida pela SEED/PR mediante cumprimento de 100% da carga horária das etapas EaD, combinada com nota mínima, e presencial com respectivo registro da frequência. (PARANÁ, 2019, módulo I, p. 24).

A norma balizadora do eixo da capacitação, NPT 017, sofreu edição no ano de 2021, onde se observaram as seguintes atualizações em relação ao atual formato proposto pelo Programa, porém não foram observadas disponibilização de materiais analisados pertinentes ao tema, nos termos das referidas alterações até o momento dos estudos.

Quadro 5 – Alterações da NPT 017, de 2021 em relação ao atual modelo do PBEDCE.

NPT 017 – 2021	Modelo atual do PBEDCE
7.1 São habilitados para a formação e capacitação dos brigadistas orgânicos, os profissionais com formação ou especialização nas áreas de segurança do trabalho ou de segurança contra incêndio, com carga horária mínima de 360 horas, registrados nos respectivos conselhos profissionais ou no Ministério do Trabalho.	O certificado emitido referente à capacitação para formação de brigadistas escolares é assinado pelo Diretor de Educação da SEED/PR, não sendo observada a assinatura de profissional especialista responsável pela capacitação, nos termos da habilitação exigida na norma.

³ Art. 1º Para os fins deste Decreto, considera-se educação a distância a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos. (BRASIL, 2017).

⁴ É a modalidade de ensino mais tradicional. Todo o conteúdo do curso é exibido em sala de aula, onde os alunos e professores se reúnem todos os dias de forma presencial. Os horários de aula seguem o calendário e respeitam o turno do curso, que pode ser matutino, vespertino ou noturno. Outra característica é que, para ser aprovado, o aluno precisa atingir pelo menos 75% de frequência nas aulas, contabilizada a partir da presença em sala de aula. (OLIVEIRA, 2020).

⁵ A Secretaria de Estado da Educação do Paraná é representada em diversas cidades do Estado pelos Núcleos Regionais de Educação (NREs). Ao todo são 32 NREs que têm a função de orientar, acompanhar e avaliar o funcionamento da Educação Básica e suas Modalidades. (PARANÁ, 2022).

7.3.2 A avaliação teórica é realizada na forma escrita, preferencialmente dissertativa, e a avaliação prática é realizada de acordo com o desempenho do aluno nos exercícios realizados.	A avaliação teórica é realizada no modelo múltipla escolha na plataforma da capacitação, e não possui metodologia de avaliação prática.
7.4 O brigadista orgânico deverá ser recapitado toda vez que permanecer afastado da atividade de brigadista por um período superior a 2 (dois) anos.	Não se observou normatização quanto a recapitação.
7.3.1 Os candidatos a brigadistas orgânicos selecionados frequentarão curso com carga horária mínima, sendo 16 horas em teoria e 16 horas em atividades práticas.	São ministradas 60 horas na etapa teórica na modalidade EaD, e 8 horas na etapa prática na modalidade presencial.

Fonte: Paraná (2021, adaptado pela autora, 2022).

4.1.1 A capacitação na etapa teórica – modalidade EaD

Esta etapa se inicia com a inscrição do servidor atuante nas instituições de ensino estaduais e da educação especial na capacitação de formação de brigadistas escolares ofertada anualmente pela SEED/PR. Após inscrito, recebe sua confirmação via *email* para acesso à plataforma *Moodle*⁶, que é o ambiente de aprendizagem utilizado pela SEED, denominado e-Escola.

Figura 4 – Ambiente virtual de aprendizagem e-Escola.



The screenshot displays the Moodle interface for the 'Curso de Formação de Brigadistas Escolares - 16ª Oferta - Turma Matri ...'. The header includes the Paraná logo and navigation links like 'Início', 'Eventos', 'Meus Cursos', and 'Este curso'. The main content area features a welcome message from a character, course details (start: 08/08/2022, end: 24/09/2022), and a list of course materials including 'Caderno do cursista', 'Sugestão de Cronograma', and 'Tutoriais'. A right-hand navigation menu lists various course modules and sections.

Fonte: Paraná, 2022.

⁶ MOODLE é o acrônimo de "Modular Object Oriented Dynamic Learning Environment". É um software livre, de apoio à aprendizagem, executado num ambiente virtual de aprendizagem. Glossário Mídia-Educação, Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <https://moodle.ufsc.br/mod/glossary/view.php?id=575670&mode&hook=ALL&sortkey&sortorder&fullse arch=0&page=2>. Acesso em.: 13 nov. 2022.

O e-Escola disponibiliza a estrutura necessária para que o servidor inscrito realize e conclua a capacitação teórica, na modalidade EaD, da formação de brigadistas escolares.

O conteúdo programático teórico da capacitação EaD é planejado, elaborado e atualizado pela Coordenação Estadual do Programa, conforme sua respectiva atribuição prevista no Decreto regulamentador do Programa, n. 4.587, de 2016. É composta por cinco módulos: Módulo I – Programa Brigadas Escolares; Módulo II – Plano de Abandono Escolar; Módulo III – Prevenção e Segurança Contra Incêndios e Pânico; IV – Socorros de Urgência, e Módulo V – Combate a Princípios de Incêndio.

O primeiro módulo da capacitação teórica, Programas Brigadas Escolares, apresenta conteúdos para que o cursista compreenda: quais são os objetivos e os níveis de atuação do Programa; a importância da capacitação dos gestores e multiplicadores; as etapas de implementação do Programa. (PARANÁ, 2019, módulo I, p. 06).

Este módulo é dividido em quatro capítulos com conteúdos específicos ao tema, além da introdução – capítulo 1, e síntese da unidade – capítulo 6:

Quadro 6 – Conteúdos específicos do módulo I da etapa teórica da capacitação do PBEDCE.

Capítulo	Conteúdos específicos
1 – Introdução.	Apresentação da temática a ser abordada.
2 – O Brasil e os desastres naturais.	a) Compreender o conceito, origem e os agentes causadores dos desastres naturais.
3 – A Defesa Civil no Paraná e seu papel educacional.	a) Missão em atuar na gestão e na prevenção de desastres, de modo a minimizar seus efeitos danosos, evitando a todo custo a ocorrência de perdas humanas; atuar como agente motivador na realização de atividades voltadas para a conscientização dos diferentes problemas socioambientais que potencializam eventos danosos. b) Compreender os níveis de atuação do Programa na organização da estrutura da Defesa Civil no Paraná e o papel de cada coordenação.

4 – Objetivos e níveis de atuação no Programa Brigadas Escolares.	a) Objetivos: a possibilidade de instituições públicas construir uma cultura de prevenção no ambiente escolar; proporciona aos estudantes condições para enfrentarem situações de emergência; prepara os professores e demais funcionários para o levantamento das adequações na edificação escolar, assim como, a atender às recomendações legais do Código de Prevenção Contra Incêndio e Pânico do Corpo de Bombeiros; conhecer e aplicar os primeiros socorros em casos de acidentes, visando a preservação da vida de toda a comunidade escolar. b) Níveis de atuação: Coordenação Geral; Coordenação Estadual; Coordenação Regional; Coordenação Local, e as Brigadas Escolares.
5 – Sobre a capacitação dos brigadistas escolares.	a) Carga horária de 68 horas, sendo realizadas nas modalidades presencial (08 horas) e à distância (60 horas), certificada pela SEED-PR. b) Temas a serem abordados: o Programa Brigadas Escolares, a Defesa Civil, o Plano de Abandono Escolar; o Mapeamento e Análise de Risco; Prevenção e Combate a Incêndios; Primeiros Socorros, e Aspectos Pedagógicos.
6 – Síntese da unidade.	Resumos dos capítulos 2 a 5.

Fonte: Paraná (2019, módulo I, p. 09, adaptado pela autora, 2022).

O segundo módulo trata do Plano de Abandono Escolar, neste, o cursista deverá compreender e conseguir aplicar o principal objetivo de um Plano de Abandono Escolar, que [...] é a retirada de pessoas de locais considerados perigosos, de forma ordenada, sem pânico e seguindo itinerários pré-definidos que levem a um local seguro. (PARANÁ, 2019, módulo II, p. 10).

Este módulo apresenta em seus capítulos o conceito, os fundamentos e a composição do Plano de Abandono Escolar, ainda acerca da dinâmica para a realização do simulado de abandono emergencial da edificação escolar.

Considerando estes fundamentos: pontos de encontro; rota de fuga; saída de emergência; planta de emergência; planta de risco; equipe de emergência, e alarme de abandono, o diretor escolar deve elaborar o Plano de Abandono Escolar de sua instituição de ensino para que o simulado de abandono emergencial da edificação escolar ocorra adequadamente. Para isso, além dos fundamentos, o "Plano de Abandono Escolar contará com três grupos de pessoas, com funções definidas para execução do abandono da instituição: a Equipe do Edifício, a Equipe do Ponto de Encontro e a Brigada Escolar." (PARANÁ, 2019, módulo II, p. 23), que formarão a Equipe de Abandono da instituição de ensino, a ser apresentada no decorrer do presente estudo.

O seu último capítulo sobre a dinâmica do simulado de abandono emergencial da edificação escolar. É importante praticar exercícios simulando um evento que pode acontecer na realidade, pois criar cenários no ambiente escolar é relevante para a elaboração e aperfeiçoamento do Plano de Plano de Abandono Escolar, conforme os descritivos discutidos nos capítulos anteriores deste módulo.

De acordo com a NPT 017, de 2017, o simulado faz parte das ações de prevenção da brigada de incêndio e recomenda-se sua realização anualmente na edificação com a participação de toda a sua população, devendo ser registrado em ata, ainda realizar uma reunião entre os componentes da brigada escolar da instituição de ensino, com vistas a dimensionar sua execução e providenciar os ajustes caso forem necessários.

Este simulado está organizado em um roteiro de ações, dinâmica, de acordo com as atribuições da Equipe de Abandono e a comunidade escolar, desde o acionamento do alarme; o deslocamento das equipes e pessoas; o posicionamento das turmas; acerca do papel do professor; sobre a conferência das pessoas no Ponto de Encontro; o comunicado às equipes de emergência externas, entre outras atividades a serem desempenhadas e que serão demonstradas posteriormente na presente dissertação.

O módulo seguinte, o terceiro, “Prevenção e Segurança Contra Incêndios e Pânico”, tem como objetivos que o cursista ao final do módulo compreenda sobre sinalização de rotas de fuga e saídas de emergência; sistema de iluminação de emergência e proteção por extintores de incêndio, de acordo ao CSCIP do CBPM/PR.

Importante ressaltar que a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, desta forma, determinando que os currículos tanto para o ensino fundamental, quanto ensino médio devam tratar dos princípios da proteção e defesa civil e ambiental. (BRASIL, 2012 apud GASPAR, LEITÃO e REZENDE, 2018). E desta forma, cada Estado brasileiro desenvolve o seu Código de Segurança Contra Incêndio embasado nos critérios de segurança nas edificações e no exercício de atividades.

Este módulo contém de forma detalhada e ilustrada as medidas básicas de segurança que devem ser aplicadas nas instituições de ensino pelo Programa, conforme NPTs já sinalizadas no Quadro 4 – Normas de Procedimentos Técnicos

que fundamentam o Programa, somada à NPT 011 que estabelece os requisitos mínimos necessários para o dimensionamento das saídas de emergência.

Quadro 7 – Medidas básicas de segurança aplicadas nas instituições de ensino.

NPT	Medida Básica de Segurança	Conteúdo - módulo III
011	Saídas de emergência	<p>a) Componentes de segurança: acessos; rotas de fuga; escadas ou rampas; piso de descarga para acesso à área externa.</p> <p>b) Instalação de saídas de emergência: largura mínima das saídas de emergência; sentido das aberturas das portas das rotas de fuga; portas de abertura automática; vedações de portas em rampas; instalação de guarda-corpos; corrimãos em ambos os lados das escadas ou rampas.</p> <p>c) Critérios e medidas estabelecidos pela NPT 011.</p>
017	Brigada de incêndio	<p>a) Estabelece as condições mínimas para a composição, a formação, a implantação e o treinamento de brigada de incêndio, com o objetivo de prevenir e combater o princípio de incêndio e realizar o abandono da área e os primeiros socorros, protegendo a vida e o patrimônio escolar e reduzir os danos ao meio ambiente até a chegada do socorro especializado.</p> <p>b) Quantitativo de brigadistas de acordo com a metragem quadrada e risco da edificação escolar, que é do Grupo E – grau de risco leve.</p>
018	Iluminação de emergência	<p>a) Apresenta as condições necessárias para a instalação do sistema de iluminação de emergência nas edificações escolares.</p> <p>b) Pontos e locais adequados para a instalação do sistema de iluminação de emergência estabelecidos pela NPT 018.</p>
020	Sinalização de emergência	<p>a) Reduzir o risco de ocorrência de incêndio, alertando para os perigos existentes e garantindo que sejam adotadas ações adequadas a este tipo de situação; orientar as ações de combate; e facilitar a localização dos equipamentos e das rotas de saída para o abandono seguro da edificação em caso de incêndio.</p> <p>b) Tipos de sinalização: básica e complementar, definidas por categoria e função.</p> <p>c) Instalação: devem ser instaladas em local visível e a uma altura de 1,8 m medida do piso acabado à base da sinalização.</p>
021	Sistema de proteção por extintores de incêndio	<p>a) Proteção contra incêndio nas edificações escolares, por meio de extintores de incêndio (portáteis ou sobrerrodas), para o combate a princípios de incêndio.</p> <p>b) Instalação: existem medidas para fixação e sinalização dos extintores estabelecidas nos termos da NPT 021.</p>

Fonte: Paraná (2019, módulo III, p.10, adaptado pela autora 2022).

O módulo quatro, “Socorros de Urgência”, traz orientações com relação ao início do atendimento inicial à vítima ou vítimas de acidentes que possam ocorrer no interior das instituições de ensino. Para isso os conteúdos abordam sobre anatomia e fisiologia do corpo humano, bem como os procedimentos a serem adotados em caso de acidentes no ambiente escolar e que possam colocar em risco a vida dos estudantes e da comunidade escolar.

Estas primeiras ações que devem ser realizados pelos brigadistas escolares em situações de emergência e antes da equipe médica chegar ao local, para que estes cuidados possam ser aplicados o cursista recebe informações sobre: o atendimento inicial; controle da cena do acidente; avaliação primária; identificação e controle de hemorragia; cuidados à vítima de ferimentos e fraturas; imobilização e remoção da vítima; procedimentos em caso de desmaio, síncope, crise convulsiva, e também nos casos de engasgamento, e aborda sobre o acionamento de serviços de apoio em situações que colocam a vida em risco.

O último módulo da capacitação para formação de brigadistas escolares, o módulo cinco “Combate a Princípios de Incêndio”, aborda em seus conteúdos específicos:

[...]

- o conceito de fogo, os elementos que o compõem e
- suas formas de propagação;
- os pontos e as temperaturas importantes do fogo,
- bem como seus métodos de extinção;
- as classes de incêndio, os diversos tipos de extintores e sua adequação;
- como agir em caso de emergências. (PARANÁ, 2019, módulo V, p. 06)

Ainda, destaca sobre a importância de se realizar a inspeção dos extintores periodicamente. (PARANÁ, 2019, módulo V, p. 25). Em síntese, o módulo V demonstra os conteúdos para que os brigadistas saibam agir corretamente de acordo com a situação de incêndio, providenciando ações de emergência, identificando o foco do incêndio e suas proporções, assim como o tipo de incêndio e como melhor combatê-lo, os diferentes tipos de causas que podem levar ao acontecimento de um incêndio, tipos e utilização de extintores.

Conforme Gaspar, Leitão e Rezende (2018), a importância da formação de brigadistas escolares ocorre devido a necessidade de multiplicadores das informações preventivas. Essas informações podem ser sobre os riscos de incêndio

em edificações escolares, assim como instalação e uso de extintores, por exemplo, riscos de acidentes, sinalizações, entre outras.

4.1.2 A capacitação na etapa prática – modalidade presencial

A capacitação presencial do Programa é realizada de forma descentralizada nos 32 (trinta e dois) NREs, de forma a atender a totalidade dos cursistas inscritos, e que atuam como servidores nas instituições de ensino estaduais e especiais do estado do Paraná.

Para o planejamento da etapa da capacitação presencial se verifica a responsabilidade do Chefe da Seção para Assuntos de Defesa Civil (BM-8) no âmbito da Coordenação Estadual Pedagógica do Programa, conforme as suas atribuições previstas no Art. 9º do Decreto regulamentador do Programa n. 4.587, de 2016:

- I - apoiar o planejamento das capacitações do curso de formação de Brigadistas Escolares;
- II - coordenar as instruções de capacitação da fase presencial do curso de formação de Brigadistas Escolares;
- III - realizar reuniões técnicas junto aos instrutores do Corpo de Bombeiros, para nivelamento e padronização das instruções constantes dos módulos da fase presencial do curso de formação de Brigadistas Escolares; e
- IV - apoiar a elaboração e a atualização dos materiais necessários para as capacitações das Brigadas Escolares em sua fase presencial. (PARANÁ, 2016).

Sob esta designação e para que as instruções das atividades práticas aconteçam de forma padronizada entre os CB/PMPR locais, é elaborado e validado o Plano de Aula. Este é balizado na NPT 017, de 2017, em consonância com os módulos II a V da etapa teórica, modalidade EaD, da capacitação de formação de brigadistas escolares. É composto por: objetivo; conteúdos; materiais necessários para a aula; checklist de participação; identificação do instrutor e do NRE; carga horária, e sugestão de cronograma conforme os conteúdos.

A partir deste Plano de Aula a execução prática da etapa presencial fica sob responsabilidade do Oficial Chefe da Seção para Assuntos de Defesa Civil (B-8) do âmbito do CB/PMPR, nos termos do mesmo Decreto, em seu Art. 10:

- I - planejar juntamente com o Chefe do NRE a execução do cronograma de instruções constantes dos módulos presenciais do curso de formação de Brigadistas Escolares, em conformidade com as orientações da BM-8;
- II - designar instrutores para ministrar as instruções de capacitação da fase presencial do curso de formação de Brigadistas Escolares;

III - indicar Bombeiros Militares para participação das reuniões técnicas previstas no inciso III do Art. 9º, para nivelamento e padronização das instruções constantes dos módulos da fase presencial, a serem ministradas no curso de formação de Brigadistas Escolares; e [...] (PARANÁ, 2016).

Conforme o inciso I acima demonstrado, a Chefia dos NREs e Chefia das B-8 planejam os cronogramas, objetivando a organização das turmas e as datas para a execução prática da etapa presencial, de modo que todos os cursistas inscritos participem e concluam a capacitação de formação de brigadistas escolares.

A constância de treinamentos com demonstrações práticas e simulações de situações próximas à realidade são importantes para que a comunidade escolar possa vivenciar e adquirir conhecimento e prática para agir adequadamente quando necessário.

Atualmente o Programa está implantado em 2.493 instituições de ensino no Paraná, entre estaduais públicas e modalidade especial (BUSINESS INTELLIGENCE, 2022), totalizando aproximadamente 68.361 servidores certificados como brigadistas escolares pela SEED/PR. (PARANÁ, 2021, p. 11).

4.2 O MODELO DE PLANO DE ABANDONO ESCOLAR PROPOSTO PELO PROGRAMA BRIGADAS ESCOLARES – DEFESA CIVIL NA ESCOLA

Tendo a necessidade de trabalhar em busca da prevenção, ou seja, mudança de hábitos para uma cultura de segurança, o Programa visa um trabalho em conjunto com os atores envolvidos nas comunidades escolares (estudantes, professores, diretores, e outras pessoas que trabalham e frequentam o ambiente escolar). Criar a cultura de prevenção seguindo as disposições legais de prevenção aos diferentes riscos (incêndios, desastres naturais, acidentes) é o objetivo principal do Programa. (PARANÁ, 2019, módulo I, p. 09).

Por influência da natureza ou até mesmo interferência da população, tem se observado o aumento de desastres, ainda, estes se fortalecem quando não se tem uma sociedade informada e preparada para conduzir tais situações, [...] infelizmente é comum criarmos hábitos de prevenção somente após termos vivenciado uma situação de crise ou em razão de cumprirmos uma legislação vigente. (PARANÁ, 2019, módulo I, p. 09).

Para que esta nova cultura de prevenção seja aceita e comece a existir, é de fundamental importância que seja desenvolvida e aprendida pelos estudantes que estão nas instituições de ensino vivenciando novas experiências de aprendizagem. O ambiente escolar propicia a difusão destes conhecimentos aumentando a possibilidade de professores e funcionários se tornarem multiplicadores deste conhecimento. Desta forma, por meio das ações promovidas pelo Programa será possível a transformação cultural e a idealização de uma sociedade com hábitos preventivos.

Nesta perspectiva o Programa propõe demonstrar a elaboração de um plano de abandono da instituição de ensino em caso de emergência, a sua importância e a suas especificidades, tendo como principal objetivo:

[...] manter a comunidade escolar segura em situações de risco, realizando treinamentos pautados em boas práticas nacionais e internacionais; compondo um grupo de servidores para atuação emergencial; e instalando equipamentos mínimos que possam apoiar eventuais ações emergenciais na escola. (PARANÁ, 2019, módulo II, p. 09).

As instituições de ensino, por centralizarem uma grande quantidade de pessoas, é importante que se tenha um planejamento para que se afastem do foco do incêndio ou se retirem da edificação escolar em segurança. Assim, cada instituição de ensino deve organizar seu Plano de Abandono Escolar para que as simulações e também nos casos reais de emergência, o abandono emergencial da edificação escolar seja eficaz, salvaguardando sua comunidade escolar.

Para esse planejamento é necessário que o diretor da instituição de ensino em conjunto com a Brigada Escolar realize sistematicamente, a organização do deslocamento da sua comunidade escolar no interior da instituição de ensino, direcionando-os para um lugar protegido. Assim, tal planejamento deve levar em consideração as características de sua instituição e público, balizados nas normativas do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Paraná, direcionando-se a partir dos fundamentos do Plano de Abandono Escolar:

Quadro 8 – Fundamentos do Plano de Abandono Escolar proposto pelo PBEDCE.

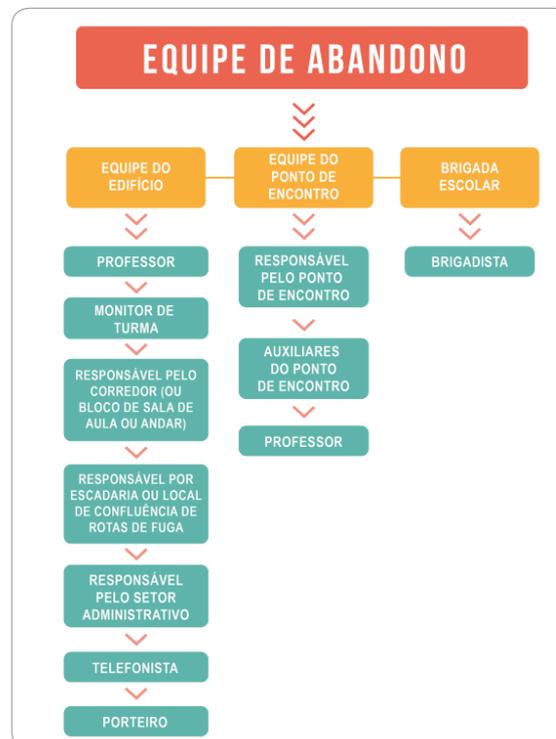
Fundamentos	Descrição
Ponto de Encontro	<p>a) Local seguro, previamente estabelecido, onde serão reunidos todos os estudantes, professores, funcionários e outras pessoas que eventualmente estejam na instituição de ensino.</p> <p>b) Neste local deve haver uma equipe de servidores denominada de Equipe do Ponto de Encontro, para receber as pessoas em segurança.</p>
Rota de Fuga	<p>a) Trajeto a ser percorrido em passo rápido, mas sem correr, do local onde esteja a pessoa na edificação até a saída de emergência, em direção ao Ponto de Encontro.</p> <p>b) Identificar os trajetos que permitem um melhor fluxo de pessoas, sem objetos que possam obstruir a passagem.</p>
Saída de Emergência	<p>a) É a porta ou passagem de saída de um edifício escolar.</p> <p>b) Uma rota de fuga deve levar os ocupantes da edificação a uma saída para o ambiente externo à ela. Assim, a partir da saída de emergência as pessoas deslocar-se-ão ao Ponto de Encontro.</p> <p>c) deverão estar posicionadas pessoas da equipe do edifício que direcionam para o ponto de encontro as pessoas que estão efetivamente abandonando o edifício considerado perigoso.</p>
Planta de Emergência	<p>a) Representação gráfica, em forma de planta, que orienta os ocupantes de cada ambiente da instituição de ensino, sobre qual rota deve ser seguida para o abandono da edificação em segurança, de forma a dirigi-los ao Ponto de Encontro.</p> <p>b) Deve ser afixada em todos os ambientes da edificação escolar, preferencialmente ao lado da porta de saída de cada ambiente, de forma que seja facilmente visualizada.</p>
Planta de Risco	<p>a) É o mapeamento de situações que geram risco de incêndio e dificuldades para o abandono da edificação escolar.</p> <p>b) O objetivo principal é a visualização simples e rápida dos riscos, com percepção espacial imediata dos locais onde eles se encontram na edificação escolar, de maneira que uma análise minuciosa dos riscos da edificação escolar possa servir de base para a confecção do Plano de Abandono Escolar, considerando que as rotas de fuga deste, sendo possível, devem seguir caminhos que não coincidam com os locais apontados na Planta de Risco.</p>
Equipe de Emergência	<p>a) É o grupo de profissionais de emergência pública ou privada que são chamados à instituição de ensino por ocasião da ocorrência de um sinistro.</p> <p>b) Exemplos: Corpo de Bombeiros, Bombeiro Comunitário, Polícia Militar, Defesa Civil Municipal, SAMU, SIATE.</p>

Alarme de Abandono	<p>a) É o sinal convencionado pela escola que indica a necessidade de abandono emergencial do edifício escolar.</p> <p>b) Deverá ser convencionado de modo que seja um som completamente diferente daquele utilizado habitualmente pela instituição de ensino para quaisquer atividades, de maneira que o toque de emergência realmente desperte nas pessoas a atenção, levando-as a deduzir facilmente que algo de errado está acontecendo na instituição de ensino.</p>
--------------------	---

Fonte: Paraná (2019, módulo I, p. 10, adaptado pela autora, 2022).

Além dos fundamentos, o planejamento do Plano de Abandono Escolar deve considerar as atribuições da comunidade escolar e brigadista escolar, previamente designadas pelo Diretor Escolar, pois é de grande importância para a realização dos procedimentos básicos para o abandono da edificação escolar. “Cada função possui um rol de atribuições cujo desempenho garante a dinâmica de operacionalização do abandono propriamente dito.” (PARANÁ, 2019, módulo II, p. 10).

Figura 5 – Formação da Equipe de Abandono.



Fonte: Paraná (2019, módulo II, p. 26).

Tais atribuições são determinadas de acordo com organização de cada grupo que compõe a Equipe de Abandono da instituição de ensino, conforme citada

anteriormente nos conteúdos do segundo módulo: a Equipe do Edifício, a Equipe do Ponto de Encontro e a Brigada Escolar, e demonstrada na Figura 5.

A seguir será apresentada a composição da Equipe de Abandono e suas respectivas funções que devem ser realizadas a partir do acionamento do sinal do alarme combinado, que alerta a necessidade de abandonar a edificação escolar.

Nos termos da organização do Programa a Equipe do Edifício é definida como:

É o grupo de pessoas, entre servidores e alunos, que operacionaliza o abandono da edificação escolar, orientando a saída de todas as pessoas do edifício de forma organizada, visando a garantir a segurança durante a execução da saída emergencial da escola, em direção ao ponto de encontro. (PARANÁ, módulo II, p. 25).

O Professor que é o docente que efetivamente está em horário de aula e que, por consequência, tem uma turma sob a sua responsabilidade. Tem como atribuições liderar o abandono da sala de aula em que se encontra; organizar os alunos em fila e retirar os estudantes ao sinal do responsável; é o último a sair da sala ao certificar que está vazia; fecha a porta e faz um risco com giz, o que significa que a sala está vazia, e se mantém no final da fila, deslocando-se ao Ponto de Encontro. (PARANÁ, 2019, módulo II, p. 26).

O Monitor de turma é o estudante que ficará à frente de sua turma no momento do abandono emergencial. Tem como atribuições liderar a sua turma como primeiro estudante da fila, conduzindo-a até o Ponto de Encontro, seguindo as orientações da Equipe do Edifício Escolar e da Equipe do Ponto de Encontro; posicionar-se à frente da porta da sala, assumindo a primeira posição da fila; iniciar a caminhada ao Ponto de Encontro logo que o professor dá a ordem; caso o monitor verifique o sinistro iniciando nas proximidades de sua sala, deverá proceder com o abandono imediato do local e avisar ao Diretor Escolar o mais rápido possível, neste caso, o monitor deve realizar o deslocamento como último componente da fila; conduzir a turma em passo rápido, sem correr, com os braços ao longo do corpo, devendo lembrar-se que atrás dele haverá uma turma toda seguindo seus passos, orientar que no Ponto de Encontro, os estudantes, devidamente enfileirados, devem sentar-se, e quando observar se algum estudante não tenha acompanhado a turma por qualquer motivo, relatar o fato o mais rápido possível ao professor, e/ou à Equipe do Edifício Escolar, e/ou à Equipe do Ponto de Encontro. (PARANÁ, 2019, módulo II, p. 28).

O Responsável pelo corredor ou bloco de salas de aula ou andar é o servidor que atuará no corredor das salas de aula ou em um bloco de salas de aula, ou ainda em um andar, dependendo da estrutura de cada instituição de ensino, e cada corredor, bloco ou andar, deve possuir, no mínimo, um agente responsável. Tem como atribuições ordenar a saída das turmas das salas de aula e controla o fluxo das filas das turmas de estudantes no corredor, bloco ou andar das salas de aula, pelas rotas de fuga determinadas nas plantas de emergência, dirigindo-se à saída de emergência da edificação; a primeira turma a ser movimentada seja a mais próxima da saída de emergência da edificação e a última a mais distante, podendo essa ordem ser invertida de acordo com a localização do sinistro, devendo sair primeiro a turma que estiver correndo mais risco; observar o fluxo das turmas nas rotas de fuga, liberando as turmas de acordo com esse fluxo, e liberar uma turma de cada vez, para que não haja filas duplas; não permitir cruzamentos das filas e nem correria; nos pontos em que possa haver cruzamentos entre turmas, orientar o fluxo das filas que devem avançar de acordo com a localização do sinistro, movimentando inicialmente as turmas que estão mais próximas a este e, por fim, as mais distantes; ao encerrar a saída de seu corredor, andar ou bloco, conferir se todas as salas estão vazias e marcadas com um traço na diagonal feito pelo professor ao sair da sala; vistoriar, em seguida, todos os demais ambientes de seu corredor, bloco ou andar, como banheiros, auditórios e laboratórios, entre outros, em busca de alunos, servidores ou visitantes, e concluída a verificação, seguir atrás da fila de estudantes para o Ponto de Encontro, e segue as orientações da dessa Equipe. (PARANÁ, 2019, módulo II, p. 30).

O Responsável pela escadaria ou local de confluência de rotas de fuga é o servidor que atuará nos acessos às escadas das instituições de ensino com mais de um pavimento e com rotas de fuga diferentes, tem como atribuições coordenar o acesso das turmas de estudantes às escadas de andares superiores e a saída destas para o pavimento térreo, organizando a confluência de turmas nesses acessos, permitindo a continuidade do fluxo de saída da edificação escolar; na medida em que as turmas forem chegando nos acessos das escadas ou na confluência dos corredores (rotas de fuga), organizar a passagem das turmas, preferencialmente, de forma alternada, considerando as diferentes origens dessas turmas (andar superior, corredor esquerdo, corredor direito, corredor central, etc.), a

fim de que o fluxo de todos os locais de origem das turmas se mantenha contínuo. (PARANÁ, 2019, módulo II, p. 31).

O Responsável pelo setor administrativo é o servidor que coordenará a saída dos servidores desse setor em direção ao Ponto de Encontro. Tem como atribuições liderar a sua equipe de trabalho, entre outras que eventualmente lá estiverem; ficará como primeiro servidor da fila indiana, conduzindo-a até o Ponto de Encontro, seguindo as orientações da Equipe do Edifício Escolar e da Equipe do Ponto de Encontro; a partir desse local, fazer a contagem, e sinalizar a direção que os servidores e outras pessoas que estiverem no setor administrativo devem seguir para chegar ao Ponto de Encontro, com o deslocamento em fila única, sem correr e mantendo a calma; após a saída das pessoas do setor administrativo, vistoriar todos os ambientes do setor (banheiros, laboratórios, secretaria, direção, etc.) em busca de pessoas que tenham permanecido nesses ambientes; marcar a porta de cada ambiente vistoriado com um traço grande diagonal; ao chegar no Ponto de Encontro, realizar a conferência do pessoal administrativo, e demais pessoas se houver, comparando com a contagem inicial, e relatar o resultado da vistoria final e da conferência realizada no Ponto de Encontro ao responsável por aquele local. (PARANÁ, 2019, módulo II, p. 33).

O Telefonista é o servidor que efetuará as ligações telefônicas necessárias no momento do sinistro. Tem como atribuições efetuar as ligações telefônicas emergenciais pertinentes, anteriormente planejadas e/ou determinadas pelo Diretor Escolar no momento da emergência; realizar os contatos com os órgãos e as entidades necessárias, como Corpo de Bombeiros, Polícia Militar, Bombeiro Comunitário, SAMU, Defesa Civil Municipal, entre outros que tenham sido sinalizados pelo Diretor Escolar; manter uma via de comunicação direta com o porteiro para repassar qual orientação foi dada às equipes de emergência acerca do local de acesso à escola, a fim de que este se posicione corretamente, visando a facilitar a entrada dessas equipes emergenciais. (PARANÁ, 2019, módulo II, p. 34).

E o Porteiro, que é o servidor que atuará na portaria da instituição de ensino podendo ser aquele que habitualmente já desempenha a função. Tem como atribuições controlar a entrada e saída de pessoas da instituição de ensino na ocasião do sinistro, auxilia as equipes de emergência e procede a abertura dos acessos necessários à edificação; abrir as portas e portões que tenham sido convencionados como de emergência no Plano de Abandono Escolar; posicionar-se

em local que lhe permita controlar a saída e entrada de pessoas na instituição de ensino, devidamente autorizadas pelo Diretor Escolar, e de maneira a poder ser visto com facilidade pelas equipes de emergência, indicando o local de acesso de seus veículos; manter uma via de comunicação direta com o telefonista para verificar qual orientação foi repassada às equipes de emergência acerca do local de acesso à escola, a fim de se posicionar corretamente, visando a promover a entrada das equipes de emergência na área da escola, indicando a melhor rota até o sinistro, abrindo as portas e os portões que eventualmente estejam trancados para acesso à edificação e ao sinistro. (PARANÁ, 2019, módulo II, p. 35).

O segundo grupo que compõe a Equipe de Abandono Escolar é a Equipe do Ponto de Encontro, que é o local na instituição de ensino que centralizará a comunidade escolar, em segurança, em caso de algum sinistro no ambiente escolar. “Esse local deve contar com servidores que cuidem de sua organização e controle, procurando identificar a falta de pessoas que possam ter permanecido no interior da edificação.” (PARANÁ, 2019, módulo II, p. 37).

As atribuições dessa equipe são de competência do Responsável pelo Ponto de Encontro, os Auxiliares do Ponto de Encontro e os Professores, sendo demonstradas a seguir.

O Responsável pelo Ponto de Encontro é o servidor que ficará responsável pelo Ponto de Encontro. Tem como atribuições realizar o controle e organização de toda a comunidade escolar; direcionar-se rapidamente ao Ponto de Encontro, posicionando-se de maneira a ser facilmente identificado, a fim de lhe repassar a existência ou não de possíveis problemas; sendo o primeiro a chegar ao Ponto de Encontro, se o local destinado habitualmente estiver trancado, o responsável abre as portas ou portões de acesso; à medida que os visitantes, a comunidade escolar e as turmas forem chegando ao Ponto de Encontro, determina os posicionamentos, orientando-as quanto ao local em que deverão permanecer, sendo em fila única, e as turmas, dispostas lado a lado; havendo desaparecidos, deve levar a situação imediatamente ao conhecimento da Brigada Escolar e do Diretor Escolar, e ao chegar a primeira equipe de emergência no local, relata a existência de pessoas feridas ou desaparecidas. (PARANÁ, 2019, módulo II, p. 38).

Os Auxiliares do Ponto de Encontro, que são os servidores que apoiarão as ações no Ponto de Encontro, junto aos professores das turmas e o responsável pelo Ponto de Encontro. Tem como atribuições abrir o local destinado ao Ponto de

Encontro, e organizar a chegada e a disposição dos estudantes, professores, demais servidores e outras pessoas; substituir o responsável pelo Ponto de Encontro em sua ausência; direcionar-se rapidamente ao Ponto de Encontro, e posicionar-se de maneira a serem facilmente identificados; sendo os primeiros a chegar ao local, também podem abrir as portas ou portões de acesso ao Ponto de Encontro, e apoiar em todas as atribuições do responsável pelo Ponto de Encontro. (PARANÁ, 2019, módulo II, p. 39).

E o Professor que é o docente que efetivamente está em horário de aula e que, por consequência, tem uma turma sob a sua responsabilidade. O professor faz parte da Equipe do Edifício Escolar e também da Equipe do Ponto de Encontro. Tem como atribuições ajudar a posicionar a sua turma, sentados, no local designado pela equipe do Ponto de Encontro; realizar a conferência dos estudantes de sua turma e repassa à equipe do Ponto de Encontro, e a informar ao responsável pelo Ponto de Encontro da presença de todos os alunos ou a eventual falta de algum estudante. (PARANÁ, 2019, módulo II, p. 41).

O terceiro, e último grupo, é a Brigada Escolar, formada pelo Brigadista Escolar, que são os servidores da instituição de ensino que passaram pelo Curso de Formação de Brigadistas Escolares. Possuem os conhecimentos necessários para um atendimento básico de emergência, sendo as pessoas que têm as melhores condições técnicas de atuar em situações de risco na instituição de ensino. Tem como atribuições identificar o local da ocorrência do sinistro e o máximo de detalhes possíveis para fins de relatório e informação às equipes de emergência; localizar a emergência e realizar o primeiro atendimento da situação; receber as equipes de emergência quando estes chegarem, repassando-lhes, no mínimo, a localização do Ponto de Encontro, a apresentação da Planta de Risco da instituição de ensino, e a indicação da localização e detalhes do sinistro. (PARANÁ, 2019, p. 42).

É importante que cada servidor saiba de sua função, assim como sua responsabilidade e ação imediata. Desta forma, o plano de abandono será realizado de maneira segura e eficaz. (AMARAL, GOMES, 2019). O engajamento dos envolvidos resultará no sucesso da efetivação do plano de abandono emergencial de edificação escolar e seu aperfeiçoamento.

4.2.1 Simulado de abandono emergencial da edificação escolar

Além de conhecer sua responsabilidade como agente na realização de um plano de abandono escolar, no formato teórico, o Brigadista Escolar deve oportunizar simulações práticas, para que, juntamente com a comunidade escolar, treine possíveis situações de emergências, minimizando os danos caso a emergência real ocorra.

Professores, funcionários e alunos agora podem atuar como orientadores das necessidades básicas no momento, não somente pelo instinto de sobrevivência, mas, principalmente, pelo conhecimento adquirido na escola por meio dos treinamentos, orientação, métodos e práticas, o que lhes deram condições de percepção para agir num determinado momento. (LEONARDI, 2018, p. 16).

Esse treinamento é considerado uma etapa de preparação para que os integrantes se sintam capazes de agir com habilidade no momento de um desastre ou acidente. Desta forma, para os treinamentos, são elaborados exercícios simulados práticos com recursos necessários e a participação de todos os envolvidos. Ou seja, a equipe participa de uma situação fictícia criada para reproduzir uma situação que possa ocorrer na vida real e seja enfrentada de forma mais assertiva possível. (BRASÍLIA, 2012).

As simulações do Plano de Abandono Escolar podem representar diversas situações de emergência no ambiente escolar, apesar de não reproduzir a realidade, podem evitar ou minimizar a tensão das pessoas em uma situação de pânico, ainda desenvolvem a cultura de segurança, e deve ocorrer no intuito de preparar os envolvidos em sua futura atuação com a segurança devida. A comunidade escolar precisa ser treinada para a saída emergencial da edificação escolar, ou seja, para abandonar o local de forma mais rápida possível e segura. (PARANÁ, 2019, módulo II, p. 09).

Por meio das simulações, os envolvidos se tornam mais seguros, pois já sabem quais procedimentos devem realizar, decisões tomar para salvar suas próprias vidas e das outras pessoas do local. (COSTA, FILIPE, SILVA, 2020).

Para isso, além de se ter um Plano de Abandono Escolar elaborado e apesar das instituições de ensino estarem equipadas com medidas proteção de combate contra incêndio e pânico propostas pelo Programa: sinalização de rotas de fuga e saídas de emergência, sistema de iluminação de emergência e de proteção por

extintores, e a Brigada Escolar (PARANÁ, 2016), é importante que a comunidade escolar esteja preparada a agir de forma adequada, em caso de incêndio ou outra emergência.

Neste sentido, Queirós e Santos (2010) relatam que o comportamento humano ainda é uma dimensão pouco conhecida e precisa ser levada em consideração na preparação dos treinamentos para planos de emergência, pois o sucesso no momento da evacuação da instituição escolar irá depender do comportamento de seus ocupantes.

Neste viés, para assegurar que a comunidade escolar esteja preparada, o Programa faz a previsão dos simulados semestrais em calendário escolar, por turno de funcionamento da escola, e registrados em livro ata pela Brigada Escolar, conforme preconiza a NPT 017, de 2017:

[...] 5.6.3 Exercícios simulados

Deve ser realizado anualmente um exercício simulado no estabelecimento ou local de trabalho com participação de toda a população. Imediatamente após o simulado deve ser realizada uma reunião extraordinária para avaliação e correção das falhas ocorridas. Deve ser elaborada ata na qual conste:

- a) Horário do evento;
- b) Tempo gasto no abandono;
- c) Tempo gasto no retorno;
- d) Tempo gasto no atendimento de primeiros socorros;
- e) Atuação da brigada;
- f) Comportamento da população;
- g) Ajuda externa (Ex: PAM - Plano de auxílio mútuo);
- h) Falhas de equipamentos;
- i) Falhas operacionais;
- j) Demais problemas levantados na reunião. (PARANÁ, 2017, p. 5).

Para que a execução do simulado de abandono emergencial da edificação escolar ocorra de forma eficaz nas instituições de ensino, o Programa propõe uma dinâmica de ações:

1. Acionamento do alarme.
2. Deslocamento dos integrantes das equipes do edifício e do ponto de encontro para os locais previamente estabelecidos.
3. O professor posiciona a turma em fila indiana para saída da sala de aula, colocando o aluno monitor à frente da turma.
4. O professor mantém contato visual com o responsável pelo corredor, aguardando o sinal para iniciar o deslocamento de sua turma.
5. Os responsáveis pelos corredores passam a chamar cada turma para sair da sala, em ordem, em direção ao ponto de encontro.
6. Os alunos devem se deslocar em fila indiana, a passos rápidos, sem correr, sem gritar, procurando manter a calma, com os braços soltos ao longo do corpo, sem empurrar ou puxar outras pessoas, seguindo as orientações da equipe do edifício para chegar ao ponto de encontro, deslocando-se sempre que possível pelo lado direito dos corredores e das

escadas. Se a escada possuir corrimão somente em um dos lados, este é o que deve ser utilizado. Se não possuir corrimão em nenhum dos lados, o aluno deve descer as escadas tocando com uma das mãos a parede, utilizando-a como ponto de apoio em caso de desequilíbrio.

7. No caso de ausência de integrante da equipe do edifício para orientar a saída da turma, o monitor e o professor devem fazer com que a turma siga as sinalizações (placas) da rota de fuga em direção à saída de emergência, e, estando fora da edificação, dirigir a turma ao ponto de encontro, sempre mantendo a formação de fila.

8. O professor é o último a sair da sala de aula, conferindo se ninguém ficou no seu interior, fechando a porta e fazendo um risco diagonal nela com giz, ou na parede ao lado.

9. O professor deverá estar munido do livro de chamada para deslocamento ao ponto de encontro. As instituições que operam com Registro de Chamada Online (RCO), proceder conferência dos estudantes, ainda, na sala de aula.

10. A equipe do edifício deve direcionar as turmas em fila para o ponto de encontro, controlando o fluxo das turmas, a fim de evitar aglomerações e tumultos.

11. A equipe do ponto de encontro, à medida que as turmas forem chegando àquele local, procede a acomodação das turmas.

12. O professor realiza a conferência dos alunos de sua turma no ponto de encontro, utilizando-se do livro de chamada ou outro meio de conferência, repassando a informação à equipe do ponto de encontro.

13. Sendo constatada a falta de qualquer pessoa no ponto de encontro, após a conferência, deve-se passar a informação à equipe do ponto de encontro que, por sua vez, notifica o diretor, fazendo chegar essa mesma informação às equipes de emergência. (PARANÁ, 2019, módulo II, p. 43).

A participação da comunidade escolar no desenvolvimento de uma cultura de prevenção e de segurança é fundamental para a sociedade, uma vez que a escola é uma referência de instituição para várias gerações de uma mesma região. A comunidade local passa pela escola, formando uma ligação por diferentes gerações da mesma comunidade.

Assim, a escola proporciona aos estudantes, familiares e envolvidos a possibilidade de comportamentos seguros e ao mesmo tempo comportamentos assertivos em momentos de riscos de acidentes. Sociedades com maior conhecimento, maior instrução, estão mais bem preparadas para a ação no momento de crise. A cultura da prevenção é ensinada e aplicada na escola. No momento em que a escola percebe a relevância desta instrução, demonstra sua preocupação consigo mesma e com as demais instituições de ensino trocando experiências e informações para a cultura de segurança. (QUEIRÓS, SANTOS, 2010).

O simulado, ou seja, o treinamento desenvolvido para as comunidades escolares contribui para o gerenciamento de riscos e possíveis desastres. Quando a comunidade escolar está presente realizando simulados fica mais apta para a realização do abandono da edificação. (BRASÍLIA, 2012). A instituição de ensino,

como lugar de educação tem um papel essencial para o aprendizado de uma cultura de segurança. Ao compreender sua importância, o estudante participa e reproduz seu conhecimento para seus familiares, amigos e sociedade.

Como resultado ao aprofundamento das pesquisas relacionadas ao tema, no capítulo seguinte será apresentado o produto resultante deste estudo direcionado, nos termos das legislações vigentes do Corpo de Bombeiros e com a abordagem direcionada para a modalidade de educação especial.

5 O PRODUTO

A Portaria Normativa n. 17 – MEC, de 2009, sobre o mestrado profissional no âmbito da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, regulamentada pelas Portarias n. 389 – MEC, de 2017, e n. 131 – CAPES, de 2017, dispõe que o trabalho final para conclusão do curso poderá ser o desenvolvimento de produtos nos termos da estrutura e objetivo do curso. (BRASIL, 2009, p.3).

Também, conforme preconiza no mestrado profissional em educação de novas tecnologias do programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* do Centro Universitário Internacional UNINTER, [...] f) Possibilitar o desenvolvimento de propostas e criação de programas e ferramentas tecnológicas e metodológicas fundamentadas que produzam melhoria na educação [...]. (UNINTER, 2020).

Os produtos desenvolvidos a partir dos mestrados profissionais devem ser compreendidos além dos contextos avaliativos e também em sua capacidade de reutilização, adaptação, combinação com outros materiais, redistribuição, pelos professores em seus diferentes contextos, conforme destacam Rizzatti et al. (2020, p. 2).

Os autores também citam em seu estudo, duas problemáticas identificadas pela CAPES quanto ao desenvolvimento de produtos. O primeiro deles acerca da incompreensão dos pesquisadores dessa proposta pelo fato dos docentes dos programas de mestrado profissionais terem sua formação na modalidade acadêmica, e o segundo, sobre os problemas para a realização dos registros dessas produções nas plataformas da CAPES e Lattes, assim, dificultando sua identificação e divulgação. (Rizzatti et al., 2020, p. 3).

Para isso a CAPES, em 2017, sinalizou a necessidade de a avaliação dos produtos serem claras e objetivas. E em 2019, definiu os conceitos sobre as produções científicas oriundas dos mestrados profissionais concluindo que o produto e processo educacional se relacionam: [...] A dissertação/tese deve ser uma reflexão sobre a elaboração e aplicação do produto educacional respaldado no referencial teórico metodológico escolhido. (BRASIL, 2019a, p. 15, citado por RIZZATTI et al., 2020, p. 4).

E para aprimorar os processos de avaliação desses produtos, técnicos⁷ e tecnológicos⁸, a CAPES instituiu, por meio da Portaria n. 171, de 2018, o Grupo de Trabalho que desenvolveu uma metodologia organizada em diferentes etapas, que buscou identificar os produtos das diversas áreas de avaliação e as respectivas especificidades, garantindo assim a qualidade dos dados avaliados por meio da caracterização dos tipos e subtipos de produtos e classificação e indicadores dos produtos. (BRASIL, 2019b, p. 5).

Esse Grupo de Trabalho definiu o conceito de produto como:

É o resultado palpável de uma atividade docente ou discente, podendo ser realizado de forma individual ou em grupo. O produto é algo tangível, que se pode tocar, ver, ler, etc. Pode ser um cultivar ou um conjunto de instruções de um método de trabalho. O Produto é confeccionado previamente ao recebimento pelo cliente/receptor, que só terá acesso após a conclusão dos trabalhos. (BRASIL, 2019b, p. 16).

Na metodologia de avaliação dos produtos desenvolvida pelo Grupo de Trabalho foram criados critérios para auxiliar todas as áreas. Rizzatti et al. (2020) afirmam que a essa proposta de avaliação auxiliará na correção de falhas nos processos de avaliação dos produtos, pois, segundo os autores, ao perpassar dos tempos as bancas de defesa têm se direcionado excessivamente na avaliação da dissertação, sem focar no produto.

Para a avaliação dos produtos e seus subtipos o Grupo de Trabalho definiu os seguintes critérios:

Quadro 9 – Critérios para avaliação de produtos definido pelo Grupo de Trabalho – CAPES.

Critérios	Descrição
Aderência	Este critério é obrigatório para a validação de uma produção nos programas de pós-graduação, uma vez que todos os produtos devem ser originados de atividades vinculadas à área de concentração, linhas de atuação e/ou projetos de pesquisa.
Impacto	Este critério se relaciona com o motivo pela qual foi criado, sua relevância a que/quem se destina, oportunizando se avaliar em quais áreas poderão ser percebidas mudanças.

⁷ Diferenciado do produto tecnológico pelos critérios de impacto; aplicabilidade, inovação, e complexidade, dependendo de como o mesmo atendeu aos quatro critérios. (BRASIL, 2019b, p. 22).

⁸ É um “objeto tangível” com elevado grau de novidade fruto da aplicação de novos conhecimentos científicos, técnicas e expertises desenvolvidas no âmbito da pesquisa na pós-graduação, usados diretamente na solução de problemas de empresas produtoras de bens ou na prestação de serviços à população visando o bem-estar social (BRASIL, 2019b, p. 22).

Aplicabilidade	Este critério se refere a acessibilidade facilitada para se empregar o produto com vistas a atingir os objetivos para qual foi proposto. Pode ser de alta aplicabilidade pois apresenta um abrangência elevada, ou potencialmente elevada, podendo ser replicada como produção técnica.
Inovação	Este critério se refere a possibilidade de ser uma modificação de algo já existente ou da criação de algo novo. Pode ser produção com alto, médio ou baixo teor inovativo, ainda sem inovação aparente, a produção técnica.
Complexidade	Este critério se relaciona ao procedimento metodológico referente ao processo de criação e desenvolvimento do produto. Pode ser de alta, média ou baixa complexidade.

Fonte: Brasil (2019b, adaptado pela autora, 2022).

Além dos critérios definindo pelo Grupo de Trabalho, acima apresentados, Rizzatti et al. (2020, p.10) propõem mais dois conceitos a serem considerados na avaliação de produtos: Registro – que fornece informações sobre direitos autorais, propriedade intelectual, registro em bibliotecas, entre outros, por meio de catalogação do produto, e Acesso – que considera qual o tipo e se possui formas de acesso ao produto, podendo ser sem acesso, com acesso via rede fechada ou com acesso público e gratuito.

A partir da listagem dos diferentes produtos que o Grupo de Trabalho elaborou em seu relatório aplicável a todas as áreas de avaliação⁹, Rizzatti et al. (2020, p. 4) destacam os tipos de produtos escolhidos para a Área 38 – Ensino, e sua definição: Tecnologia Social; Material Didático; Software/Aplicativo; Manual/Protocolo, e Processo Educacional.

Além de apresentar aderência ao Projeto de Pesquisa: A Cidade como Currículo e a Cidade como Negócio, que tem como principal objetivo, [...] investigar e compreender os desafios e possibilidades que se apresentam na interpretação dos processos e dinâmicas envolvendo a produção do espaço urbano e suas implicações para a Cidade, a Educação e a Gestão [...] (UNINTER, 2020) quando a educação formal e não formal se perpassam, ainda, tem a intenção de responder à

⁹ Áreas de avaliação da CAPES para os programas de pós-graduação nos quesitos: Programa, Formação e Impacto na Sociedade, visando aferir e promover a qualidade dos programas. (BRASIL, CAPES, 2022). Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br>. Acesso em: 07 out. 2022.

pergunta proposta na presente dissertação, optou-se pela categoria de produto técnico Manual/Protocolo definido pelo Grupo de Trabalho como:

Conjunto das informações, decisões, normas e regras que se aplica a determinada atividade, que encerra os conhecimentos básicos de uma ciência, uma técnica, um ofício, ou procedimento. Pode ser um guia de instruções que serve para o uso de um dispositivo, para correção de problemas ou para o estabelecimento de procedimentos de trabalho. No formato de compêndio, livro/guia pequeno ou um documento/normativa, impresso ou digital, que estabelece como se deve atuar em certos procedimentos. (BRASIL, 2019b, p. 21).

Por meio deste material será possível demonstrar uma metodologia direcionada para uma escola de educação básica na modalidade de educação especial, para que elabore o seu plano de abandono emergencial de edificação escolar e respectivo simulado, de forma a contemplar as especificidades dessa instituição de ensino.

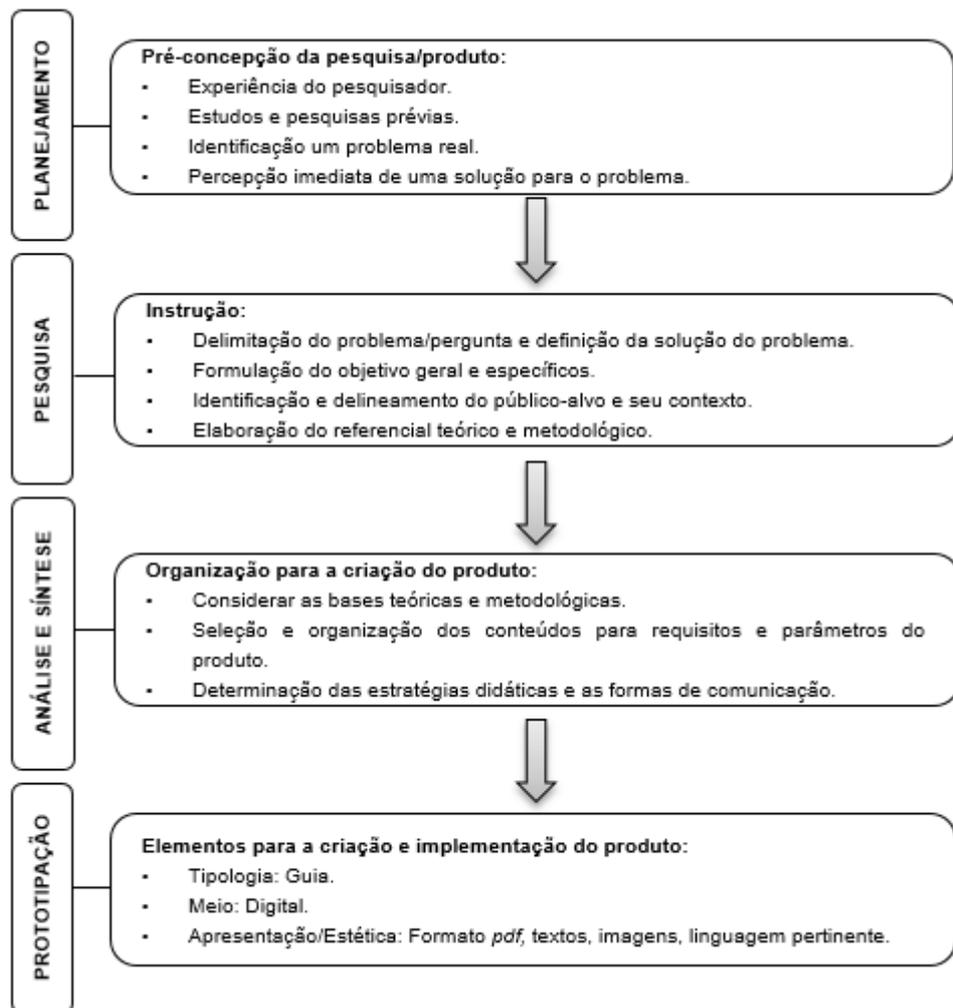
5.1 A METODOLOGIA PARA DESENVOLVIMENTO DO PRODUTO

A partir da reflexão dos estudos realizados com a combinação da adaptação dos materiais existentes sobre o tema, para o desenvolvimento do produto foi estabelecida uma metodologia para a criação de um material educacional digital¹⁰, em formato de revista digital, com arquivo em extensão *PDF*¹¹, de forma a facilitar seu acesso.

¹⁰ “Todo material didático elaborado com objetivos relacionados à aprendizagem e que incorpora recursos digitais”. BEHAR, P. A. (Orgs). Modelos Pedagógicos em Educação à distância. Porto Alegre: Artmed, 2009, p. 33. Disponível em: <https://bityli.com/marterial-educacional-digital>. Acesso em:: 07 out. 2022.

¹¹ “A sigla inglesa *PDF* significa *Portable Document Format* (Formato Portátil de Documento), é um formato de arquivo, desenvolvido pela Adobe Systems em 1993, para representar documentos de maneira independente do aplicativo, do *hardware* e do sistema operacional usados para criá-los.” Disponível em: <https://www.significados.com.br/pdf/>. Acesso em:: 07 out. 2022.

Figura 6 – Metodologia do processo de criação do produto.



Fonte: Farias e Mendonça citado por Rizzati et al. (2019, p. 8, adaptado pela autora, 2022).

A etapa de “Planejamento” se inicia a partir da experiência e conhecimento prévio do pesquisador que inspirará na percepção de um problema, que deve ser real, seguidamente de *insight*¹² para sua resolução. Nesta etapa o pesquisador também se utiliza de estudos e pesquisas preliminares para a identificação do problema e sua solução.

O desenvolvimento dos estudos se dará na etapa da “Pesquisa”. O pesquisador delimitará o problema real a ser estudado, levantando o questionamento e definindo nos objetivos geral e específicos os meios a serem

¹² “Compreensão repentina de um problema, ocasionada por uma percepção mental clara e, geralmente intuitiva, dos elementos que levam a sua resolução.” Dicionário Aurélio. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/insight/>. Acesso em: 07 out. 2022.

utilizados para obter as respostas. Definirá o público-alvo e suas especificidades, uma vez que este é o principal beneficiário do produto.

Na etapa de “Análise e Síntese” o pesquisador compilará as informações a partir das suas escolhas conceituais e metodológicas, determinando as estratégias didáticas e a forma de comunicação a ser utilizada para que o produto de materialize.

Por fim, na etapa de “Prototipação”, o produto é desenvolvido conforme foi planejado, considerando a sua aplicabilidade, os referenciais teóricos estudados e os metodológicos adotados, sua tipologia, o desenvolvimento da apresentação visual, bem como a linguagem e o meio que será disponibilizado.

Rizzatti et al. (2020) indicam em seu estudo sobre a metodologia de desenvolvimento de produtos, a etapa de avaliação do produto (aplicação e validação) recomendadas pelo Grupo de Trabalho da CAPES, porém não é obrigatória para o curso de Mestrado Profissional. Assim, não será implementada no processo do desenvolvimento do produto originado da presente pesquisa.

5.2 DELINEAMENTO DO PÚBLICO-ALVO

Para delinear as características do público-alvo que será beneficiado com o produto originado desta pesquisa, a escola de educação básica na modalidade de educação especial é definida pela SEED/DEEIN, como:

A Escola de Educação Básica na Modalidade de Educação Especial destina-se a escolarização dos educandos com Deficiência Intelectual e Múltipla, e Transtornos Globais do Desenvolvimento, cujas necessidades educacionais demandam atenção individualizada nas atividades escolares, autonomia e socialização, recursos, apoios intensos e contínuos, bem como metodologias e adaptações significativas que a escola comum não consiga prover. (PARANÁ, 2014, p. 5).

Atualmente a rede de escolarização dessa modalidade no estado do Paraná conta com 402 instituições de ensino vinculadas à Secretaria de Estado da Educação, nos termos da Instrução Normativa n. 005, da SEED/DEDUC, de 2021, que estabelece a parceria e garante a disponibilização de recursos e servidores que atuarão nas escolas conveniadas, objetivando:

[...] a conjugação de esforços entre a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA e a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL visando à oferta de Escolarização e Atendimento Educacional Especializado para estudantes com deficiências, múltiplas deficiências e transtornos globais do

desenvolvimento, em consonância com a política educacional adotada pela Secretaria de Estado da Educação – SEED e em cumprimento à Constituição da República Federativa do Brasil e à Constituição do Estado do Paraná, conforme detalhado no Plano de Trabalho anexo, o qual será parte integrante e indissociável desta parceria. (PARANÁ, 2021, p.1) .

Em que pese, os estudantes que nela estudam, a escola nessa modalidade é composta por uma comunidade escolar, e que seus integrantes, de alguma forma, participam nos processos educativos inerentes. E pode ser definida pela SEED/PR como: [...] A comunidade escolar é formada por professores e profissionais que atuam na escola, por alunos matriculados que frequentam as aulas regularmente e por pais e/ou responsáveis dos alunos. [...]. (PARANÁ, 2022).

Há de se considerar a comunidade escolar em geral como beneficiária desse produto, porém não se pode deixar de colocar em destaque os estudantes matriculados, estes que são o público-alvo da escola de educação básica na modalidade educação especial e que compõem em maior quantidade a população de uma instituição de ensino.

Nos termos da Instrução Normativa n. 02 – SEED/DPGE, de 2020, que dispõe sobre a instrução dos procedimentos para a realização das matrículas nas instituições de ensino da rede pública estadual de educação básica e nas escolas de educação básica na modalidade de educação especial (PARANÁ, 2020), no estado do Paraná, no ano de 2022, estão matriculados 42.654 estudantes, distribuídos em 8.623 turmas nas escolas dessa modalidade. (PARANÁ, 2022).

Os estudantes da escola nessa modalidade apresentam deficiência intelectual¹³, transtornos globais do desenvolvimento¹⁴, ou ainda múltiplas deficiências, conforme é definida pela Política Nacional de Educação Especial: “É a associação, no mesmo indivíduo de duas ou mais deficiências primárias (mental/visual/auditivo-física), com comprometimentos que acarretam atrasos no desenvolvimento global e na capacidade adaptativa.” (BRASIL, 1994, p.15).

¹³ “A deficiência intelectual é uma condição caracterizada por limitações significativas tanto no funcionamento intelectual quanto no comportamento adaptativo que se origina antes dos 22 anos. ” Associação Americana de Deficiência Intelectual e Desenvolvimento – AAIDD. Disponível em: <https://www.aaidd.org/intellectual-disability/definition>. Acesso em:: 12 nov. 2022.

¹⁴ “Os Transtornos Globais do Desenvolvimento caracterizam-se por um comprometimento grave e global em diversas áreas do desenvolvimento: habilidades de interação social, habilidades de comunicação ou presença de estereotípias de comportamento, interesses e atividades. Os prejuízos qualitativos que definem essas condições representam um desvio acentuado em relação ao nível de desenvolvimento ou idade mental do indivíduo. ” Associação Americana de Psiquiatria. Disponível em: <https://www.apa.org/>. Acesso em:: 12 nov. 2022.

A associação destas deficiências acarreta atrasos no desenvolvimento global e na capacidade adaptativa. As principais necessidades educacionais serão priorizadas e desenvolvidas, através das habilidades básicas, nos aspectos sociais, de autoajuda e de comunicação. (ZAMPRONI, LIMA, BATISTA, 2015, p. 7).

De acordo com o documento emitido pela SEED/DEEIN “Organização Administrativa e Pedagógica das Escolas de Educação Básica na Modalidade Educação Especial” a educação básica na modalidade de educação especial é ofertada a Educação Infantil (0 a 5 anos – estimulação essencial e pré-escola), Ensino Fundamental anos iniciais (6 a 16 anos – 1º ao 5º ano), Educação de Jovens e Adultos Fase I (a partir dos 17 anos – EJA 1º ao 5º ano) e Educação Profissional (qualificação profissional). (PARANÁ, 2014, p.13).

Identificar o público-alvo é indispensável para a elaboração e implementação do produto originado dos estudos, pois ao se compreender o perfil desse público o pesquisador poderá estabelecer sua metodologia de criação, atender os objetivos da pesquisa e as necessidades específicas de quem ou que será beneficiado com o produto.

5.3 DA FINALIDADE DO PRODUTO

Além de cumprir a legislação do Corpo de Bombeiros da polícia Militar do Paraná sobre a prevenção e combate a incêndio no ambiente escolar, a implantação de uma cultura prevencionista e a prática de atividades educativas é um bom caminho para a conscientização, percepção e prevenção, ainda, multiplicação para além do ambiente escolar com a participação dos agentes externos.

Frente às adversidades encontradas em um momento de emergência no ambiente escolar, é importante que se tenha um planejamento prévio do que se deve fazer em uma situação real e salvaguardar a sua comunidade escolar. Estas medidas educativas de planejamento e treinamento podem diminuir a probabilidade de um incêndio acontecer, mantendo a comunidade escolar seguramente protegida.

Assim o guia de orientações tem a intenção de auxiliar na condução dos procedimentos para o planejamento e a elaboração de um plano de abandono escolar bem como seus exercícios simulados, em todas as suas etapas, para que estes sejam eficazes em situações reais de incêndio e emergência na escola da modalidade de educação especial.

Para isso, o guia de orientações demonstra um modelo de metodologia a ser aplicada em escolas dessa modalidade acerca de ações e treinamentos para uma resposta imediata de evacuação da escola diante de uma emergência real, em especial um foco de incêndio. Se trata de um material orientativo para a execução prática dessas atividades.

O conteúdo programático do guia de orientações foi desenvolvido a partir da adaptação dos materiais didáticos já existentes sobre o tema, adicionado de conteúdos complementares para que a escola de educação especial elabore seu plano de abandono escolar de acordo com a própria realidade e necessidade. Servirá para o seu constante aperfeiçoamento, e principalmente acerca da ambientação das ações com os estudantes e suas características, que são em maioria, e que é o público-alvo das escolas na modalidade de educação especial.

O guia de orientações é apresentado em formato de revista digital, em extensão *PDF*, conforme demonstrado no ANEXO 1. Está disponível no *link* https://issuu.com/ivypriscila/docs/guia_plano_de_abandono, de acesso público e gratuito e sua utilização deve ser por meio de computadores, *tablets* e *smartphones*.

Está estruturado em sumário, apresentação e três capítulos: o primeiro deles traz os conceitos pertinentes à temática, o segundo demonstra um passo a passo para se elaborar um plano de abandono escolar, e seu respectivo exercício simulado é exemplificado no terceiro capítulo. Seguidamente, as considerações finais, as referências consultadas para a elaboração da revista, e por fim, os anexos, que poderão ser utilizados pelo Gestor Escolar e pela Brigada de Incêndio da escola na elaboração dos documentos correspondentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se constatar que um programa de Estado intersetorial, na área de segurança escolar, não teve a preocupação em aprovisionar instrução para a totalidade do seu público a qual é destinado, vale lembrar o que consta na Declaração de Incheon 2030, da Unesco, “Rumo a uma educação de qualidade inclusiva e equitativa e à educação ao longo da vida para todos”, assim dizendo, a educação como uma condição pública, ao alcance de todos, é uma forma de consolidar os direitos humanos, por meio da promoção da equidade e da inclusão.

Esta problemática trazida no presente estudo reforça a importância do papel da administração pública e seus agentes quando oportunizam as políticas públicas em atendimento a um interesse comum, mas que realmente sejam viabilizadas e se tornem verdadeiras, não se deixar como um “pano de fundo” em detrimento ao cumprimento da legislação.

Apesar do estado do Paraná ter uma estrutura muito bem definida nessa área de ensino e se entender que a educação especial é um processo sempre em desenvolvimento, constatamos a inatividade sobre não se ter uma proposta de intervenção acerca de segurança escolar direcionada para essa modalidade de ensino. Mesmo que sabido que o Estado, desde 2010, já possuía ações de segurança nas escolas e que, em 2012, a SEED/PR estabelecia a implementação dessas ações nas escolas de educação especial devendo receber tratamento pontual e específico.

Ter leis, não é praticar a política pública, e também não é fator efetivo para a criação de condições dos processos de inclusão enquanto acesso, vai além do contexto da normatividade do caráter institucional. Toma-se como exemplo a legislação do Conselho Estadual de Educação que exige para os processos de autorização das escolas de educação básica na modalidade de educação especial o Certificado de Licenciamento do Corpo de Bombeiros do Paraná, quanto às exigências de prevenção de incêndio e emergências da edificação escolar.

Em 2022, das 402 instituições dessa modalidade (classificadas como pessoa jurídica de direito privado) parceiras da SEED/PR, aproximadamente, 349 possuem esse certificado (BUSINESS INTELLIGENCE, 2022), isto significa que estão adequadas fisicamente quanto à uma exigência. As demais possuem outras medidas, até que seja totalmente regularizadas, que cabe dentro da proposta do

Programa de Estado estudado na presente pesquisa, mas que também são admitidas pelo Conselho para seu funcionamento. Ou seja, todas estão legalmente aptas ao seu funcionamento.

Se apresente aqui uma questão quanto à exposição e preparo da comunidade escolar, em até que ponto estar adequada fisicamente garantirá a segurança dessas pessoas inseridas no ambiente escolar, quando falamos em um público que na sua maioria possui deficiência? Ao se observar uma lacuna de uma política pública de segurança escolar onde parte do seu público não recebe adequadamente a instrução, é surpreendente a falta de atenção e preocupação com a modalidade de educação especial. Porém a lei existe e a política pública foi criada para atender essa demanda.

Tal contextualização foi além da normatividade pois envolve vidas e é preocupante como isso está sendo tratado pela administração pública ao cuidar dos interesses da sociedade na área de segurança na educação. Não se pode afirmar se existe, ou qual o seu impacto de sua ação ou omissão, ao se observar uma política pública, de segurança escolar, igualitária, mas não equitativa.

Relembrando o que propõe o Programa de Estado em questão que tem como princípio promover a conscientização e capacitação da comunidade escolar do estado do Paraná para ações de enfrentamento de situações emergenciais no interior das escolas, a fim de garantir a segurança de sua população (PARANÁ, 2019, módulo I, p.20), vem ao encontro aos objetivos do presente estudo quando traz o questionamento sobre a ausência de instrução adequada para a totalidade da abrangência do seu público, ficando claro na definição do objetivo geral em elaborar uma proposta de um material norteador, em formato de um guia de orientações, que atenda as especificidades e supra as necessidades das instituições de ensino da modalidade de educação especial, enquanto medida de prevenção e combate a incêndio e emergências no âmbito da segurança nos ambientes escolares.

Os objetivos específicos propostos que fundamentaram as análises e reflexões desta pesquisa em realizar uma revisão sistemática de literatura sobre planos de abandono emergencial de edificações escolares; elencar, por meio de pesquisa documental, as legislações pertinentes ao tema, e analisar a capacitação de formação de brigadistas escolares e o modelo de plano de abandono emergencial escolar de edificação escolar, propostos pelo Programa Brigadas

Escolares – Defesa Civil na Escola, garantiram a fundamentação técnica para a produção do produto a atingimento do objetivo geral.

Para isto, o início do estudo se deu por meio da realização de uma RSL sobre planos de abandono escolares, o que trouxe uma conexão com o objeto de investigação, pois as evidências apresentadas pelos trabalhos selecionados mostraram a preocupação da comunidade científica em diagnosticar, avaliar e propor soluções quanto à elaboração, conhecimento, formação e execução de ações no contexto de segurança escolar. Porém é deficitária a produção de materiais de segurança escolar específicos ao tema. Contribuiu, ainda, para a constatação da carência de direcionamentos para as instituições de ensino acerca do tema, o que impulsionou ainda mais o aprofundamento nos estudos e o interesse na produção de materiais em benefício da segurança escolar.

Posteriormente, elencou-se por meio de pesquisa documental as legislações pertinentes à Educação Especial. Foi possível perceber que no Brasil a Educação Especial começou a ganhar espaço na época do Império entre 1854 e 1956, mas apenas em 1961 com a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, concebeu a educação como direito de todos recomendando a integração da “educação de excepcionais” (Educação Especial) ao Sistema Regular de Ensino.

Em 1971, se reafirmou a necessidade de conferir tratamento adequado aos alunos com necessidades especiais. A Constituição Federal de 1988 incorporou vários dispositivos referentes aos direitos da pessoa com deficiência, nos âmbitos da saúde, educação, trabalho e assistência, e somente em 1989 se estabeleceu a Educação Especial como modalidade educativa desde a pré-escola com a inserção de crianças e jovens com deficiência nas escolas especiais, privadas e públicas, assim como a oferta, obrigatória e gratuita, da educação especial em estabelecimento público de ensino.

Uma evolução da legislação ocorreu em 1993 com a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, que integrou as ações dos órgãos públicos e entidades privadas nas áreas de saúde e educação. Mas somente a partir de 2008, com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, grandes avanços ocorreram com a igualdade de direitos de se alcançar os mesmos objetivos educacionais no ambiente escolar. (BRASIL, 2008).

Em 2012, como proposta de política de Governo do estado do Paraná surgiu o Programa Brigadas Escolares – Defesa Civil na Escola voltado à todas as escolas

regulares, com a intenção de proteger a comunidade escolar e mantê-la segura em situações de risco, a partir de capacitações e treinamentos, ainda regularizar as edificações escolares às normativas do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Paraná. Em 2015 tornou-se política de Estado e o Programa foi instituído por lei, mantendo seu objetivo original e fortalecendo ainda mais a proposta da disseminação da cultura prevencionista a partir do ambiente escolar.

Ao examinar a capacitação de formação de brigadistas escolares e o modelo de plano de abandono emergencial escolar de edificação escolar propostos por este Programa, foi possível compreender que a conjugação de esforços entre as administrações estaduais e municipais para a viabilização de ações de segurança escolar, demonstram a preocupação dos agentes públicos acerca de prevenção nos ambientes escolares, atendendo ao interesse público e promovendo um avanço social, motivando o engajamento da sociedade por um objetivo comum.

Além de se fixar em legislações e normativas técnicas para compreender e esclarecer as lacunas e os questionamentos, o presente estudo trouxe também a importância das relações que promovem a educação além dos muros da escola. Os outros espaços sociais que também contribuem para isso e o movimento das cidades educadoras é uma delas. Para Rasteiro (2019), este movimento busca ser uma referência para as cidades que estão empenhadas neste processo permanente de olharem para o sistema educativo partindo de uma leitura das necessidades locais e das expectativas das suas comunidades.

É na proximidade com os problemas e com as potencialidades que os municípios têm desenvolvido as suas políticas, numa certa tensão entre o que lhes é exigido pelo exercício das suas competências específicas, que derivam da lei, e o sentido de responsabilidade que advém do exercício da cidadania e que colocam problemas novos e necessidades prementes a que urge dar resposta. (RASTEIRO, 2019).

Justifica-se a relevância social do estudo desejando que a segurança e a proteção à vida devem sempre ser priorizadas em todos os ambientes, principalmente nos ambientes escolares. O guia de orientações pode ser um material muito útil na tentativa de auxiliar na condução dos procedimentos para o planejamento e a elaboração de um plano de abandono escolar e seus exercícios simulados, para a escola da modalidade de educação especial. É uma ação pedagógica, política e social que salvam vidas. E o mais impressionante é que envolve muitas pessoas dos mais diversos contextos e segmentos.

Destaca-se também a necessidade de ampliação de estudos e capacitações constantes sobre o tema, tendo em vista os seus benefícios para a comunidade escolar enquanto prevenção e combate a incêndio e ainda a prática de atividades que relacionem a escola, a comunidade e outras instituições além dos muros da escola.

Portanto, o presente estudo buscou contribuir para a discussão de duas formas. De um lado, cortejando as teorias e as normas em torno da temática central, e de outro lado, na proposição de soluções aplicáveis no contexto da escola na modalidade de educação especial.

Ao encerrar esta pesquisa não significa que o tema tenha se esgotado, pois discutir sobre públicas de segurança em educação é um processo em desenvolvimento e depende de muita reflexão e ação para chegar a práticas concretas e eficientes do propósito que se pretende alcançar.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, S. V.; CRUZ, J. **Educação especial e políticas públicas**. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2015. Disponível em: http://riut.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/20570/1/MD_EDUMTE_II_2014_76.pdf. Acesso em: 12 jan. 2023.
- ALVES, A. R.; BRANDENBURG, E. J. **Cidades educadoras**: um olhar acerca da cidade que educa. Curitiba: InterSaberes, 2018.
- ALVES, A. R.; CASTANHEIRA, N. P. Projetos inovadores, contextos fundamentais e lacunas de pesquisa na perspectiva das cidades educadoras. **Revista Intersaberes**, [s.l.], v. 16, n. 39, p. 987-1016, 2021. DOI: <https://doi.org/10.22169/revint.v16i39.2197>.
- AMARAL, G.; GOMES, F.S. **Evacuação em emergências nas escolas**. Disponível: <https://biblioteca.cbm.df.gov.br/jspui/handle/123456789/50/browse?type=author&order=ASC&rpp=20&value=Gomes%2C+Felipe+Silva>. Acesso em: 16 ago. 2022.
- AMERICAN ASSOCIATION ON INTELLECTUAL AND DEVELOPMENTAL DISABILITIES (AAIDD). **Defining criteria for intellectual disability**. Disponível em: <https://www.aaidd.org/intellectual-disability/definition>. Acesso em: 12 nov. 2022.
- AMERICAN PSYCHIATRY ASSOCIATION (APA). **Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders – DSM-IV-TR**. 4. ed. Washington, DC, 2000. Disponível em: <https://www.apa.org/>. Acesso em: 12 nov. 2022.
- ARROYO, M. Educação e exclusão da cidadania. *In*: BUFFA, E.; ARROYO, M.; NOSELA, P. **Educação e cidadania**: quem educa o cidadão? 14. ed. São Paulo: Cortez, 2010. (Coleção Questões da Nossa Época, 19). p. 31-80.
- ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DAS CIDADES EDUCADORAS (AICE). **Declaração do XIII Congresso Internacional de Cidades Educadoras**. Barcelona, 2014. Disponível em: http://www.edcities.org/wp-content/uploads/2014/11/Declaración-Congreso-2014-ES_DEF.pdf. Acesso em: 12 jan. 2023.
- ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DAS CIDADES EDUCADORAS (AICE). **Carta das Cidades Educadoras**. [S.l.], 2020. Disponível em: <https://www.edcities.org/pt/carta-das-cidades-educadoras>. Acesso em: 12 jan. 2023.
- BARROS, V. C.; SANTOS, I. M. Além dos muros da escola: a educação não formal como espaço de atuação da prática do pedagogo. *In*: ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DE ALAGOAS, 5., 2010, Maceió. **Anais [...]**. Maceió: UFAL, 2010. Disponível em: <https://docs.favenorte.edu.br/files/biblioteca/publicacoes-online/ALEM-DOS-MUROS-DA-ESCOLA-A-EDUCACAO-NAO-FORMAL-COMO-ESPACO-DE-ATUACAO-DA-PRATICA-DO-PEDAGOGO.pdf>. Acesso em: 28 set. 2022.

BEHAR, P. A. (Org.). **Modelos pedagógicos em educação à distância**. Porto Alegre: Artmed, 2009. Disponível em: <https://bityli.com/marterial-educacional-digital>. Acesso em: 7 out. 2022.

BRASIL. Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 27 dez. 1961. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 17 abr. 2022.

BRASIL. Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971. Dispõe sobre as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 12 ago. 1971. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5692.htm. Acesso em: 11 jul. 2015.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 17 abr. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Informações para o Planejamento. **Sinopse estatística da educação especial**: 1988. Brasília, DF: MEC/CIP, 1991. v. 2. Disponível em: http://mecsrv137.mec.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=24387. Acesso em: 14 abr. 2022.

BRASIL. Lei n. 7.853, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 out. 1989. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7853.htm. Acesso em: 17 abr. 2022.

BRASIL. Decreto n. 914, de 6 de setembro de 1993. Institui a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 8 set. 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d0914.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%20914%2C%20DE%206%20DE%20SETEMBRO%20DE%201993.&text=Institui%20a%20Pol%C3%ADtica%20Nacional%20para,Defici%C3%AAncia%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAncias. Acesso em: 17 abr. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial**: educação especial, um direito assegurado. Brasília, DF: MEC/SEESP, 1994. Disponível em: <https://inclusaoja.files.wordpress.com/2019/09/polc3adtica-nacional-de-educacao-especial-1994.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria n. 1.793, de 28 de dezembro de 1994. Recomenda a inclusão da disciplina “Aspectos Ético-Político Educacionais da Normalização e Integração da Pessoa Portadora de Necessidades Especiais” nos

cursos de Pedagogia, Psicologia e em todas as Licenciaturas. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 29 dez. 1994. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12716&Item. Acesso em: 17 abr. 2022.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 17 abr. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros curriculares nacionais: adaptações curriculares: estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais**. Brasília, DF: MEC, 1998. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/publicacoes-secretarias/semesp/diretrizes-nacionais-para-a-educacao-especial-na-educacao-basica>. Acesso em: 17 abr. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução n. 2, de 11 de fevereiro de 2001. Institui as diretrizes nacionais para a educação de pessoas com necessidades educacionais especiais, na educação básica, abrangendo todos seus níveis e modalidades. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 14 set. 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/programa-saude-da-escola/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/12888-parecer-e-resolucao-normativos-sobre-educacao-especial>. Acesso em: 17 abr. 2022.

BRASIL. Decreto n. 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 3 dez. 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em: 17 abr. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. 2008. Disponível em: www.mec.gov.br/secadi. Acesso em: 17 abr. 2022.

BRASIL. Decreto n. 6.571, de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei n. 9.394/96 e acrescenta dispositivo ao Decreto n. 6.253/2007. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 set. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6571.htm. Acesso em: 17 abr. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria Normativa n. 017, de 28 de dezembro de 2009. Dispõe sobre o mestrado profissional no âmbito da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 29 dez. 2009. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:zMTMzYO2QAKJ:www.uez.o.rj.gov.br/pos-graduacao/docs/Portaria-MEC-N17-28-de-mbro-de->

2009.pdf&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br&client=firefox-b-d. Acesso em: 28 set. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução n. 4 de, de 2 de outubro de 2009. Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 3 out. 2009.

BRASIL. Decreto n. 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a Educação Especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 nov. 2011. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm. Acesso em: 30 jun. 2022.

BRASIL. Decreto n. 7.612, de 17 de novembro de 2011. Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Plano Viver Sem Limites. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 nov. 2011. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7612.htm. Acesso em: 30 jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental**. Brasília, DF: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base>. Acesso em: 30 set. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Atualizada legislação que regulamenta educação a distância no país**. 2017. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/212-educacao-superior-1690610854/49321-mec-atualiza-legislacao-que-regulamenta-educacao-a-distancia-no-pais>. Acesso em: 18 ago. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. GT de Produção Técnica. **Relatório de grupo de trabalho**. Brasília, DF: Capes, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/10062019-producao-tecnica-pdf>. Acesso em: 28 set. 2022.

CAMISÃO, I. F. F. **Percepção dos professores do ensino básico acerca da inclusão educativa de alunos com necessidades educativas especiais**. 2004. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade do Minho, Braga, 2004. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/941>. Acesso em: 12 jan. 2023.

CASTRO, G. G. *et al.* Inclusão de alunos com deficiências em escolas da rede estadual: acessibilidade e adaptações estruturais. **Revista Educação Especial**, [s.l.], v. 31, n. 60, p. 93-105, 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3131/313154906009/>. Acesso em: 17 abr. 2022.

CENTRO UNIVERSITÁRIO INTERNACIONAL UNINTER. **Mestrado Profissional em Educação e Novas Tecnologias**: apresentação. Curitiba, 2020a. Disponível em: <https://www.uninter.com/mestrado/mestrado-profissional-em-educacao-e-novas-tecnologias-apresentacao/>. Acesso em: 18 ago. 2022.

CENTRO UNIVERSITÁRIO INTERNACIONAL UNINTER. **Mestrado Profissional em Educação e Novas Tecnologias**: linhas e grupos de pesquisa. Curitiba, 2020b. Disponível em: <https://www.uninter.com/mestrado/linhas-e-grupos-de-pesquisa/>. Acesso em: 30 set. 2022.

CHAVES, D. R. Educação ambiental na Escola Municipal Cabula I: processos de valorização, mobilização e articulação entre escola, comunidade e instituições públicas em prol do Horto Florestal do Cabula. *In*: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 38., 2017, São Luís. **Anais [...]**. São Luís: UFMA, 2017. Disponível em: anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos/trabalho_38anped_2017_GT22_1060.pdf. Acesso em: 30 set. 2022.

CHIQUIM, J. R. **Prática docente em multiletramentos na interlocução com a cidade educadora**: limites e possibilidades. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação e Novas Tecnologias) – Centro Universitário Internacional Uninter, Curitiba, 2020. Disponível em: <https://repositorio.uninter.com/handle/1/488>. Acesso em: 26 set. 2022.

CORRÊA, L. Z.; ANTUNES, E. G. P. A. Estudo de caso: análise do plano de emergência de uma escola de Criciúma/SC. **Revista Território, Espaço Construído e Meio Ambiente**, [s.l.], v. 1, n. 1, 2020. Disponível em: <http://periodicos.unesc.net/arquitetura/article/view/5934>. Acesso em: 15 abr. 2022.

CURITIBA. Secretaria Municipal da Educação. Superintendência de Gestão Educacional. Departamento de Inclusão e Atendimento Educacional Especializado. **Diretrizes da inclusão e da educação especial de Curitiba**: diálogos com a BNCC. Disponível em: <https://educacao.curitiba.pr.gov.br/noticias/diretrizes-da-inclusao-e-da-educacao-especial-de-curitiba-dialogos-com-a-bncc/19769>. Acesso em: 31 jul. 2021.

FERREIRA, A. B. H. **Dicionário Aurélio**. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/aurelio-2/>. Acesso em: 7 out. 2022.

GADOTTI, M. A escola na cidade que educa. **Cadernos Cenpec**, [s.l.], v. 1, n. 1, maio 2006. Disponível em: <http://cadernos.cenpec.org.br/cadernos/index.php/cadernos/article/view/160>. Acesso em: 28 set. 2022.

GALVÃO, T. F.; PEREIRA, G. M. Revisões sistemáticas da literatura: passos para sua elaboração. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, DF, v. 23, n. 1, mar. 2014. Disponível em: http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742014000100018. Acesso em: 31 maio 2022.

GASPAR, I.; LEITÃO, K. B. M.; REZENDE, A. L. T. Implantação de atividades de brigada de incêndio na unidade escolar. **Semioses**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, jan/mar. 2018. Disponível em: <http://apl.unisuam.edu.br/revistas/index.php/Semioses/article/view/1981996X.2018v12n1p100>. Acesso em: 15 abr. 2022.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2022.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2022.

GÓES, M. C. R. **Políticas e práticas de educação inclusiva**. Campinas: Autores Associados, 2007.

GOHN, M. G. M. A educação não-formal e a relação escola-comunidade. **EccoS**, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 39-65, 2004. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/380>. Acesso em: 26 set. 2022.

GOMES, M. V. **Para além dos muros da escola**: caminhos para compreensão da educação na cidade. 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://objdig.ufrj.br/16/teses/804320.pdf>. Acesso em: 30 set. 2022.

GRAEFF, A. G.; RODRIGUES, R. S. Análise da cultura de prevenção e percepção de risco de incêndio em comunidades escolares de Porto Alegre para o desenvolvimento de treinamento para professores. **Revista Flammae**, Recife, v. 5, n. 14, 2019. Disponível em: https://www.academia.edu/download/61529417/08765e_a66a289ec6a9476895413f5102aa72aa20191216-79988-pj0zg6.pdf. Acesso em: 15 abr. 2022.

LEITE, A. C. Q. B. *et al.* Primeiros socorros nas escolas. **Extendere**, Natal, v. 2, n. 1, p. 61-70, jul./dez. 2013. Disponível em: <http://periodicos.uern.br/index.php/extendere/article/viewFile/778/429>. Acesso em: 5 abr. 2022.

LEITE, H. S. N. *et al.* Primeiros socorros na escola: conhecimentos da equipe que compõe a gestão educacional. **Temas em Saúde**, João Pessoa, ed. esp., p. 290-312, 2018. Disponível em: <https://temasemsaude.com/wp-content/uploads/2018/10/fip201819.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2022.

LEONARDI, M. E. **Políticas públicas de educação, proteção e defesa civil no Paraná**: Programa Brigada Escolar – Defesa Civil na Escola. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2018. Disponível em: <https://tede.unioeste.br/handle/tede/4195>. Acesso em: 14 abr. 2022.

MATOS, V. S. **Bombeiro na escola**: formação e prevenção de acidentes no Colégio da Polícia Militar – Unidade Luiz Tarquínio, Salvador/Bahia. 2018. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2018. Disponível em: <http://saberaberto.uneb.br/handle/20.500.11896/1075>. Acesso em: 15 abr. 2022.

MELO NETO, O. M.; BORGES, A. K. S. M.; PEREIRA, E. L. Análise do sistema de segurança contra incêndio: estudo de caso em São José de Piranhas – PB.

RECIMA21 – Revista Científica Multidisciplinar, [s.l.], v. 2, n. 4, e24198, 2021.
DOI: <https://doi.org/10.47820/recima21.v2i4.198>.

MOLL, J. A cidade e os seus caminhos educativos: escola, rua e itinerários juvenis. *In*: ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DAS CIDADES EDUCADORAS (AICE). **Educação e vida urbana**: 20 anos de cidades educadoras. Lisboa: Gráfica Almondina, 2013. p. 213-224. Disponível em: <https://www.edcities.org/wp-content/uploads/2015/11/livro-20-anos-cidades-educadoras-PT.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2023.

MORAES, S. C. Propostas alternativas de construção de políticas públicas em educação: novas esperanças de solução para velhos problemas? **Educar**, Curitiba, n. 35, p. 165-179, 2009. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/13602>. Acesso em: 12 jan. 2023.

NÓVOA, A. Firmar a posição como professor, afirmar a profissão docente. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 47, n. 166, p. 1106-1133, out./dez. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742017000401106. Acesso em: 30 set. 2022.

OLIVEIRA, A. Conheça a diferença entre o ensino presencial e a distância. **Educa Mais Brasil**. Disponível em: <https://www.educamaisbrasil.com.br/educacao/dicas/conheca-a-diferenca-entre-o-ensino-presencial-e-a-distancia>. Acesso em: 18 ago. 2022.

OLIVEIRA, A. F. Fronteiras da educação: desigualdades, tecnologias e políticas. *In*: OLIVEIRA, A. F.; PIZZIO, A.; FRANÇA, G. (Org.). **Políticas públicas educacionais**: conceito e contextualização numa perspectiva didática. Goiânia: Editora da PUC Goiás, 2010. p. 93-99. Disponível em: <https://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2012/01/texto-4-pol%C3%8Dticas-p%C3%9Ablicas-educacionais.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Declaração Mundial de Educação para Todos**: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. Genebra, 1990. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todos-conferencia-de-jomtien-1990>. Acesso em: 14 abr. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Genebra, 1994.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Declaração de Incheon 2030 e marco de ação da educação**: rumo a uma educação de qualidade inclusiva e equitativa e à educação ao longo da vida para todos. Genebra, 2016. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000243278_por. Acesso em: 12 jan. 2023.

PARANÁ. Secretaria do Estado da Educação. **Diretrizes Curriculares da Educação Especial para a construção de currículos inclusivos**. Curitiba: SEED,

2006. Disponível em:

http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/diretrizes/dce_edespecial.pdf. Acesso em: 14 abr. 2022.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Departamento de Educação Especial e Inclusão Educacional. **Política Estadual de Educação Especial na Perspectiva da Inclusão**. Curitiba: SEED, 2009. Disponível em:

<http://www.nre.seed.pr.gov.br/londrina/arquivos/File/1politicaseமானapedfev2010.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2022.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Desenvolvimento Educacional. Diretoria de Administração Escolar. Instrução n. 2, de 23 de março de 2010. Orienta sobre o Programa Prontidão Escolar Preventiva nos estabelecimentos de ensino da rede estadual no Estado do Paraná. **Diário Oficial do Estado**, Curitiba, mar. 2010. Disponível em:

<https://www.educacao.pr.gov.br/Legislacao>. Acesso em: 30 jun. 2022.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Instrução n. 012, de 23 de agosto de 2011. Alteração na denominação das Escolas de Educação Especial para Escolas de Educação Básica na Modalidade de Educação Especial. **Diário Oficial do Estado**, Curitiba, ago. 2011. Disponível em:

<http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/instrucoes%202011%20sued%20seed/instrucao0122011sued.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2022.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Instrução n. 024, de 21 de novembro de 2012. Implementa o Programa Brigadas Escolares – Defesa Civil na Escola.

Diário Oficial do Estado, Curitiba, nov. 2012. Disponível em:

<https://www.educacao.pr.gov.br/Legislacao>. Acesso em: 28 set. 2022.

PARANÁ. Lei n. 17.656, de 12 de agosto de 2013. Institui o Programa Estadual de Apoio Permanente às Entidades Mantenedoras de Escolas que ofertam Educação Básica na Modalidade Educação Especial denominado "TODOS IGUAIS PELA EDUCAÇÃO". **Diário Oficial do Estado**, Curitiba, 12 ago. 2013. Disponível em:

<https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=listar&opt=r&site=1#resultado>. Acesso em: 14 abr. 2022.

PARANÁ. Polícia Militar do Paraná. Comando do Corpo de Bombeiros. Norma de Procedimento Técnico n. 018. Iluminação de emergência. **Diário Oficial do Estado**, Curitiba, 2014. Disponível em:

<https://www.bombeiros.pr.gov.br/PrevFogo/Pagina/Legislacao-de-Prevencao-e-Combate-Incendios-e-Desastres>. Acesso em: 18 ago. 2022.

PARANÁ. Polícia Militar do Paraná. Comando do Corpo de Bombeiros. Norma de Procedimento Técnico n. 020. Sinalização de emergência. **Diário Oficial do Estado**, Curitiba, 2014. Disponível em:

<https://www.bombeiros.pr.gov.br/PrevFogo/Pagina/Legislacao-de-Prevencao-e-Combate-Incendios-e-Desastres>. Acesso em: 18 ago. 2022.

PARANÁ. Polícia Militar do Paraná. Comando do Corpo de Bombeiros. Norma de Procedimento Técnico n. 021. Sistema de proteção por extintores de incêndio. **Diário Oficial do Estado**, Curitiba, 2014. Acesso em: 18 ago. 2022.

PARANÁ. Polícia Militar do Paraná. Comando do Corpo de Bombeiros. Norma de Procedimento Técnico n. 003. Terminologia de segurança contra incêndio. **Diário Oficial do Estado**, Curitiba, 2014. Disponível em: <https://www.bombeiros.pr.gov.br/PrevFogo/Pagina/Legislacao-de-Prevencao-e-Combate-Incendios-e-Desastres>. Acesso em: 18 ago. 2022.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Conselho Estadual de Educação do Paraná. Parecer n. 07/2014. Pedido de análise e parecer da Proposta de Ajustes na Organização das Escolas de Educação Básica, na Modalidade Educação Especial, para oferta da Educação Infantil, do Ensino Fundamental – Anos iniciais (1º e 2º anos), da Educação de Jovens e Adultos – Fase I e da Educação Profissional, aprovada pelo Parecer CEE\CEB nº 108\10, de 11/02/10. **Diário Oficial do Estado**, Curitiba, 2014. Disponível em: [file:///C:/Documents%20and%20Settings/admin/Meus%20documentos/Downloads/P_A_CEIF-CEMEP_07-14_Pr_488-14-1\(2\)%20\(2\).pdf](file:///C:/Documents%20and%20Settings/admin/Meus%20documentos/Downloads/P_A_CEIF-CEMEP_07-14_Pr_488-14-1(2)%20(2).pdf). Acesso em: 22 jul. 2015.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Instrução n. 07, de 7 de setembro de 2014. Dispõe sobre matrículas nas Escolas de Educação Básica, na Modalidade Educação Especial. **Diário Oficial do Estado**, Curitiba, set. 2014. Disponível em: <https://www.educacao.pr.gov.br/Pagina/Instrucoes-Anos-Anteriores>. Acesso em: 19 ago. 2022.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Instrução n. 09, de 7 de outubro de 2014. Regulamenta as normas para a execução de atos que organizam o estabelecimento do Convênio de Cooperação Técnica e Financeira entre a Secretaria de Estado da Educação e as entidades mantenedoras de escolas que ofertam Educação Básica na modalidade Educação Especial. **Diário Oficial do Estado**, Curitiba, out. 2014. Disponível em: <https://www.educacao.pr.gov.br/Pagina/Instrucoes-Anos-Anteriores>. Acesso em: 19 ago. 2022.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Organização administrativa e pedagógica das escolas de educação básica na modalidade educação especial, para a oferta da Educação Infantil, Ensino Fundamental anos iniciais, fase I da educação de jovens e adultos e educação profissional**. 2014. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1402>. Acesso em: 18 ago. 2022.

PARANÁ. Coordenadoria Estadual da Defesa Civil. **Formação de brigadistas escolares**: vídeos e materiais didáticos. 2019. Disponível em: <https://www.defesacivil.pr.gov.br/Pagina/Videos-e-Material-Didatico>. Acesso em: 4 jul. 2022.

PARANÁ. Polícia Militar do Paraná. Comando do Corpo de Bombeiros. Norma de Procedimento Técnico n. 017. Brigada de incêndio. **Diário Oficial do Estado**,

Curitiba, 2021. Disponível em:
<https://www.bombeiros.pr.gov.br/PrevFogo/Pagina/Legislacao-de-Prevencao-e-Combate-Incendios-e-Desastres>. Acesso em: 18 ago. 2022.

PARANÁ. Polícia Militar do Paraná. Comando do Corpo de Bombeiros. Código de segurança contra incêndio e pânico. **Diário Oficial do Estado**, Curitiba, 2021. Disponível em: <https://www.bombeiros.pr.gov.br/PrevFogo/Pagina/Legislacao-de-Prevencao-e-Combate-Incendios-e-Desastres>. Acesso em: 18 ago. 2022.

PARANÁ. Coordenadoria Estadual da Defesa Civil. **Relatório anual 2021**: Programa Brigadas Escolares – Defesa Civil na Escola. Curitiba: Defesa Civil, 2021. Disponível em: <https://www.defesacivil.pr.gov.br/Pagina/Relatorio-Anual-Programa-Brigadas-Escolares>. Acesso em: 4 jul. 2022.

PARANÁ. **Business intelligence**. Disponível em: <https://bi.redexecutiva.pr.gov.br>. Acesso em: 18 jul. 2022.

PARANÁ. Polícia Militar do Paraná. Comando do Corpo de Bombeiros. Norma de Procedimento Técnico n. 011. Saídas de emergência. **Diário Oficial do Estado**, Curitiba, 2022. Disponível em:
<https://www.bombeiros.pr.gov.br/PrevFogo/Pagina/Legislacao-de-Prevencao-e-Combate-Incendios-e-Desastres>. Acesso em: 18 ago. 2022.

PARANÁ. Polícia Militar do Paraná. Comando do Corpo de Bombeiros. **Legislação de prevenção e combate a incêndios e a desastres**. Disponível em:
<https://www.bombeiros.pr.gov.br/PrevFogo/Pagina/Legislacao-de-Prevencao-e-Combate-Incendios-e-Desastres>. Acesso em: 18 ago. 2022.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Ambiente virtual de aprendizagem e-Escola**. Disponível em:
<http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1542>. Acesso em: 7 jul. 2022.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Comunidade escolar**. Disponível em:
<http://www.comunidade.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=14#:~:text=A%20comunidade%20escolar%20%C3%A9%20formada,e%2Fou%20respons%C3%A1veis%20dos%20alunos>. Acesso em: 23 ago. 2022.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Consulta escolas**. Disponível em:
http://www.consultaescolas.pr.gov.br/consultaescolas-java/pages/templates/initial2.jsf;jsessionid=RX_ROf394mHiQ8RR-zbUtlfRbiVZXHpQc7BvlvNQ.sseed75003?windowId=920. Acesso em: 17 ago. 2022.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Núcleos Regionais de Educação**. Disponível em:
<http://www.comunidade.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=112>. Acesso em: 18 ago. 2022.

RASTEIRO, D. A cidade educadora, uma estratégia para a inclusão das pessoas com deficiência. **KultUr**, [s.l.], v. 6, n. 11, p. 129-154, 2019. Disponível em: <http://www.e-revistas.uji.es/index.php/kult-ur/article/view/3925>. Acesso em: 12 jan. 2023.

RAUBER, R. **Avaliação da segurança contra incêndios em escolas públicas e privadas do estado do Paraná e do estado do Rio Grande do Sul através da análise da medida brigada de incêndio e dos exercícios simulados**. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/218480>. Acesso em: 15 abr. 2022.

RIZZATTI, I. M. *et al.* Os produtos e processos educacionais dos programas de pós-graduação profissionais: proposições de um grupo de colaboradores. **ACTIO**, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 1-17, maio/ago. 2020. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/actio/article/view/12657>. Acesso em: 28 set. 2022.

SAMPAIO, R. F.; MANCINI, M. C. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. **Revista Brasileira de Fisioterapia**, São Carlos, v. 11, n. 1, p. 83-89, jan./fev. 2007. Disponível em: <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:u6tOmPPRF1wJ:https://www.scielo.br/j/rbfis/a/79nG9Vk3syHhnSgY7VsB6jG/%3Fformat%3Dpdf%26lang%3Dpt&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br&client=firefox-b-d>. Acesso em: 31 maio 2022.

SANTOS, K. *et al.* A aplicabilidade da Norma Técnica nº 12/2007 – Brigada de Incêndio, que se aplica a todas as edificações e áreas de risco enquadradas na lei nº 1.787, de 15 de maio de 2007, do estado do Tocantins, no CMEI Contos de Fada. **Revista Educação, Artes e Inclusão**, Florianópolis, v. 15, n. 4, p. 128-147, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/arteinclusao/article/view/13262>. Acesso em: 15 abr. 2022.

SANTOS, M. P. Educação inclusiva e a Declaração de Salamanca: consequências ao sistema educacional brasileiro. **Revista Integração**, Brasília, DF, v. 10, n. 22, p. 34-40, 2000. Disponível em: <https://www.porsinal.pt/index.php?ps=artigos&idt=artc&cat=24&idart=513>. Acesso em: 14 abr. 2022.

SASSAKI, R. K. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=8xn13mzczBQYC&oi=fnd&pg=PA5&ots=5FfmtkyzKK&sig=9yJRv_NCA8AkNoDNBSyyM1onJys#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 14 abr. 2022.

SAVIANI, D. Desafios da construção de um sistema nacional articulado de educação. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 213-231, jul./out. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/LVvkxRZdYczChk9qcxCdNFG/?lang=pt>. Acesso em: 12 jan. 2023.

SCHUNIG, F. R. Políticas públicas em educação e prevenção contra incêndio e pânico: formulação de mecanismos de avaliação e controle. *In: SEMINÁRIO NACIONAL INTERDISCIPLINAR EM EXPERIÊNCIAS EDUCATIVAS*, 5., 2015, Francisco Beltrão. **Anais [...]**. Francisco Beltrão: Unioeste, 2015. Disponível em: <https://tede.unioeste.br/handle/tede/3529>. Acesso em: 14 abr. 2022.

SILVA, G. C. *et al.* Tecnologias de saúde: enfrentamento do incêndio em escolas de ensino fundamental. **Ciência, Cuidado e Saúde**, Maringá, v. 17, n. 4, 2019. DOI: <https://doi.org/10.4025/ciencuidsaude.v17i4.45412>.

SOUZA, S. F. Educação especial: caminhos e (des) caminhos. **Paideia**, [s.l.], v. 11, n. 17, 2014. Disponível em: <http://201.48.93.203/index.php/paideia/article/view/3927>. Acesso em: 15 abr. 2022.

UEBEL, C. K.; BRESSAN, R. T. Elaboração de um projeto técnico de prevenção a incêndio e a desastres em um colégio na cidade de Cascavel-PR. *In: ENCONTRO CIENTÍFICO CULTURAL INTERINSTITUCIONAL*, 17., 2019, Cascavel. **Anais [...]**. Cascavel: FAG, 2019. Disponível em: https://www2.fag.edu.br/coopex/inscricao/arquivos/ecci_2019/15-10-2019--23-03-08.pdf. Acesso em: 15 abr. 2022.

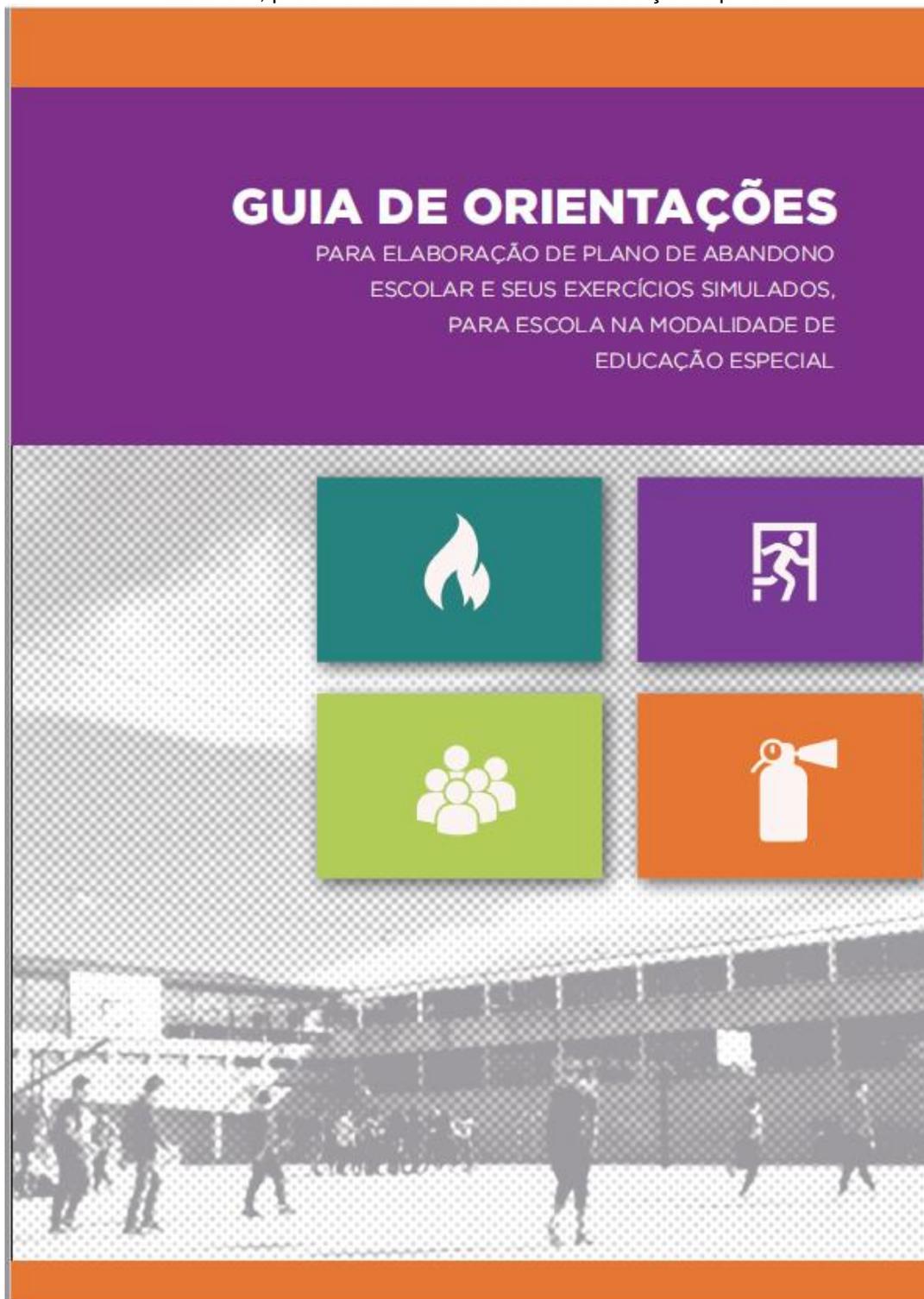
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC). **Glossário mídia-educação**. Disponível em: <https://moodle.ufsc.br/mod/glossary/view.php?id=575670&mode&hook=ALL&sortkey&sortorder&fullsearch=0&page=2>. Acesso em: 13 nov. 2022.

VIEIRA, M. M. F.; ZOUAIN, D. M. **Pesquisa qualitativa em administração**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

ZAMPRONI, E. C. B; LIMA, H. R.; BATISTA, M. L. A. Escolas de educação básica, na modalidade educação especial – a opção do Paraná. *In: EDUCERE*, 12., 2015, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: PUCPRes, 2015. Disponível em: http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/sem_pedagogica/fev_2016/anexo1_ed_especial_sp2016.pdf. Acesso em: 18 ago. 2022.

ANEXOS

Anexo 1 – Guia de orientações para elaboração de plano de abandono escolar e seus exercícios simulados, para escola na modalidade de educação especial.



Centro Universitário Internacional UNINTER
Pró-Reitoria de Pós-Graduação Pesquisa e
Extensão

Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*
Mestrado Profissional em Educação e Novas
Tecnologias

Produto originado da dissertação de
mestrado intitulada: PLANO DE SEGURANÇA
ESCOLAR: UMA PROPOSTA PARA A
ESCOLA NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO
ESPECIAL NO PARANÁ.

Mestranda: Ivy Priscila Cassimiro Nair
Orientador: Prof. Dr. Alceli Ribeiro Alves



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	06
CAPÍTULO 1 - CONCEITOS IMPORTANTES.....	08
CAPÍTULO 2 - COMO ELABORAR O PLANO DE ABANDONO EMERGENCIAL ESCOLAR.....	13
Passo 1 - Emitir a Declaração de Brigada de Incêndio - NPT 017.....	13
Passo 2 - Convocar os brigadistas da escola.....	14
Passo 3 - Definir o Ponto de Encontro - NPT 017.....	14
Passo 4 - Identificar as Saídas de Emergência - NPT 011.....	14
Passo 5 - Constatar as Rotas de Fuga - NPT 011.....	15
Passo 6 - Conferir as medidas básicas de segurança contra incêndio exigidas pelo Corpo de Bombeiros do Paraná - NPT 002.....	16
Passo 7 - Elaborar o Plano de Emergência e a Planta de Risco - NPT 016.....	21
Passo 8 - Escolher a melhor opção de alarme de incêndio - NPT 019.....	22
Passo 9 - Sobre a Equipe de Emergência.....	22
Passo 10 - Designar os papéis e as atribuições dos participantes no abandono emergencial da escola.....	23
Passo 11 - Fazer o registro do plano de abandono emergencial da escola.....	26
CAPÍTULO 3 - EXERCÍCIO SIMULADO DE ABANDONO EMERGENCIAL DE EDIFICAÇÃO ESCOLAR.....	27
Definir o calendário e o cenário do exercício simulado do abandono emergencial da escola.....	28
Preparar a comunidade escolar.....	28
Divulgar o plano de abandono emergencial da escola.....	29
Convidar agentes externos.....	29
Realizar o exercício simulado do abandono emergencial da escola.....	30
Registrar o exercício simulado de abandono emergencial da escola.....	32
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	34
REFERÊNCIAS CONSULTADAS.....	36
ANEXOS.....	38



Além de tão somente cumprir a legislação do Corpo de Bombeiros do Paraná sobre a prevenção e combate a incêndio no ambiente escolar, este assunto é cada vez mais discutido nas comunidades escolares. A implantação de uma cultura institucional e a prática de atividades educativas é um bom caminho para a conscientização, percepção e prevenção, ainda, a multiplicação para além do ambiente escolar com a participação dos agentes externos.

Frente as adversidades encontradas em um momento de emergência no ambiente escolar, é importante que se tenha um planejamento prévio do que se deve fazer em uma situação real, e salvaguardar a sua comunidade escolar.

Para isso, este guia demonstra um modelo de metodologia que pode ser aplicada em escolas de educação básica na modalidade de educação especial, acerca de ações e treinamento para uma resposta imediata de evacuação da escola diante de uma emergência, em especial um foco de incêndio, ainda estas medidas educativas de planejamento e treinamento podem diminuir a probabilidade de um incêndio acontecer, mantendo a comunidade escolar seguramente protegida.

Este guia tem a intenção de auxiliar na condução dos procedimentos para o planejamento de um plano de abandono emergencial da escola e seus exercícios simulados, em todas as suas etapas, para que sejam eficazes em situações reais de emergência.

Para isso o Gestor Escolar e a Brigada de Incêndio da escola deverão se reunir e desenvolver a proposta adequada às características de sua comunidade escolar e da estrutura física escolar, observando atentamente seus procedimentos para que o plano de abandono emergencial da escola e seus exercícios simulados sejam preparados adequadamente de forma que proteja a todos que participarem.

Lembrando, é muito importante que todos os integrantes da comunidade escolar saibam suas funções, conforme previsto no plano de abandono emergencial da sua escola, e que os exercícios simulados sejam praticados regularmente, para o constante aperfeiçoamento, e principalmente acerca da ambientação das ações com os estudantes, que são em maioria, e que é o público-alvo das escolas de educação especial na modalidade de educação especial.

O conteúdo programático deste guia foi desenvolvido a partir da adaptação dos materiais didáticos já existentes sobre o tema, e das legislações vigentes de prevenção e combate a incêndios e a desastres do Corpo de Bombeiros do Paraná, utilizando-se do Código de Segurança contra Incêndio e Pânico e das Normas de Procedimentos Técnicos.

É apresentado em três capítulos que trazem conceitos a saber, e um passo a passo para elaborar um plano de abandono emergencial escolar e seus exercícios simulados.



Para iniciar as atividades é essencial que os envolvidos compreendam as terminologias e seus conceitos que serão utilizados no decorrer da elaboração do plano de abandono emergencial de edificação escolar e seus exercícios simulados da sua escola.

Alarme de Incêndio: Aviso sonoro e/ou luminoso acionado por uma pessoa ou de forma automática, que tem por finalidade alertar as pessoas sobre a existência de um incêndio em uma edificação.

Brigada de Incêndio: É o grupo formado por pessoas que possuem capacitação específica de formação de brigadista, devidamente treinadas para a prevenção e combate a incêndios, e primeiros socorros.

Brigadista: É a pessoa que possui capacitação específica de formação de brigadistas, devidamente certificada, e compõe a Brigada de Incêndio. Possui os conhecimentos necessários para os procedimentos básicos de emergência, e primeiros socorros.

Comunidade Escolar: É o grupo de pessoas formado por todos os servidores/profissionais que atuam na escola, por estudantes matriculados que frequentam as aulas regularmente, e pelos seus responsáveis.

Curso de Formação de Brigadistas: É a capacitação específica, de no mínimo 16 horas de módulo teórico e 16 horas de módulo prático, com conteúdos de combate a incêndio e primeiros socorros, e que ao cumprir 100% da carga horária (combinados nota e frequência) o cursista receberá a certificação.

CAPÍTULO 1

CONCEITOS IMPORTANTES

Declaração de Brigada de Incêndio: É o documento que atesta que os servidores da escola receberam capacitação teórica e treinamento prático de prevenção e combate a incêndio, e possuem respectiva certificação.

Equipe de Emergência: É o grupo de profissionais especializados, de empresas públicas ou privadas, e que ao ser chamado, realizará o atendimento quando ocorrer uma situação de emergência no interior da escola.

Equipe de Bloco: É o grupo de servidores que orientarão a saída segura da comunidade escolar, e demais pessoas que estão na escola, em direção ao Ponto de Encontro, no momento de uma emergência ou princípio de incêndio.

Equipe do Ponto de Encontro: É o grupo de servidores, que receberão, no Ponto de Encontro, a comunidade escolar, e demais pessoas que estão na escola, no momento de uma emergência ou princípio de incêndio, organizando-as em fila indiana, dispostas lado a lado e sentadas, para facilitar o controle e conferência das pessoas que lá chegarem.

Escola de Educação Básica na Modalidade de Educação Especial: É a instituição de ensino, pública ou privada, que oferta escolarização formal, nos níveis e etapas de ensino, para pessoas com deficiência intelectual, múltiplas deficiências, e transtornos globais do desenvolvimento, utilizando-se de metodologias específicas e oportunizando condições adequadas para a aprendizagem.

Medidas Básicas de Segurança Contra Incêndio: É o conjunto de dispositivos ou sistemas instalados nas edificações que auxiliam na prevenção do surgimento de um princípio de um incêndio, evitam que este se propague e possibilitam sua extinção, protegendo a vida, o meio ambiente e o patrimônio.

NPT: Norma de Procedimento Técnico é o documento elaborado pelo Corpo de Bombeiros do Paraná, que regulamenta os procedimentos técnicos referentes à segurança contra incêndio e pânico das edificações e áreas de risco no estado do Paraná.

Plano de Abandono Emergencial Escolar: É o planejamento das ações que devem ser realizadas para a desocupação de uma escola, no momento de uma emergência, de acordo com as características de sua comunidade escolar e estrutura física, direcionando a comunidade escolar de forma organizada para um local seguro.

CAPÍTULO 1

CONCEITOS IMPORTANTES

Plano de Emergência: É o documento que deve conter todas as informações da escola acerca dos possíveis riscos de incêndio; os procedimentos básicos de emergência que devem ser adotados, objetivando minimizar os danos à vida e ao meio ambiente, bem como os prejuízos ao patrimônio.

Planta de Risco: É o mapeamento dos ambientes da escola que podem gerar ou potencializar riscos de incêndio ou ainda dificuldades para a saída de todas as pessoas que estão no interior da escola.

Ponto de Encontro: É o local seguro, definido no plano de abandono emergencial da escola, onde será direcionada a comunidade escolar e outras pessoas que estiverem no interior da escola, em caso de emergência ou princípio de incêndio.

Procedimentos Básicos de Emergência: São os procedimentos a serem seguidos em caso de emergência ou princípio de incêndio no interior da escola, considerando os seguintes aspectos: **alerta** (meio de comunicação podendo ser alarme sonoro ou luminoso que avisa a comunidade escolar sobre o ocorrido); **análise da situação** (após o alerta, identificar e analisar a gravidade da situação e realizar os procedimentos necessários conforme planejado no plano de abandono emergencial da escola); **apoio externo** (solicitar apoio de Equipe de Emergência, se necessário); **primeiros socorros** (prestar os primeiros socorros às possíveis vítimas, até que se obtenha o socorro especializado); **eliminar os riscos** (corte das fontes de energia e GLP); **abandono da área** (realizar o abandono emergencial da escola conforme os treinamentos realizados periodicamente); **confinamento** (evitar a propagação); **isolamento de área** (isolar a área da ocorrência para manter a segurança da comunidade escolar); **combate ao incêndio** (realizar o combate, se possível a extinção, ao foco do incêndio, utilizando-se dos equipamentos e meios adequados); **recepção** (direcionar a Equipe de Emergência ao local afetado), e **estudo do caso** (levantar e registrar acerca das possíveis causas do ocorrido e suas consequências, com vistas à solucionar e evitar repetições semelhantes).

Rotas de Fuga: São os trajetos adequadamente sinalizados e seguros que serão percorridos de qualquer ponto da edificação escolar até o Ponto de Encontro, pela comunidade escolar e outras pessoas que estiverem no interior da escola em caso de emergência ou princípio de incêndio.

CAPÍTULO 1

CONCEITOS IMPORTANTES

Saídas de Emergência: São passagens de saída com maior fluxo da escola (portas, acessos, corredores, escadas, rampas, *halls*), e que a partir delas, a comunidade escolar e outras pessoas que estiverem no interior da escola em caso de emergência ou princípio de incêndio passarão, seguindo a Rota de Fuga para chegar ao Ponto de Encontro.

Servidor da Escola: É qualquer profissional que atua fixamente na escola – professor, pedagogo, gestor escolar, profissionais da saúde, cozinheira, auxiliar, recepcionista, administrativo, de manutenção, de limpeza, entre outros, que prestam serviços permanentes no interior da escola.

Simulado do Abandono Emergencial de Edificação Escolar: É a atividade prática periódica da aplicação do plano de abandono emergencial da escola, para manter a Brigada de Incêndio da escola e a comunidade escolar devidamente treinada, para uma resposta imediata diante a uma situação real de emergência no interior da escola.

Sinalização de Emergência: É o grupo de elementos, como símbolos, cores, palavras, que alertam rapidamente para os riscos existentes no local garantindo que sejam adotadas medidas adequadas, e facilitam a identificação dos locais que se encontram os equipamentos, e as rotas de fuga para abandono da edificação em caso de incêndio.

Sistema de Iluminação de Emergência: É o sistema que permite clarear áreas escuras de passagens, horizontais e verticais, na falta da iluminação normal.

Sistema de Proteção por Extintores de Incêndio: É o sistema formado por agentes extintores (determinadas substâncias químicas sólidas, líquidas, gasosas ou outros materiais), que são utilizados para extinguir um foco de incêndio, de forma a abafar ou resfriar, ou, se utilizando desses dois processos. Os principais agentes extintores são: água; espuma; dióxido de carbono (gás); pó químico seco; agentes halogenados e agentes humectantes.



CAPÍTULO

COMO ELABORAR O PLANO DE ABANDONO EMERGENCIAL ESCOLAR

2

Para o planejamento do plano de abandono emergencial escolar é necessário que o Gestor Escolar e a Brigada de Incêndio da escola realizem algumas atividades juntos, afim de se obter as informações suficientes para a sua elaboração.

É importante saber que os conteúdos constantes no passo a passo são originados das NPTs do Corpo de Bombeiros, para isso as exigências técnicas deverão ser orientadas por um profissional especializado, observados os critérios previstos em legislação específica do Corpo de Bombeiros do Paraná.

Passo 1 - Emitir a Declaração de Brigada de Incêndio - NPT 017:

Com o objetivo de organizar a Brigada de Incêndio da escola, o Gestor Escolar deve listar os brigadistas da escola utilizando a Declaração de Brigada

CAPÍTULO 2

COMO ELABORAR O PLANO DE ABANDONO EMERGENCIAL ESCOLAR

de Incêndio. O Corpo de Bombeiros do Paraná sugere um modelo de declaração – anexo A, da NPT 017, e que segue ao final do guia.

Por meio desta declaração o Gestor Escolar terá o conhecimento de quais servidores da escola possuem a certificação do curso de brigadista, e consequentemente, estes que farão parte da Brigada de Incêndio da escola.

A cópia da certificação de cada brigadista deverá ser mantida em uma pasta própria, juntamente com os demais documentos que se referem ao plano de abandono emergencial da escola, e a Declaração de Brigada de Incêndio deverá ser afixada em um local visível da escola, e atualizada anualmente.

Passo 2 – Convocar os brigadistas da escola:

O Gestor Escolar reunirá os brigadistas da escola, formando a Brigada de Incêndio, para juntos prepararem os documentos e as atividades, que farão parte do plano de abandono emergencial da escola.

Passo 3 – Definir o Ponto de Encontro – NPT 017:

O Ponto de Encontro será avaliado e definido pelo Gestor Escolar e pela Brigada de Incêndio da escola. Pode ser um ou mais locais de fácil acesso no interior ou exterior da escola, e que garantirá a segurança da comunidade escolar e outras pessoas que estiverem na escola, em caso de emergência ou princípio de incêndio.

São características preferenciais desse local, ou locais:

- Tamanho suficiente para receber todos que tiverem no interior da escola.
- Protegido do sol e chuva.
- Acessível às pessoas com deficiência.
- Com acesso à via pública externa sem passar por dentro da escola, com abertura ampla e que comporte a saída com segurança de todos que tiverem no interior da escola.

Passo 4 – Identificar as Saídas de Emergência – NPT 011:

As passagens de saída de emergência que serão utilizadas nas rotas de fuga até o Ponto de Encontro deverão ser acessíveis a qualquer pessoa.

Observem as condições que as passagens devem contemplar:

- Sinalização e iluminação, para que a comunidade escolar e outras pessoas que estiverem no interior da escola se dirijam corretamente, evitando qualquer dúvida por onde devem passar.
- Seu acesso deve permanecer livre, sem vasos, móveis ou qualquer outro objeto.

CAPÍTULO 2

COMO ELABORAR O PLANO DE ABANDONO EMERGENCIAL ESCOLAR

- Devem permitir a evacuação rápida da escola.

Quando a saída de emergência perpassar por escadas, estas devem possuir corrimãos sem obstruções, e de forma que possam ser agarrados facilmente, permitindo o deslocamento contínuo da mão, facilitando principalmente o deslocamento dos estudantes com deficiência visual e mobilidade reduzida.

Atenção – lembrem-se que o elevador não deverá ser utilizado como meio de saída de emergência, e os estudantes que utilizam órteses ou próteses, cadeira de rodas ou cama hospitalar, por exemplo, ou que tenham qualquer outra deficiência que dificultem sua locomoção, devem ser auxiliados nas rampas e escadas caso estejam em outros andares da escola.

Demais características das Saídas de Emergência a serem observadas:

- Portas das rotas de saída com largura mínima de 80cm, exceto banheiros e áreas de serviço.
- Acessos, escadas e rampas com largura mínima de 1,20cm.
- Ambientes com mais de 50 pessoas deverão ter portas abrindo para fora.
- Corredores com largura mínima de 120cm.
- Corrimãos ao longo de escadas e rampas que sejam passagem nas rotas de fuga, entre 80cm a 92cm do piso.
- Corrimão central em escadas e rampas que ultrapassem os 220cm de largura.
- Guarda corpo com altura de 1,10m em desníveis acima de 19cm.
- As portas de saídas automáticas devem ter dispositivo que as mantenham abertas em caso de falta de energia.
- As rampas não podem ter portas.
- As portas das passagens de saídas, entrada das salas de aula e salas com capacidade acima de 50 pessoas não podem ter peças plásticas nas fechaduras, nos espelhos, nas maçanetas, nas dobradiças, etc.
- As portas de acesso podem ter fechaduras, desde que possa abri-la pelo lado interno e sem chave, mantendo a abertura pelo lado externo apenas por meio de chave, sem o uso de maçanetas, etc.
- Se as passagens de emergência tiverem desnível acima de 19cm, deverão ser protegidas de ambos os lados por paredes ou guarda-corpos contínuos.

Passo 5 – Constatar as Rotas de Fuga – NPT 011:

Como conceituamos anteriormente as rotas de fuga devem conduzir a

CAPÍTULO 2

COMO ELABORAR O PLANO DE ABANDONO EMERGENCIAL ESCOLAR

comunidade escolar e outras pessoas que estiverem no interior da escola, de onde elas se encontram, perpassando pelas saídas de emergência, até o Ponto de Encontro.

Para isso o Gestor Escolar e a Brigada de Incêndio da escola deverão avaliar os caminhos adequados a partir dos diversos ambientes escolares para que cheguem facilmente e com segurança ao Ponto de Encontro.

Pontos importantes a serem considerados nos caminhos da escola para traçar as rotas de fuga:

- Possuírem material antiderrapante e piso tátil direcional.
- Não podem ter elementos que dificultem a passagem.
- Permanecer livres, iluminados, sinalizados e serem acessíveis a qualquer pessoa.
- Preferencialmente possuírem corrimãos e guarda-corpo nas escadas.
- Quanto menor a distância do caminho da rota de fuga até o Ponto de Encontro, mais rápida será a evacuação dos ambientes.

Estes caminhos deverão ser representados graficamente, em escala visível e se possível em relevo, e afixados em cada ambiente da escola de forma que seja visualizada pela comunidade escolar e demais pessoas que estiverem no interior da escola.

Passo 6 - Conferir as medidas básicas de segurança contra incêndio exigidas pelo Corpo de Bombeiros do Paraná - NPT 002:

Para prevenção e combate a incêndios a NPT 002 do Corpo de Bombeiros do Paraná preconiza, que as edificações deverão adotar e manter medidas de proteção consideradas como exigências básicas, conforme apresenta-se a seguir.

a) Testar o Sistema de Iluminação de Emergência - NPT 018:

O sistema de iluminação de emergência na escola será representado pelas luminárias, que permitirão clarear áreas escuras dos ambientes na falta da iluminação normal.

Deverão ser posicionadas em todos os ambientes com circulação de pessoas, nas áreas internas e externas, e estarem devidamente sinalizadas.

O que determinará a distância entre uma luminária e outra é a intensidade luminosa da luminária, ou seja, a quantidade de luz que chega em uma superfície, e que é indicada pelo fabricante.

- Distância máxima entre dois pontos de iluminação de emergência: 15 metros.

CAPÍTULO 2

COMO ELABORAR O PLANO DE ABANDONO EMERGENCIAL ESCOLAR

- Raio de abrangência entre o ponto de iluminação de emergência e a parede: 7,5 metros.

É importante saber que as luminárias devem possuir autonomia de pelo menos 1 (uma) hora de funcionamento, e podem ser do tipo convencional ou farelete.

b) Observar a instalação do Sistema de Proteção por Extintores de Incêndio - NPT 021:

Os equipamentos destinados para extinção do foco de incêndio são os extintores. Deverão ser utilizados para abafar, ou resfriar, ou ainda, fazendo os dois procedimentos juntos, que é o mais utilizado, por meio do extintor de pó químico ABC.

Relembremos as classes de incêndio e tipos de extintores que as capacitações de brigadistas dispõem nos seus conteúdos:

Classes de incêndio:

- **Classe A:** incêndios em materiais sólidos como madeira, tecidos, papel, borracha, plástico, fibrosos e de fácil combustão, que costumam gerar resíduos como brasas ou cinzas.
- **Classe B:** incêndios causados por materiais inflamáveis, que queimam apenas na superfície e não deixam resíduos.
- **Classe C:** incêndios causados por equipamentos elétricos energizados.

Tipos de extintores:

- **Extintor de água:** É utilizado em incêndios Classe A. Em hipótese alguma deve ser usado em líquidos, em gases inflamáveis e em equipamentos elétricos. Age por resfriamento.
- **Extintor de gás carbônico:** É utilizado em incêndios classe B e C, onde os casos em que a água não surte efeito, ou seja, líquidos e gases inflamáveis e em equipamentos elétricos. Age por abafamento, extinguindo o oxigênio do local, impossibilitando assim, que a reação do fogo ocorra.
- **Extintor de pó químico BC:** É utilizado em incêndios classe B e C, mas ao invés de agir por abafamento, age por meio de reações químicas.
- **Extintor de pó químico ABC:** É utilizado em qualquer classe de incêndio, e age por abafamento.

CAPÍTULO 2

COMO ELABORAR O PLANO DE ABANDONO EMERGENCIAL ESCOLAR

Sobre os extintores o que conferir:

- Instalados de forma que o brigadista não percorra a distância maior que 25m.
- Não deverão estar instalados em escadas.
- Desobstruídos e devidamente sinalizados.
- Instalados, pelo menos, um extintor a não mais de 5m da entrada principal da escola e das escadas nos demais pavimentos.
- Cada pavimento deve possuir, no mínimo, dois extintores, para classe A e outro para incêndio classe B e C, ou dois extintores de pó químico ABC.
- Estar lacrados, com a pressão adequada, possuir selo de conformidade do Inmetro, e dentro do prazo de validade estabelecido pelo fabricante.
- Possuir a etiqueta com nome e endereço da escola.
- Adequados à classe de incêndio predominante dentro da área a ser protegida.
- No mínimo, um extintor exclusivo para a central de gás.

c) Conferir as Sinalizações de Emergência - NPT 020:

As sinalizações de emergência são representadas visualmente por placas, e que comunicam de forma rápida e eficaz, a existência e a localização das saídas de emergência, das rotas de fuga e dos equipamentos de segurança contra incêndios, ainda indicam os locais de riscos potenciais da escola, viabilizando o abandono seguro do ambiente escolar e o combate ao foco do incêndio.

Para isso devem estar corretamente instaladas nos ambientes escolares, e são classificadas em sinalização básica e complementar:

Sinalização básica:

São as sinalizações mínimas que o local deve apresentar, e são divididas em categorias:

- **Proibição:** Proíbe e coíbe ações que possam induzir, conduzir ou agravar incêndios.
- **Alerta:** Alerta para áreas e materiais com potencial risco de incêndio, explosão e choques elétricos.
- **Orientação e salvamento:** Indica as rotas de fuga e como agir para seu acesso e utilização.
- **Equipamentos:** Indica os locais e tipo de equipamentos de combate a incêndio, e os alarmes disponíveis no local.

CAPÍTULO 2

COMO ELABORAR O PLANO DE ABANDONO EMERGENCIAL ESCOLAR

Sinalização complementar:

São as sinalizações apresentadas por faixas de cor ou mensagens complementares à sinalização básica:

- Indicam continuamente os trajetos das rotas de fuga até uma saída de emergência.
- Indicam os obstáculos e os riscos que existem nas rotas de fuga, como desníveis do piso, fechamento com vidros, pilares, etc.
- Complementam a sinalização básica de símbolo com mensagens escritas específicas.
- Informam circunstâncias específicas em uma edificação ou áreas de risco, por meio de mensagens escritas, sobre: as medidas de proteção contra incêndio existentes, e a lotação correspondente para os ambientes que reúnem público, como auditório e ginásio.
- Demarcam as áreas do piso das rotas de fuga e dos equipamentos de combate a incêndio e dos alarmes.

Observar os materiais utilizados para a confecção das sinalizações de emergência:

- Em plástico ou chapa metálica.
- Ter resistência mecânica.
- Ter uma espessura suficiente para não confundir com a superfície que foi instalada.
- Ter resistência à água, à produtos químicos, e à diferentes condições climáticas.
- Não propagar chamas.

d) Manter a Brigada de Incêndio da escola devidamente constituída - NPT 017:

Pela classificação das edificações e áreas de risco quanto à ocupação prevista no Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico do Corpo de Bombeiros do Paraná, a Brigada de Incêndio é uma medida básica de segurança contra incêndio exigida para as escolas para estudantes com deficiências.

Para isso é fundamental que cada escola mantenha a sua Brigada de Incêndio com a quantidade suficiente para atender todos os ambientes escolares e desempenhar com eficiência as suas atribuições.

Conforme apresentação no "Passo 1", o Gestor Escolar deverá ter o conhecimento dos servidores possuem a certificação do curso de brigadista para compor a Brigada de Incêndio da escola e definir seus papéis e atribuições.

CAPÍTULO 2

COMO ELABORAR O PLANO DE ABANDONO EMERGENCIAL ESCOLAR

Ações da Brigada de Incêndio:

De prevenção:

- Realizar reuniões periódicas com o Gestor escolar para aprimorar os assuntos relativos à segurança da comunidade escolar.
- Verificar constantemente os riscos que a estrutura do ambiente escolar pode ocasionar, visando à prevenção e aprimoramento do plano de abandono emergencial de edificação escolar.
- Orientar a comunidade escolar sobre o tema.
- Garantir que o plano de abandono emergencial da escola seja executado corretamente e periodicamente, revisando-o constantemente.
- Pleno conhecimento do Plano de Emergência da escola.
- Comunicar os responsáveis acerca de qualquer irregularidade.
- Utilizar uma identificação permanente de brigadista.

De emergência:

- Utilizar equipamentos de proteção individual - EPI em situações emergenciais no ambiente escolar.
- Realizar os procedimentos básicos de emergência até que o socorro especializado chegue.

Das reuniões periódicas devidamente registradas em ata:

- Definir as datas dos exercícios simulados do abandono emergencial escolar.
- Tratar sobre as funções de cada brigadista no plano de abandono emergencial de edificação da escola.
- Tratar acerca das condições de uso dos equipamentos de combate a incêndio.
- Apresentar problemas relacionados à prevenção de incêndios para que sejam solucionados.
- Atualizar-se sobre as técnicas e táticas de combate a incêndio.
- Comunicar sobre mudanças dos componentes da Brigada de Incêndio da escola.
- Registrar os exercícios simulados do abandono emergencial da escola realizado: horário do evento; tempo gasto no abandono, tempo gasto no retorno para os ambientes de origem; tempo gasto no atendimento de primeiros socorros; atuação da Brigada de Incêndio da escola; comportamento da comunidade escolar e das demais pessoas; se

CAPÍTULO 2

COMO ELABORAR O PLANO DE ABANDONO EMERGENCIAL ESCOLAR

houve participação de alguma Equipe de Emergência; se houve falhas de equipamentos; se houve falhas operacionais; demais problemas observados.

- Registrar quando houver a ocorrência de uma emergência, ou quando identificada uma situação de risco iminente.
- Demais assuntos pertinentes.

Por isso, anualmente, o Gestor Escolar deverá verificar como está composta a Brigada de Incêndio da escola para garantir que a comunidade escolar esteja protegida para eventuais situações de emergência.

Passo 7 - Elaborar o Plano de Emergência e a Planta de Risco - NPT 016:

O Plano de Emergência e a Planta de Risco, que Corpo de Bombeiros do Paraná sugere servem para a identificação e mapeamento dos possíveis riscos de incêndio na escola, e suas respectivas rotas de fuga que a comunidade escolar e demais pessoas que estiverem na escola utilizarão em caso de emergência ou princípio de incêndio.

Para a elaboração do Plano de Emergência é necessário coletar dados precisos da escola (anexo B - NPT 016), e identificar os riscos de incêndio representando-os na Planta de Risco (anexo E - NPT 016).

A Planta facilitará a identificação dessas áreas de risco auxiliando na confecção das rotas de fuga que desviarão desses locais. Também agilizará o direcionamento da Equipe de Emergência no interior da escola em caso de emergência ou princípio de incêndio, e deverá representar as seguintes informações da escola:

- Principais riscos (explosão e incêndio).
- Paredes corta-fogo e de compartimentação.
- Hidrantes externos.
- Número de pavimentos.
- Registro de recalque, válvulas instaladas abaixo do nível do solo.
- Reserva de incêndio.
- Local de manuseio e/ou armazenamento de produtos perigosos.
- Vias de acesso às viaturas da Equipe de Emergência.
- Hidrantes urbanos próximos da edificação.
- Localização das saídas de emergência.

CAPÍTULO 2

COMO ELABORAR O PLANO DE ABANDONO EMERGENCIAL ESCOLAR

O Gestor Escolar e a Brigada de Incêndio da escola deverão confeccioná-la graficamente em escala visível, e afixá-la na entrada da escola, blocos e corredores, de forma que seja visualizado pela comunidade escolar e demais pessoas que estiverem na escola, e também pela Equipe de Emergência.

Passo 8 – Escolher a melhor opção de alarme de incêndio – NPT 019:

Este é um passo muito importante para a escola na modalidade de educação especial, tendo em vista as características peculiares das deficiências dos seus estudantes, pois conforme explicamos acima o alarme de incêndio poderá ser sonoro ou com dupla sinalização – visual e sonoro.

Assim deverá ser escolhido de forma que todos tenham acesso à comunicação para o abandono emergencial da edificação escolar, e que seja completamente diferente do habitualmente utilizado na escola.

A forma estabelecida pela escola, deve ser de uma maneira que desperte a atenção da comunidade escolar e demais pessoas que estiverem na escola, que existe uma emergência ou um princípio de incêndio no ambiente escolar.

Os alarmes manuais do tipo convencional deverão conter a indicação de funcionamento na cor verde e alarme na cor vermelha que indicará o funcionamento e supervisão do sistema. E se for do tipo inteligente as cores não são necessárias, pois a central possui uma supervisão permanente dos acionadores manuais e indicadores sonoros.

Deverão ser instalados a uma altura entre 2,20m e 3,50m de forma embutida ou sobreposta, preferencialmente na parede. Ainda, sugerimos que os alarmes visuais sejam instalados em todos os possíveis ambientes escolares.

Passo 9 – Sobre a Equipe de Emergência:

O Gestor Escolar deve organizar quais órgãos deverão ser chamados em caso de emergência ou princípio de incêndio no ambiente escolar.

A indicação destes órgãos e seus respectivos telefones deverão ser afixados em locais na escola, de fácil visualização e salvos nos telefones celulares, para que, quando for necessário o servidor responsável por fazer as ligações as providenciarão o mais rápido possível.

Seguem exemplos de Equipes de Emergência públicas:

- Corpo de Bombeiros do Paraná/SIATE - 193
- Polícia Militar do Paraná - 190
- Defesa Civil do Paraná - 199
- SAMU - 192
- Copel - 196

CAPÍTULO 2

COMO ELABORAR O PLANO DE ABANDONO EMERGENCIAL ESCOLAR

Passo 10 – Designar os papéis e as atribuições dos participantes no abandono emergencial da escola:

Para se realizar o abandono dos ambientes escolares, propriamente dito, na ocasião da emergência ou do princípio de incêndio, a comunidade escolar deverá se mobilizar de acordo com seu papel e suas atribuições conforme a seguir:

Gestor Escolar:

- ❖ É o líder do abandono emergencial escolar.
- Designa os servidores em seus papéis: nome do servidor, função no plano, local de atuação, nome do estudante que auxiliará.
- Aciona o alarme dando a ordem do abandono, determinando seu início.
- Providencia cópias de chaves de emergência, devidamente identificadas, onde ficarão em local estratégico e seguro, para que o servidor da Equipe de Comunicação tenha fácil acesso.
- Se comunica, preferencialmente, por microfone.
- Decide qual sinalização deverá ser utilizada informando que aquele ambiente foi abandonado e está vazio (exemplo: colar/pendurar algo na porta), ou seja, sem ninguém em seu interior.
- Decide em qual dos Pontos de Encontro deverá ser feita o deslocamento da comunidade escolar e demais pessoas que estiverem na escola, de acordo com o local da emergência ou do foco incêndio.
- Decide como as pessoas ficarão organizadas e posicionadas no Ponto de Encontro, em filas, em grupos, etc.
- Se posiciona em lugares estratégicos durante a realização do abandono dos ambientes escolares, para ser facilmente visualizado e encontrado.
- Recebe informações dos demais participantes do abandono emergencial escolar, principalmente da Equipe do Ponto de Encontro sobre a presença de todos, ou não, no local acordado.
- Determina para qual órgão da Equipe de Emergência deverá ser contatado.
- Repassa informações para a Equipe de Emergência acerca do ocorrido.

Brigada de Incêndio:

- ❖ É a equipe de brigadistas da escola.
- Realizam os Procedimentos Básicos de Emergência até que o socorro especializado chegue: aciona o alerta – alarme sonoro ou luminoso; identifica e analisa a situação; aciona apoios externos; providencia os primeiros socorros; elimina os riscos – corte das fontes de energia e GLP; providencia o abandono da área; evita a propagação; isola a área afetada; combate o foco do incêndio; recepciona e orienta as Equipes de

CAPÍTULO 2

COMO ELABORAR O PLANO DE ABANDONO EMERGENCIAL ESCOLAR

Emergência, e por fim faz um levantamento e registro acerca das possíveis causas do ocorrido e suas consequências, com vistas à solução e evitar repetições semelhantes.

- Permanecem visualmente como brigadista, utilizando-se de qualquer forma que o diferencie dos demais.
- Utilizam os equipamentos de proteção individual (EPI) necessários no momento da emergência ou do princípio de incêndio.
- Informam ao órgão da Equipe de Emergência assim que esta adentrar ao ambiente escolar: localização do Ponto de Encontro, a Planta de Risco da escola, e a localização/informações do ocorrido.

Estudantes:

- ❖ São todos os estudantes matriculados que frequentam as aulas regularmente.
- Abandonam o local onde se encontram ao comando do servidor da Equipe de Bloco que está atuando naquele ambiente escolar.
- Recebem auxílio da Equipe de Bloco de acordo com sua deficiência.
- Auxiliam, dentro de suas potencialidades, o deslocamento dos demais colegas.
- Seguem as orientações da Equipe de Bloco, perpassando as rotas de fuga até o Ponto de Encontro.

Equipe de Bloco:

- ❖ São os servidores que atuam na escola diretamente nas atividades com os estudantes: professores (sala de aula, de música, de artes, laboratórios, etc.), os auxiliares, e os servidores da saúde (terapias).
- São responsáveis pelos estudantes, que estão no mesmo ambiente escolar em que está atuando, desde o início do abandono até a chegada deles no Ponto de Encontro.
- Indicam aos estudantes a necessidade do abandono do local em que se encontram.
- Organizam os estudantes que possuem autonomia de locomoção, e que serão acompanhados pelo auxiliar da sala até o Ponto de Encontro.
- Organizam os estudantes que necessitam de auxílio, para que a Equipe de Apoio os encaminhe até o Ponto de Encontro.
- É o último a sair da sala, fechar a porta e sinalizar que a sala se encontra vazia, ou seja, sem ninguém em seu interior.
- Deve ter sob seu controle o nome dos estudantes que estão sob sua responsabilidade.

CAPÍTULO 2

COMO ELABORAR O PLANO DE ABANDONO EMERGENCIAL ESCOLAR

- Realizam a conferência dos estudantes do Ponto de Encontro.
- Controla a permanência dos estudantes, em segurança, no Ponto de Encontro, até que a normalidade se restabeleça.

Equipe de Apoio:

- ❖ São os servidores que não atuam diretamente nas atividades com os estudantes, mas exercem atividades fixas na escola: refeitório, cozinha, manutenção, limpeza, inspetor, biblioteca, etc.
- Auxiliam os estudantes que necessitam de auxílio para se deslocarem, e organizam os deslocamentos para o abandono dos ambientes escolares.
- Se posicionam em lugares estratégicos e se movimentam durante a realização do abandono dos ambientes escolares, para se ter a visibilidade de todas as salas, corredores, rampas, etc.
- Ordenam para que os estudantes e a Equipe de Bloco se desloquem de forma organizada e sem correr, liberando os estudantes e as Equipes de acordo com o local do foco de incêndio, saindo primeiramente as que correm maior risco.
- Controlam o fluxo do abandono, evitando aglomeração.
- Deslocam os estudantes que necessitam de auxílio até o seu responsável da Equipe de Bloco no Ponto de Encontro.
- Auxiliam a Equipe de Bloco na conferência e cuidados com os estudantes no Ponto de Encontro.

Equipe Administrativa:

- ❖ São os servidores que não atuam diretamente nas atividades com os estudantes, mas exercem atividades fixas na escola: secretaria escolar, os monitores, pedagogos, etc.
- Organizam, preferencialmente em fila sendo o primeiro desta, as pessoas de suas equipes e as pessoas que estejam eventualmente na escola, sob seu atendimento, para que realizem o abandono do ambiente até o Ponto de Encontro.
- É o último a sair da sua sala, fechar a porta e sinalizar que a sala se encontra vazia, ou seja, sem ninguém em seu interior.

Equipe de Comunicação:

- ❖ São os servidores, designados pelo Gestor Escolar, que ligarão para o órgão da Equipe de Emergência escolhida, e que a recepcionará na entrada da escola.

CAPÍTULO 2

COMO ELABORAR O PLANO DE ABANDONO EMERGENCIAL ESCOLAR

- Possuem consigo os telefones das Equipes de Emergência.
- Ligam para o órgão da Equipe de Emergência escolhida pelo Gestor Escolar.
- Utilizam as chaves de emergência para abertura das portas e portões de acesso para o órgão da Equipe de Emergência.
- Aguardam a Equipe de Emergência na entrada da escola, abrem a entrada, e a direcionam ao local da ocorrência para que realizem o atendimento especializado.
- Não permitem que pessoas entrem e saiam da escola sem as devidas autorizações do Gestor Escolar ou da Equipe de Emergência.

Equipe do Ponto de Encontro:

- ❖ São os servidores, designados pelo Gestor Escolar, que organizarão todas as pessoas que chegam ao Ponto de Encontro no momento do abandono dos ambientes escolares.
- Se direcionam ao Ponto de Encontro imediatamente ao sinal do alarme.
- Sinalizam às pessoas que forem chegando no Ponto de Encontro como devem se posicionar e permanecer.
- Recebem a informação das Equipes acerca de feridos ou ausência de algum estudante ou demais pessoas, e comunicam ao Gestor Escolar e à Equipe de Emergência.

Passo 11 - Fazer o registro do plano de abandono emergencial da escola:

Assim que realizarem os passos 1 a 10 deste capítulo, o plano de abandono emergencial da escola está pronto.

Agora todas essas informações devem ser compiladas e registradas pelo Gestor Escolar, sendo devidamente mantidas em uma pasta própria, em um local que qualquer pessoa que queira verificar terá fácil acesso, como por exemplo, na biblioteca e na secretaria da escola.

O plano de abandono emergencial de edificação escolar é flexível, e deve ser avaliado e aprimorado periodicamente, principalmente após algum incidente no interior da escola, e após os treinamentos dos simulados de abandono emergencial da escola.

As práticas de prevenção com a constante verificação de riscos na edificação escolar e nas condutas da comunidade escolar, são essenciais para a efetividade desse plano.

CAPÍTULO 3

EXERCÍCIO SIMULADO DE ABANDONO EMERGENCIAL DE EDIFICAÇÃO ESCOLAR

A seguir será apresentado um modelo de ações práticas para a realização de um exercício simulado de abandono emergencial de edificação escolar.

Não podemos esquecer que cada escola de educação básica na modalidade de Educação Especial possui suas especificidades, de estrutura e do seu público-alvo, e que deverão ser atentamente observadas e consideradas no seu exercício simulado.

A dinâmica do exercício simulado da sua escola poderá ser desenvolvida a partir dos seguintes critérios:

CAPÍTULO 3

EXERCÍCIO SIMULADO DE ABANDONO
EMERGENCIAL DE EDIFICAÇÃO ESCOLAR

Definir o calendário e o cenário do exercício simulado do abandono emergencial da escola:

O Gestor Escolar, juntamente com a Brigada de Incêndio da escola definirão a data, o horário e o cenário, como acharem conveniente, para desenvolver os exercícios simulados periódicos da escola. O cenário remeterá a uma condição de risco reais no ambiente escolar, mediante isto se definirá qual dos Pontos de Encontros será utilizado.

O registro deverá ser formalizado internamente na escola de forma a garantir que todos os envolvidos tenham conhecimento e participação no calendário programado.

Com a programação definida, a comunidade escolar deverá ser preparada.

Preparar a comunidade escolar:

Com o plano de abandono emergencial da sua escola já elaborado, e o calendário e cenário definidos, é importante que o exercício simulado seja executado compreendendo as limitações e identificando as facilidades, que se relacione ao máximo com as características da edificação escolar, e principalmente do seu público-alvo, que em sua maioria são os estudantes.

Considerando as especificidades das deficiências dos estudantes, as ações práticas do exercício simulado podem ser desenvolvidas, preliminarmente, com atividades pedagógicas, individuais e em grupo, a fim de incluir em suas rotinas, pois as boas práticas auxiliarão a sua participação e compreensão, proporcionando segurança e autoconfiança.

Como por exemplo:

- Desenvolver atividades que envolvam o alarme sonoro e luminoso, isso poderá auxiliá-los no controle de suas emoções e a contextualizar o alerta para o abandono.
- Trilhar as rotas de fuga, vivenciando com os estudantes em como perpassar por elas, com cadeira de rodas, ou até mesmo a cama hospitalar, identificando os obstáculos até os Pontos de Encontro.
- Contextualizar o significado das placas das sinalizações de emergência.
- Criar os cenários, como um foco de incêndio artificial.
- Apresentar e criar vínculos com os servidores que auxiliarão cada estudante no momento do exercício simulado.

CAPÍTULO 3

EXERCÍCIO SIMULADO DE ABANDONO
EMERGENCIAL DE EDIFICAÇÃO ESCOLAR

- Demonstrar confiança e segurança na prática das atividades.
- Entre outras atividades que desenvolvam as habilidades dos estudantes para o seu bom desempenho nas ações a serem realizadas durante o abandono do seu ambiente escolar.

Fazer a divulgação do que será realizado é essencial. A mobilização da comunidade escolar é o foco para o sucesso do abandono emergencial da escola, seja ele em seu exercício simulado ou em uma situação real.

O Gestor Escolar juntamente com a Brigada de Incêndio da escola tem papel essencial nessa construção. Devem criar estratégias para explicar à comunidade escolar quanto à importância desta ação para a segurança de todos e ao atendimento das legislações do Corpo de Bombeiros do Paraná, bem como explicar como funcionará a realização das tarefas e respectivas funções e atribuições.

Divulgar o plano de abandono emergencial da escola:

Neste momento o Gestor Escolar deverá descentralizar os papéis e as atribuições dos participantes, sinalizando "quem é quem" na execução do exercício simulado, e o que cada um deverá ter como responsabilidade, conforme foram definidas e registradas no plano de abandono da escola.

Podem ser realizados encontros em pequenos grupos de acordo com a Equipe do plano de abandono a qual o servidor está inserido, viabilizando as orientações e as discussões de iguais funções, e todos deverão estar cientes e sem dúvidas acerca de suas atividades.

Convidar agentes externos:

A participação de órgãos que fazem parte da Equipe de Emergência desperta maior engajamento da comunidade escolar nas ações do exercício simulado.

Quando ocorre a identidade e o reconhecimento de pertença, os envolvidos percebem que ocupam um lugar importante em uma comunidade e despertam sua responsabilidade social.

Contribui para a articulação da escola para além dos seus muros, estabelecendo novas conexões com a sociedade e ampliando o conceito de educação quando prioriza o desenvolvimento de sua comunidade escolar enquanto sociedade.

CAPÍTULO 3

EXERCÍCIO SIMULADO DE ABANDONO
EMERGENCIAL DE EDIFICAÇÃO ESCOLAR

O Gestor Escolar poderá convidar, por exemplo, uma equipe do SIATE que simulará o atendimento especializado a uma pessoa da comunidade escolar, como vítima.

Não podemos esquecer que estes convites deverão ser devidamente formalizados mediante autorização das administrações competentes, informando e confirmando, previamente, o calendário e o cenário do exercício simulado da sua escola.

Realizar o exercício simulado do abandono emergencial da escola:

A seguir será apresentado um roteiro das ações práticas que simulam o abandono dos ambientes escolares, de acordo com o planejado previamente no plano de abandono emergencial da escola.

1. O Gestor Escolar aciona o alarme e a Brigada de Incêndio da escola, para que identifiquem e analisem a situação, providenciem os primeiros socorros necessários, cortem as fontes de energia e GLP, isolem a área afetada, e combatam o foco do incêndio com o extintor, até que o socorro especializado chegue.

2. A partir da análise da situação, o Gestor Escolar define qual será o Ponto de Encontro a ser utilizado neste dia, e qual órgão da Equipe de Emergência deve ser chamado, informando a Equipe de Comunicação.

3. Com a utilização do microfone, o Gestor Escolar mantém a comunidade escolar informada a todo tempo, passando todas as informações necessárias para que o abandono dos ambientes escolares seja o mais seguro, e o mais rápido possível.

4. A Equipe de Comunicação liga para o órgão da Equipe de Emergência indicado pelo Gestor Escolar, e imediatamente abre as portas e portões de acesso para que estas adentrem facilmente ao interior da escola, auxiliando seu direcionamento ao local da ocorrência para que realizem o atendimento especializado.

5. Ao sinal do alarme, as Equipes de Apoio, de Comunicação e a do Ponto de Encontro, se deslocam para seus locais previamente acordados no plano de abandono emergencial da escola.

6. A Equipe de Bloco organiza primeiramente os estudantes que necessitam de auxílio, para que a Equipe de Apoio os localize facilmente. Seguidamente organiza os demais estudantes que possuem autonomia de locomoção, que serão acompanhados por ele, até o Ponto de Encontro.

CAPÍTULO 3

EXERCÍCIO SIMULADO DE ABANDONO
EMERGENCIAL DE EDIFICAÇÃO ESCOLAR

7. A Equipe de Apoio se direciona aos respectivos estudantes que precisam de auxílio, e inicia seu deslocamento até no Ponto de Encontro.

8. As Equipes de Bloco e de Apoio devem agir o mais naturalmente possível com os estudantes para que se sintam seguros e saibam o que está acontecendo, realizando as tarefas conforme foram desenvolvidas ao longo do ano sobre o abandono dos seus ambientes escolares. Em hipótese alguma os estudantes devem ficar sozinhos, serem tirados de sua cadeira de rodas ou cama hospitalar, bem como ficar sem suas órteses ou próteses.

9. Os demais integrantes da Equipe de Apoio se posicionam em lugares estratégicos e se movimentam durante a realização do abandono dos ambientes escolares, para se ter a visibilidade de todas as salas, corredores, rampas, ordenando para que os estudantes e a Equipe de Bloco se desloquem de forma organizada e sem correr, liberando os estudantes e as Equipes de acordo com o local do foco de incêndio, saindo primeiramente as que correm maior risco, e controlando o fluxo do abandono, evitando aglomeração.

10. A Equipe de Bloco inicia a saída com os demais estudantes dos locais conforme o comando da Equipe de Apoio, ficando sempre o auxiliar de sala à frente do grupo e o professor/servidor da saúde por último.

11. A Equipe de Bloco e os estudantes seguem as orientações da Equipe de Bloco até a chegada ao Ponto de Encontro, deslocando-se, sempre que possível, pelo lado direito dos corredores, das escadas e das rampas, utilizando os corrimãos se houverem, e na ausência deste apoiar com uma das mãos a parede como ponto de apoio. Em hipótese alguma o elevador deve ser utilizado.

12. O professor/servidor da saúde da Equipe de Bloco é o último a sair da sala, fechando a porta e sinalizando-a de acordo com a forma combinada, comprovando que a sala se encontra vazia, ou seja, sem ninguém em seu interior.

13. A Equipe Administrativa organiza, preferencialmente em fila, sendo o primeiro desta, as pessoas de suas equipes e as pessoas que estejam eventualmente na escola, sob seu atendimento, para que realizem o abandono do ambiente até o Ponto de Encontro. Sendo o último a sair da sua sala, fechando a porta e sinalizando-a de acordo com a forma combinada, comprovando que a sala se encontra vazia, ou seja, sem ninguém em seu interior.

14. Todos os deslocamentos de abandono dos ambientes escolares devem seguir as rotas de fugas e as placas de sinalização, perpassando pelas saídas de emergência, atentando-se às informações do Gestor Escolar, da Equipe de Apoio e da Brigada de Incêndio da escola.

CAPÍTULO 3

EXERCÍCIO SIMULADO DE ABANDONO EMERGENCIAL DE EDIFICAÇÃO ESCOLAR

15. A Equipe de Comunicação, assim que realizar suas tarefas, também deve se deslocar ao Ponto de Encontro, exceto o servidor que ficou responsável pelo controle de entrada e saída das pessoas autorizadas.

16. Conforme a comunidade escolar estiver chegando ao Ponto de Encontro, a Equipe responsável por este local organiza e acomoda as pessoas, da forma preliminarmente definida no plano de abandono emergencial da escola.

15. As Equipes de Bloco e a Administrativa conferem se todas as pessoas que estão sob sua responsabilidade chegaram ao Ponto de Encontro, comunicando a Equipe do Ponto de Encontro que a verificação foi realizada.

16. Se constatada a ausência de alguém, a Equipe do Ponto de Encontro deve ser imediatamente comunicada, que avisará o Gestor Escolar para que informe à Equipe de Emergência.

Registrar o exercício simulado de abandono emergencial da escola:

Imediatamente após a realização de cada exercício simulado de abandono, o Gestor Escolar e a Brigada de Incêndio da escola deverão lavrar uma ata, por meio de uma reunião, para avaliar e corrigir as falhas ocorridas e destacar os pontos positivos. Isso auxiliará no aperfeiçoamento do planejamento e elaboração do plano de abandono da sua escola.

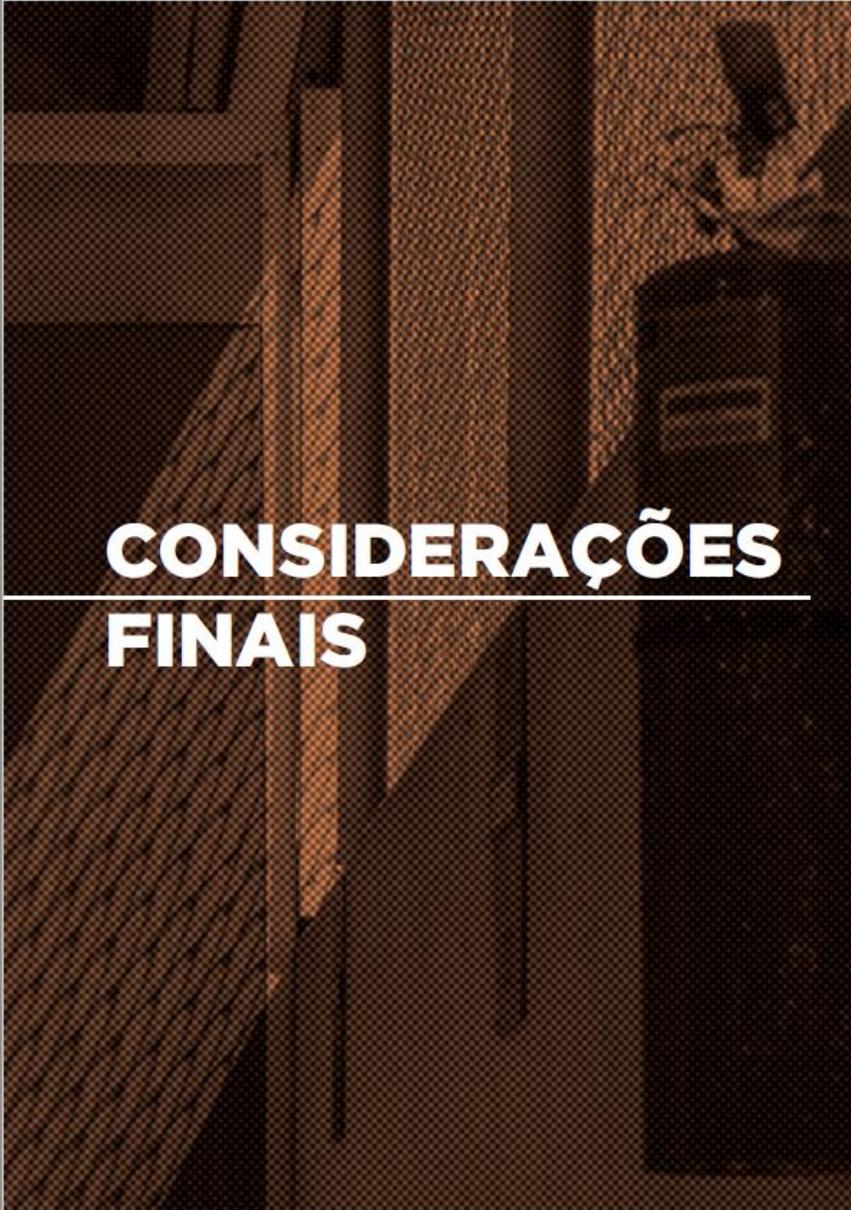
Para isso, a ata precisa conter os seguintes elementos mínimos:

- Data e horário do evento.
- Nomes dos brigadistas participantes.
- Se houve/como foi o acionamento do sinal.
- Atuação de todos os brigadistas de acordo com sua função no exercício simulado.
- Atuação do Gestor Escolar como líder do exercício simulado.
- Atuação das Equipes do plano de abandono emergencial da escola.
- Comportamento da comunidade escolar e demais pessoas.
- Se houve/como foi a participação da Equipe de Emergência e tempo gasto para a sua chegada.
- Ajuda externa.
- Falha de equipamentos.
- Falhas operacionais.
- Sobre o deslocamento de acordo com as rotas de fuga.
- Se/como foi realizada a conferência de todos da comunidade escolar e demais pessoas no Ponto de Encontro.

CAPÍTULO 3

EXERCÍCIO SIMULADO DE ABANDONO EMERGENCIAL DE EDIFICAÇÃO ESCOLAR

- Se/como houve simulação do local onde o foco de incêndio ocorreu.
- Tempo gasto no abandono.
- Tempo gasto no retorno.
- Demais situações ocorridas durante o simulado.
- Demais problemas levantados na reunião.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conhecimento e os treinamentos para as comunidades escolares são fundamentais para se desenvolver a cultura prevencionista nas escolas, em especial nas escolas de educação básica na modalidade de educação especial, onde os estudantes necessitam particular cuidado e dedicação. Para que esta nova cultura de prevenção seja aceita e comece a existir, é de fundamental importância que seja desenvolvida e aprendida pelos estudantes que estão nas escolas vivenciando novas experiências de aprendizagem. O ambiente escolar propicia a difusão destes conhecimentos aumentando a possibilidade da comunidade escolar se tornar multiplicadora deste conhecimento.

A instrumentalização de procedimentos específicos para essas escolas, e a conscientização a partir de práticas educativas para a prevenção de incêndios no ambiente escolar, demonstram a importância da comunidade escolar em estar preparada para atender uma emergência, com medidas básicas, até que o socorro especializado chegue.

Embora seja possível utilizar este guia para a elaboração e realização de planos de abandono emergencial de edificações escolares, não se pode descartar a necessidade de capacitações constantes sobre o tema, tendo em vista os seus benefícios para a comunidade escolar enquanto prevenção e combate a incêndios.

REFERÊNCIAS CONSULTADAS

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. Norma Brasileira Regulamentadora. **Brigada de Incêndio - Requisitos**. ABNT NBR 14276: 2006.

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. Norma Brasileira Regulamentadora. **Plano de Emergência - Requisitos e Procedimentos**. ABNT NBR 5219: 2020.

BRAGA JUNIOR, Francisco Varder. **Transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação e o atendimento educacional especializado**. Mossoró, 2015.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto n. 5.296, de 2 de dezembro de 2004**. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria n. 3.128, de 24 de dezembro de 2008**. Define que as Redes Estaduais de Atenção à Pessoa com Deficiência Visual sejam compostas por ações na atenção básica e Serviços de Reabilitação Visual.

PARANÁ. Comando do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Paraná. **Adaptação às Normas de Segurança Contra Incêndio**. Norma de Procedimento Técnico n. 002. Curitiba, 2020.

PARANÁ. Comando do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Paraná. **Brigada de Incêndio**. Norma de Procedimento Técnico n. 017. Curitiba, 2021.

PARANÁ. Comando do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Paraná. **Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico**. Curitiba, 2021.

PARANÁ. Comando do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Paraná. **Iluminação de Emergência**. Norma de Procedimento Técnico n. 018. Curitiba, 2014.

REFERÊNCIAS CONSULTADAS

PARANÁ. Comando do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Paraná. **Plano de Emergência Contra Incêndio**. Norma de Procedimento Técnico n. 016. Curitiba, 2014.

PARANÁ. Comando do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Paraná. **Saídas de Emergência**. Norma de Procedimento Técnico n. 011. Curitiba, 2022.

PARANÁ. Comando do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Paraná. **Sinalização de Emergência**. Norma de Procedimento Técnico n. 020. Curitiba, 2014.

PARANÁ. Comando do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Paraná. **Sistema de Detecção e Alarme de Incêndio**. Norma de Procedimento Técnico n. 019. Curitiba, 2012.

PARANÁ. Comando do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Paraná. **Sistema de Proteção por Extintores de Incêndio**. Norma de Procedimento Técnico n. 021. Curitiba, 2

PARANÁ. Comando do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Paraná. **Terminologia de Segurança Contra Incêndio**. Norma de Procedimento Técnico n. 003. Curitiba, 2014.

PARANÁ. Coordenadoria Estadual da Defesa Civil. **Formação de Brigadistas Escolares**. Vídeos e Materiais Didáticos. Curitiba, 2019.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação e do Esporte. Departamento de Educação Especial e Inclusão Educacional. **Documentos Oficiais**. Curitiba, 2022.

ANEXOS

ANEXOS

NPT 017 – BRIGADA DE INCÊNDIO

ANEXO A

MODELO DE DECLARAÇÃO DE BRIGADA DE INCÊNDIO

DECLARAÇÃO DE BRIGADA DE INCÊNDIO¹

Declaro, para os devidos fins, que as pessoas abaixo relacionadas possuem formação de brigadista conforme NPT 017, referente à edificação localizada na _____ n° _____, bairro _____, município de _____, PR e estão aptas ao desempenho da função.

Declaro ainda estar ciente das responsabilidades dispostas na NPT 017.

A brigada de incêndio é composta de _____ brigadistas orgânicos e _____ brigadistas profissionais.

NOME	RG	DATA DE FORMAÇÃO	HABILITAÇÃO	DEDICAÇÃO
Fulana de Tal	0.000.000-1 SSP/PR		PROFISSIONAL/ORGÂNICO	EXCLUSIVA
Sicrano de Tal	0.000.000-2 SSP/PR		PROFISSIONAL/ORGÂNICO	NÃO EXCLUSIVA
Beltrano da Silva	0.000.000-2 SSP/PR		PROFISSIONAL/ORGÂNICO	
Beltrana de Tal	0.000.000-4 SSP/PR		PROFISSIONAL/ORGÂNICO	
Fulano da Silva	0.000.000-5 SSP/PR		PROFISSIONAL/ORGÂNICO	

Município, ___ de _____ de 2.0___

NOME COMPLETO DO RESPONSÁVEL LEGAL

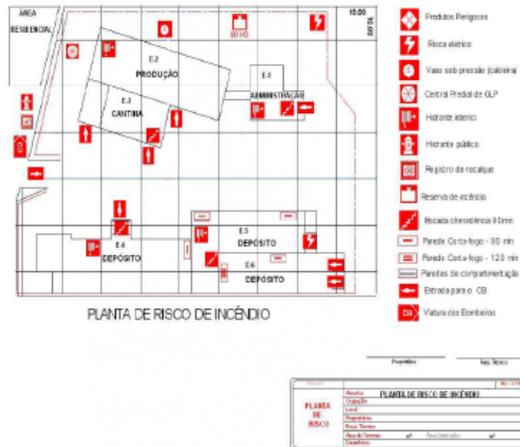
RG CPF

¹ Exceto a possibilidade prevista no item 9.2, a Declaração de Brigada deve estar disponível a qualquer tempo para fiscalização do Corpo de Bombeiros Militar nas edificações, estabelecimentos, áreas de risco e eventos temporários, segundo estabelecido no item 9.1.1 da NPT nº 017.

ANEXOS

NPT 016 – Plano de emergência contra incêndio

Anexo E – Modelo de planta de risco de incêndio



ANEXOS

NPT 016 – Plano de emergência contra incêndio

Anexo B
Modelo de plano de emergência contra incêndio

B.1 Descrição da edificação ou área de risco

- B.1.1 Identificação da edificação:** identificar o nome da empresa.
- B.1.2 Localização:** indicar o tipo de localização: se urbana ou rural, endereço, característica da vizinhança, distância do Corpo de Bombeiros e meios de ajuda externa.
- B.1.3 Estrutura:** indicar o tipo, por exemplo de alvenaria, concreto, metálica, madeira etc.
- B.1.4 Dimensões:** indicar área total construída e de cada uma das edificações, altura de cada edificação, número de andares, se há subsolos, garagens e outros detalhes.
- B.1.5 Ocupação:** indicar o tipo de ocupação de acordo com o Regulamento de segurança contra incêndio.
- B.1.6 População:** indicar a população fixa e flutuante, e suas características, total e por setor, área e andar.
- B.1.7 Características de funcionamento:** indicar os horários e turnos de trabalho, os dias e horários fora do expediente de funcionamento e as demais características da planta, departamentos, responsáveis e ramais internos.
- B.1.8 Pessoas portadoras de necessidades especiais:** indicar o número de pessoas e sua localização na planta.
- B.1.9 Riscos específicos inerentes à atividade:** detalhar todos os riscos existentes (por exemplo: cabine primária, caldeira, equipamentos, cabine de pintura etc).
- B.1.10 Recursos humanos:** indicar o número de membros da Brigada de Incêndio, de Brigadistas Profissionais, de Corpo de Bombeiros e outros meio de ajuda externa.
- B.1.11 Sistemas de Segurança contra Incêndio:** indicar os equipamentos e recursos existentes (sistema de hidrantes, chuveiros automáticos, sistema de espuma e resfriamento, reserva técnica de incêndio, reserva de líquido gerador de espuma, grupo motorizador etc).
- B.1.12 Rotas de fuga:** indicar as rotas de fuga e os pontos de encontro, mantendo-os sinalizados e desobstruídos.

B.2 Procedimentos básicos de emergência contra incêndio

Os procedimentos descritos em B.2.1 a B.2.10 estão relacionados numa ordem lógica e devem ser executados conforme a disponibilidade do pessoal e com prioridade ao atendimento de vítimas.

B.2.1 Alerta: deve contemplar como deve ser dado o alerta em caso de incêndio (por exemplo: através de alarme, telefone ou outro meio), especificar dígitos e telefones de quem deve ser avisado e como os membros da Brigada e a população em geral devem ser avisados sobre o alerta.

B.2.2 Análise de situação: deve identificar quem vai realizar a análise de situação, qual a responsabilidade desta pessoa, a quem ela vai informar caso seja confirmada a emergência e demais providências necessárias.

B.2.3 Apoio externo: deve identificar quem é a pessoa responsável por acionar o Corpo de Bombeiros ou outro meio de ajuda externa. Deve estar claro que esta pessoa deve fornecer, no mínimo, as seguintes informações:

- nome e número do telefone utilizado;
- endereço da planta (completo);
- pontos de referência;
- características do incêndio ou do sinistro;
- quantidade e estado das eventuais vítimas.

